



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Artes e Letras

A Biblioteca Escolar: uma Rede de Aprendizagens. O papel das parcerias.

Pedro Rafael Neto Gomes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Ciências Documentais

(2º ciclo de estudos)

Orientadores

Professora Doutora Maria da Graça Sardinha

Professor Doutor António Pais

Covilhã, Outubro de 2010

O sonho

Pelo Sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo sonho é que vamos.
Basta a fé no que temos,
Basta a esperança naquilo
que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
com a mesma alegria,
ao que desconhecemos
e do que é do dia-a-dia.
Chegamos? Não chegamos?
Partimos. Vamos. Somos.

(in *Pelo Sonho é que Vamos* de Sebastião da Gama)

“Na longa história da espécie humana prevaleceram os indivíduos que aprenderam a colaborar e a improvisar com mais eficácia.”

Charles Darwin

Resumo

O presente trabalho de investigação partiu da observação/ acção e revisão de literatura referente à importância das parcerias, cooperação e utilização das Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Públicas.

Uma abordagem aos conceitos *Joint-use libraries* e *Dual-use libraries*, numa perspectiva da realidade internacional e nacional, tem como objectivo conhecer a opinião de alguns especialistas face à utilização da Biblioteca Escolar/ Biblioteca Pública ou outra tipologia de bibliotecas, numa óptica de partilha/ parceria e uso comum dos mesmos espaços por públicos distintos.

O trabalho empírico desenvolveu-se em torno da acção, da implementação da Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos da Serra da Gardunha, Fundão e permitiu-nos na comunidade local.

A abordam aos conceitos de promoção da leitura e o papel do(s) mediador(es) de leitura, bem como do professor bibliotecário na construção de pontes de cooperação entre as diversas instituições.

Os resultados obtidos indiciam a elevada determinação que todas as instituições, e respectivos intervenientes em promover espaços de cooperação e parceira, um real trabalho em rede, a fim de rentabilizar recursos humanos, materiais e espaciais.

Termos/ Siglas/Palavras-chave

Biblioteca Escolar; Parcerias; Cooperação; Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE); Plano Nacional de Leitura (PNL); Rede de Bibliotecas Escolares (RBE); Biblioteca Pública; Biblioteca Municipal; Biblioteca Universitária; Comunidade Educativa; Comunidade Escolar; Promoção da Leitura; Mediador de Leitura; *Joint-use Libraries*; *Dual-use Libraries*; Professor Bibliotecário

Embora mais adiante expliquemos os conceitos de forma detalhada, entendemos apresentar de forma sumária alguns termos com o objectivo de precisar e delimitar o objecto da dissertação neste âmbito:

Biblioteca Escolar - BECRE - Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos - é o espaço comum de leitura e literacias de apoio à actividade lectiva. São utilizadores com plenos direitos, todos os sujeitos vinculados à instituição.

Biblioteca Pública - É o espaço comum de leitura e literacias. Destinada a toda a população. Integrada na Rede Nacional de Leitura Pública.

Biblioteca Municipal - É o espaço comum de leitura e literacias. Destinada a toda a população do município. São utilizadores com plenos direitos, todos os munícipes. Algumas bibliotecas municipais não se encontram integradas na rede nacional.

Biblioteca Universitária - É o espaço comum de leitura, investigação científica e apoio à actividade lectiva, normalmente, especializadas nas valências dos cursos que a instituição do ensino superior ministra. São utilizadores com plenos direitos, todos os sujeitos vinculados à instituição.

Parceria - Entendemos o vocábulo com uma relação estabelecida através de protocolo entre dois ou mais elementos.

SABE - Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares da responsabilidade da autarquia.

PNL - Plano Nacional de Leitura - Programa do XVII Governo Constitucional, que tem como principal objectivo aumentar os níveis de literacia em leitura dos portugueses.

Comunidade Escolar - Comunidade de membros que fazem parte do sistema relacional da instituição, ou estão vinculados, à instituição educativa: alunos; professores; assistentes técnicos e operacionais e encarregados de educação.

Comunidade Educativa - Toda a comunidade local do meio envolvente de abrangência da instituição educativa, nomeadamente: comunidade escolar; autarquias; associações; empresas entre outros.

Joint-use Libraries - Biblioteca de uma determinada tipologia, mas de utilização comum para vários públicos/ utilizadores.

Dual-use Libraries - Biblioteca de uma determinada tipologia mas gerida em parceria por várias entidades e utilizada por vários públicos/utilizadores.

Professor Bibliotecário - Profissional com formação pedagógica, acrescida de formação na área da biblioteconomia com funções nas bibliotecas escolares.

Abstract

This study is based on observation/action and literature review on the importance of partnerships, cooperation and use of both school and public libraries.

The approach to the concepts of *joint-use libraries* and *dual-use libraries*, in a perspective of the international and national situation, aims at knowing the opinion of some specialists about the use of the school library/public library or any other type of library, from the perspective of a shared use of the same spaces by distinct publics.

The empirical work evolves around the action, the implementation of the School Library and Educational Resource Centre of *Serra da Gardunha, Fundão*, in the local community.

We discuss further the concepts of promotion of reading and the role(s) mediator(s) of reading and the teacher librarian in building bridges of cooperation between different institutions

In this research, several concepts are approached: promoting reading and the roles of the reading mediator and the teacher-librarian in building bridges of cooperation between different institutions.

Key words

School library; partnerships; cooperation; SABE (School Library Support Service); PNL (The National Reading Plan); RBE (The School Libraries Network); Public Library; Municipal Library; University Library; Educational Community; School Community; Promoting Reading; Reading Mediator; Joint-use Libraries; Dual-use Libraries; Teacher-librarian.

Índice

RESUMO	II
TERMOS/ SIGLAS/PALAVRAS-CHAVE.....	II
ABSTRACT	IV
KEY WORDS	IV
ÍNDICE	V
LISTA DE FIGURAS	VII
LISTA DE TABELAS	VII
LISTA DE QUADROS.....	VII
LISTA DE REGISTO FOTOGRÁFICO	VII
AGRADECIMENTOS	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA.....	4
CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS	13
1.1. ENQUADRAMENTO	13
1.2. O PAPEL DAS BIBLIOTECAS	14
1.2.1. BIBLIOTECAS PÚBLICAS - REDE DE LEITURA PÚBLICA.....	14
1.2.2. BIBLIOTECAS ESCOLARES - REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES.....	19
1.2.3. BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	23
1.3. COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E AS ESCOLARES	26
1.4. PARA ALÉM DAS VISITAS DE ESTUDO	28
1.5. CONDIÇÕES PARA UMA COOPERAÇÃO EFICAZ	30
1.6. BIBLIOTECA ESCOLAR A PORTA DE ENTRADA PARA OUTRAS BIBLIOTECAS	32
1.7. JOINT USE LIBRARIES AND DUAL USE LIBRARIES	32
CAPÍTULO II - PROMOÇÃO DA LEITURA.....	40
2.1. O PERFIL DO MEDIADOR DE LEITURA	47
2.1.1. A FAMÍLIA ENQUANTO MEDIADORA DE LEITURA.....	51
2.1.2. O CONTADOR DE HISTÓRIAS COMO MEDIADOR DA LEITURA	54
2.1.3. O QUE FAZ COM QUE UMA HISTÓRIA SEJA UMA BOA HISTÓRIA PARA SE CONTAR	55
2.1.4. EDUCAR A CONTAR HISTÓRIAS	57

2.2.	O PROFESSOR BIBLIOTECÁRIO	58
	CAPÍTULO III - ESTUDO EMPÍRICO	63
3.1.	A BECRE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SERRA DA GARDUNHA – FUNDÃO	64
3.1.1.	MISSÃO E PROPÓSITO DA ORGANIZAÇÃO	64
3.1.2.	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE/ ESCOLA.....	65
3.1.3.	PROGRAMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS	65
3.1.4.	CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR	66
3.1.5.	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA BECRE DA ESCOLA SERRA DA GARDUNHA	67
3.1.6.	CARACTERIZAÇÃO DOS UTILIZADORES.....	67
3.2.	EXPERIÊNCIA NO CONCELHO DO FUNDÃO	68
3.3.	BECRE E A SUA ARTICULAÇÃO COM TODO O AGRUPAMENTO	70
3.4.	ACESSO	71
3.5.	AVALIAÇÃO DA ACÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR	72
3.5.1.	ANÁLISE SWOT	74
3.5.2.	ANÁLISE PEST	79
3.6.	O MARKETING E A BECRE	80
3.6.1.	PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA	84
3.6.2.	O PLANO DE MARKETING DA BECRE	86
3.7	O PÓLO DA BIBLIOTECA ESCOLAR DE ALPEDRINHA.....	90
	CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
	OUTRA BIBLIOGRAFIA.....	99
	WEBGRAFIA	105
	OUTROS DOCUMENTOS.....	107
	ANEXOS	109
	ANEXO 1 – GUIÃO DE ENTREVISTA	110
	ANEXO 2 - TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS (ENCONTRAM-SE NO DISCO ÓPTICO QUE ACOMPANHA ESTE ESTUDO)	
	ANEXO 3 - GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – REDUÇÃO DE DADOS	113
	ANEXO 4 – PLANTA DA BECRE DA ESCOLA SERRA DA GARDUNHA - FUNDÃO.....	136
	ANEXO 5 – REGISTO FOTOGRÁFICO	137
	ANEXO 6 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DO FUNDÃO	146
	ANEXO 7 – REGULAMENTO DE COOPERAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO FUNDÃO.....	150
	ANEXO 8 – MINUTA PARA ESTABELECEM PROTOCOLOS COM PARCEIROS	155

Lista de Figuras

Figura 1 - OPAC- Catálogo em linha para pesquisa de fundo documental	71
Figura 2 - Apresentação do esquema da análise SWOT.....	74
Figura 3 - Mapa de posicionamento SWOT da BECRE Serra da Gardunha	78
Figura 4 - Esquema de Planificação Estratégica	84

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Utilizadores: Professores, Assistentes Operacionais e Técnicos da Escola Sede	68
Tabela 3 - Utilizadores: Alunos da Escola Sede	68

Lista de Quadros

Quadro 1 - Categorias e subcategorias da análise de conteúdo.....	11
Quadro 2 - Níveis de desempenho	73
Quadro 3 - Níveis de desempenho obtidos pela BECRE do AESG	73
Quadro 4 - Análise SWOT - Vector Forças/ Fraqueza.....	75
Quadro 5 - Análise SWOT - Vector Oportunidades / Ameaças.....	76
Quadro 6 - Análise externa modelo PEST para a BECRE Serra da Gardunha	79
Quadro 7- Matriz de Ansoff	85

Lista de Registo Fotográfico

Fotografia 1 - Zona de atendimento/ Área de acolhimento da BECRE.	137
Fotografia 2- Zona de Pesquisa e computadores com acesso à Internet.	137
Fotografia 3- Zona de Leitura Informal. Estantes organizadas segundo as Classes da CDU.	138
Fotografia 4- Baús com conjunto de obras recomendadas pelo PNL.	138
Fotografia 5- Zona polivalente. Encontro com o autor Luís Carlos.	139
Fotografia 6 - Inauguração da Biblioteca Escolar de Alpedrinha.	139
Fotografia 7 - Actividade de Hora do conto entre as crianças.	140
Fotografia 8 - Visitas realizadas pelo grupo a vários profissionais em Alpedrinha.	140
Fotografia 9 - Visita do grupo ao património local - Picadeiro e fonte manuelina.	141
Fotografia 10 - Actividades de expressão plástica.	141
Fotografia 11 - Pinturas faciais.....	142
Fotografia 12 - Momento da realizar requisições e empréstimos domiciliários.	142
Fotografia 13- Actividades dinamizadas pelos Encarregados de Educação.	143
Fotografia 14 - Actividades de Ilustração após a audição de uma história.	143
Fotografia 15 - Visita de membros da comunidade local ao espaço da Biblioteca.....	144
Fotografia 16 - Actividade dinamizada pelo Professor Amílcar Martins e Adelaide Vilela.	144
Fotografia 17 - Actividade de ilustração com a participação de Encarregados de Educação... ..	145
Fotografia 18 - Actividade de conto com a participação de Encarregados de Educação.....	145

Agradecimentos

À Professora Doutora Graça Sardinha, pelo apoio, incentivo e disponibilidade, manifestados permanentemente na orientação prestada, assim como, a partilha de saberes e suas valiosas contribuições.

Ao Professor Doutor António Pais, pelo seu apoio e orientação no desenvolvimento desta dissertação através dos seus valiosos contributos.

A todos os intervenientes que se disponibilizaram em prestar o seu testemunho através das entrevistas realizadas: Dr.^a Teresa Calçada; Dr.^a Carla Cristina Fernandes; Dr.^a Isabel Marques; Dr.^a Dina Matos; Dr.^a Ilda Lopes; Dr.^a Cristina Granada; Dr. Paulo Fernandes; Dr.^a Cândida Brito; Dr. Carlos Almeida; Dr.^a Sylviane Rigolet e Dr. Pedro Cerrillo.

Aos meus amigos por todo o incentivo e colaboração que prestaram: Alda Vila; Ana Cravo; Alves Martins, José Valente, Helena Diogo e Luís Faria.

A todos os outros quantos os contribuíram para que esta viagem chegasse a bom porto, apoiando-me e entusiasmando-me em continuar.

Bem-hajam

Introdução

O mundo actual está em rápida mudança e transformação. A sociedade apresenta-se cada vez mais complexa, com grande diversidade multicultural, económica, linguística e social, tornando-se um desafio para as instituições formar alunos preparados para este “*admirável mundo novo*” (Huxley, 2003). Os estudantes, hoje, precisam de ser capazes de criar mecanismos de automatização, que lhes permitam seleccionar e transformar a informação em conhecimento, por forma a aumentarem a sua enciclopédia mental, numa sociedade que se reinventa a cada dia, hora, minuto, segundo.

Este novo paradigma, com o qual concordamos, como agentes impulsionadores na presente sociedade da informação e conhecimento, enquanto bibliotecários, incute-nos a responsabilização de ir mais além de meros produtores e reprodutores de conteúdos, os quais se praticam cada vez mais através das redes sociais e ferramentas da WEB 2.0. No aspecto educacional, deveremos pensar na importância da aprendizagem ao longo da vida e da polivalência de competências, bem como no inculcar nos sujeitos aprendizagens significativas. Quanto ao cultural e social, no que se refere aos princípios da inter-relação da mobilidade social e interculturalidade vivida nos ambientes escolares, atribuímos-lhes uma importância crucial ao interagir com a competência de cada leitor na criação de significados com o texto lido. Importa também referir o económico, pela importância da rentabilização de recursos, quer humanos, quer materiais. Entendemos, de facto, que estes são factores determinantes para uma reflexão aprofundada sobre o papel da biblioteca, quer escolar, quer pública, no contexto de uma comunidade local, enquanto promotoras e potenciadoras das aprendizagens dos sujeitos.

A família é indiscutivelmente o primeiro cenário de socialização de qualquer indivíduo. Ora, actualmente, as famílias portuguesas têm apresentado alguma desestruturação, cujos parâmetros não obedecem à chamada família tradicional, onde a criança adquiria alguns hábitos, que fruto do imediatismo em que vivemos se foram perdendo. Assim, nas escolas, e em particular nas bibliotecas escolares, vem-se observando uma certa tendência para formar alunos com valores e comportamentos sociais e cívicos, que nem sempre trazem de casa. Alunos solidários, tolerantes, que respeitem as diferenças, com elevada auto-estima, capazes de resolverem dilemas e conflitos, de forma positiva e com competências interpessoais cooperativas e colaborativas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, nomeadamente, nos art.º 2º, 7º, 12º e 19º, alerta, entre outros aspectos, à privacidade, ao livre acesso à informação, à ética, à liberdade intelectual e à igualdade de oportunidades. Porém, após mais de sessenta

anos da sua proclamação pelas Nações Unidas, cremos que o projecto se encontra algo defraudado, no que concerne à igualdade de oportunidades de acesso à informação, à cultura, em suma à educação.

A escola, agência de literacia, como palco de todas as aprendizagens deverá ser detentora do papel principal, e baluarte dessa dinâmica e intervenção social. Nesta perspectiva, contribuirá para formar pessoas activas e interventivas cujas competências lhes permitam viver de forma eficaz (e por que não feliz?) na sociedade do momento. Como educadores cabe-nos fazer a diferença, atingir o patamar que a sociedade espera de nós já que o papel do professor/mediador é essencial em todas as aprendizagens. Proporcionar ao aluno a oportunidade de trabalhar e interagir, de aplicar todas as sinergias com os seus colegas e restantes membros da comunidade, na sala de aula, na biblioteca escolar, na biblioteca pública, na escola, na comunidade local levando-o a desenvolver a sua identidade psicológica e social, dando mostras de verdadeira cidadania. No âmbito das aprendizagens significativas, já por nós referidas, o aluno só aprende, efectivamente, aquilo que faz com sentido. Unicamente, através dessas interacções, o aluno poderá desenvolver as competências sociais que objectivamos. Através da mútua cooperação no dia-a-dia, poderemos transformar a nossa praxis, criando verdadeiros ambientes de aprendizagem com respeito pelas diferenças e responsabilidades partilhadas.

A presente dissertação tem como objecto o estudo do papel das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas, no que concerne às políticas de partilha e de cooperação entre as instituições. Focalizada num conceito inovador, já implementado em outros países, intitulado *Joint-use libraries* e *Dual-use libraries*, procedemos à auscultação e registo de testemunhos de alguns especialistas e técnicos da área, a fim de sustentar a importância dessa mesma atitude e intervenção nas comunidades locais.

A cooperação entre bibliotecas públicas e escolares apresenta as suas primeiras manifestações com o nascimento das modernas bibliotecas públicas, escolares e seus respectivos programas de rede nacionais. O manifesto da IFLA/UNESCO¹ (1994) sobre bibliotecas públicas faz referência explícita a que este tipo de bibliotecas deverá funcionar em rede que, por sua vez, deve conceber-se no estabelecimento de relações com as bibliotecas nacionais, especializadas, municipais, bem como com as bibliotecas escolares. No mesmo sentido, o Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas escolares refere que estas instituições formam parte de uma rede mais ampla de bibliotecas de informação, “[...] as bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO. [...] A biblioteca escolar é um parceiro essencial da rede local, regional e nacional de bibliotecas e de informação” (IFLA/UNESCO, 1999).

¹ IFLA -International Federation of Library Associations/UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

O presente estudo, enquadrado no âmbito das Ciências Documentais, com o título “**A Biblioteca Escolar: uma Rede de Aprendizagens. O Papel das Parcerias**” tem como objecto central da sua pesquisa a importância da construção de redes de parcerias e cooperação entre as bibliotecas escolares, entre si, e as bibliotecas públicas, numa óptica de rentabilização de recursos humanos, materiais e espaciais.

A actual biblioteca escolar deverá ser entendida como um verdadeiro Centro de Aprendizagens, no sentido de estabelecer pontes com o currículo nacional e com os programas. Neste âmbito, a biblioteca escolar não se limita ao espaço físico onde está instalada, mas sim a toda a comunidade escolar, Agrupamento de Escolas, a que presta serviços de informação e documentação. Enquanto Centro de Aprendizagens, a biblioteca escolar da actualidade tem a seu cargo e ao seu dispor um manancial de recursos quer tangíveis, quer intangíveis que deverão estar devidamente organizados. Aqui, referimos os aspectos de ordem técnica, registados, classificados, catalogados e indexados, a fim de permitir, de forma autónoma e eficaz, aos utilizadores que a frequentam, uma pesquisa, captura de informação de documentos acessíveis ao nível de conhecimento. A Biblioteca Escolar deverá ser a pioneira, no núcleo escolar, a implementar a aprendizagem significativa através da descoberta autónoma, onde o aluno identifique e seleccione a informação a apreender, logo, levando a uma atitude de *Aprender a Aprender* como é referida por Joseph Novak & Gowin na citação que se segue:

O conceito principal da teoria de Ausubel é o da aprendizagem significativa, em oposição ao da aprendizagem memorística. Para aprender significativamente, o indivíduo deve optar por relacionar os novos conhecimentos com as proposições e conceitos relevantes que já conhece (Novak & Gowin, 1999: 23).

Assim, a biblioteca escolar é o *espaço* ideal para que os alunos se arrojem à descoberta e investigação. A multiplicidade de recursos existentes, organizados segundo temáticas e cumprindo as normas internacionais de classificação, CDU (Classificação Decimal Universal), permitem uma autonomia considerável, para que estes, ao frequentarem outras bibliotecas, por exemplo a pública, estejam familiarizados com análogo tipo de organização.

Apresentamos, também, uma abordagem aos conceitos *Joint-use libraries* e *Dual-use libraries*, utilização conjunta por parte de públicos distintos da mesma biblioteca e da dupla gestão do respectivo espaço, expomos um enquadramento a nível internacional, em que se destacam algumas experiências bem concretizadas em outros países, assim como a perspectiva nacional.

Por outro lado, efectuamos um enfoque sobre a promoção da leitura, do mediador de leitura e do professor bibliotecário, num contexto de uma atitude de construção de pontes, redes, entre as respectivas instituições e a comunidade local.

Iremos construir a presente narrativa, abordando os respectivos conceitos de uma forma teórico-prática, que para tal foi consolidada com revisão de literatura, e com o

testemunho dado baseado em entrevistas de técnicos e especialistas nestas áreas do conhecimento.

Metodologia

A metodologia seleccionada para atingir os objectivos que nos propusemos alcançar é do tipo qualitativa, assentando numa narrativa de observação participante.

A presente dissertação foi desenvolvida segundo uma metodologia de investigação-acção, resultante da interacção sinérgica entre a acção e a investigação, ou seja, entre a teoria e a praxis.

Partindo de uma situação concreta em contexto escolar, local e até global, e sentida a necessidade de procurar respostas ou uma melhor compreensão para a mesma, decidimos analisar e proceder a uma reflexão holística da situação.

Deste modo, sustentámo-nos na metodologia atrás referida, na qual o investigador e os participantes estão envolvidos de forma cooperativa e participante.

Visto a temática escolhida e respectivos objectos em investigação se situarem num campo muito vasto, que abrange as bibliotecas escolares, as bibliotecas públicas e a promoção da leitura, optámos por focalizar a nossa investigação nos aspectos concretos, no que diz respeito às redes de aprendizagem, de cooperação e partilha, bem como no papel crucial da promoção da leitura, através dos seus mediadores, na construção de pontes entre as respectivas instituições.

No âmbito deste trabalho, a metodologia aplicada enquadró o estudo focalizado na dinâmica da Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos da Serra da Gardunha e do pólo da Biblioteca Escolar da Escola Básica do 1º ciclo de Alpedrinha, em relação às dinâmicas criadas com outras instituições, nomeadamente a Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão.

A fim de enquadrar a presente investigação no campo científico, foi efectuada a revisão da literatura, a nível nacional e a nível internacional.

Igualmente foram desenvolvidas análises aos documentos estruturantes e de referência das respectivas instituições, tal como o levantamento e avaliações de acções e actividades já desenvolvidas.

A par de toda a investigação levada a cabo, foram analisados documentos orientadores, planificações, avaliações e restante documentação de referência do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, bem como da respectiva Biblioteca Escolar.

Efectuámos, também, entrevistas a técnicos e especialistas que se encontram a desempenhar funções, quer em bibliotecas, quer em cargos de relevância para a tomada de decisões e orientações políticas do funcionamento das respectivas bibliotecas.

Um dos instrumentos de pesquisa aplicado foi o desenvolvimento de um guião de entrevista, que se encontra no anexo 1. Este documento situa-se na perspectiva de entrevista semi-estruturada, visto caracterizar-se pela existência de um guião anteriormente organizado que serve de eixo orientador no decorrer da mesma. Este guião procura garantir que os diferentes entrevistados respondam às mesmas questões, não se exigindo, no entanto, uma ordem na sequência das questões, nem na sua total realização, permitindo, assim, o surgimento de outras. Nesta óptica, a entrevista vai-se adaptando ao entrevistado. Durante o decorrer da maioria das entrevistas, outras questões foram debatidas, de forma a rentabilizar os testemunhos dados pelos intervenientes. Segundo Ruquoy a determinação da amostra nos estudos qualitativos tem a ver com a sua adequação aos objectivos da investigação. Consideremos o que o autor nos diz:

Nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversidade das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante seja esquecida. Nesta óptica, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar (1997: 94).

Foram realizadas onze entrevistas, e um dos critérios adoptados foi a diversidade de funções desempenhadas pelos entrevistados, tal como já foi referido anteriormente. Os intervenientes foram os seguintes:

Dr.^a Sylviane Rigolet - Psicolinguística, formadora da DGLB (Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas) de acções de promoção da leitura;

Dr. Pedro Cerrillo - Professor catedrático da Universidade de Castilla-La Mancha e investigador do CEPLI (Centro de Estudos de Promoção da Leitura e Literatura Infantil);

Dr.^a Teresa Calçada - Coordenadora Nacional da Rede de Bibliotecas Escolares;

Dr.^a Carla Cristina Fernandes - Técnica responsável pelo sector de Bibliotecas Escolares na Direcção Regional de Educação do Centro;

Dr.^a Isabel Marques - CIBE (Coordenadora Interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares);

Dr.^a Dina Matos - Técnica Superior Bibliotecária da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão;

Dr.^a Ilda Lopes - Técnica Superior Bibliotecária da Biblioteca Municipal de Penamacor;

Dr.^a Cristina Granada - Vereadora do Pelouro da Cultura e Responsável pela Biblioteca Municipal de Castelo Branco;

Dr. Paulo Fernandes - Vice-presidente e Vereador do Pelouro da Cultura e Responsável pela Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão;

Dr.^a Cândida Brito - Directora do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha do Fundão;

Dr. Carlos Almeida - Director do Agrupamento de Escolas João Roiz de Castelo Branco.

O critério de selecção dos entrevistados teve em consideração as funções que desempenham, daí a apresentação dos mesmos. Com efeito, foi nossa preocupação enumerá-los e agrupá-los de dois a dois, consoante as actividades que exercem. Todavia, a nossa opção prende-se com o papel de todos eles na promoção da leitura, no amor ao livro e na formação de verdadeiros mediadores, escabelando constantemente várias parcerias. Considerados, alguns deles, como investigadores de renome internacional, como Pedro Cerillo - Director do Centro de Estudos de Promoção da Leitura e Literatura Infantil em Cuenca, Espanha e Sylviane Rigolet - Formadora da Fundação Calouste Gulbenkian na área da promoção da literatura infanto-juvenil e ilustração, os restantes, embora portugueses, merecem igual destaque pela preocupação com os níveis de literacia no nosso país, que colocam em risco a nossa identidade e a própria cidadania.

A Dr.^a Teresa Calçada - Coordenadora Nacional da Rede de Bibliotecas Escolares, que desenvolve um trabalho a nível do país inteiro, nomeou para a região centro a Dr.^a Carla Cristina Fernandes - Técnica responsável pelo sector de Bibliotecas Escolares na Direcção Regional de Educação do Centro e a Dr.^a Isabel Marques - como Coordenadora Interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares tendo ambas vindo a desenvolver um trabalho de destaque na região no âmbito das bibliotecas escolares.

Ora, como as bibliotecas são o cerne deste trabalho, não poderíamos deixar de ouvir os testemunhos das bibliotecárias, a Dr.^a Dina Matos - Técnica Superior Bibliotecária da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão e a Dr.^a Ilda Lopes - Técnica Superior Bibliotecária da Biblioteca Municipal de Penamacor.

Estando hoje, tanto as escolas, como as bibliotecas sob a responsabilidade do poder autárquico, não poderíamos deixar de ouvir os responsáveis pela verenação ligada à cultura e educação das câmaras municipais de Fundão e Castelo Branco, Dr.^a Cristina Granada - Vereadora do Pelouro da Cultura e Responsável pela Biblioteca Municipal de Castelo Branco e Dr. Paulo Fernandes - Vice-presidente e Vereador do Pelouro da Cultura e Responsável pela Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão.

Por fim, o nosso critério considerou os directores de agrupamento que detêm uma ligação intrínseca com o quotidiano das bibliotecas bem como com o poder autárquico, a Dr.^a Cândida Brito - Directora do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha do Fundão e o Dr. Carlos Almeida - Director do Agrupamento de Escolas João Roiz de Castelo Branco.

Todas as entrevistas se encontram transcritas no anexo 2. Atendendo à grande extensão do anexo, julgámos pertinente e adequado integrá-lo em suporte digital, encontrando-se no disco óptico que acompanha este estudo.

Para o tratamento e análise de conteúdo das entrevistas, utilizámos o programa informático *Atlas.ti* que se adapta, em nosso entender à análise de conteúdo proposta por Bardin (2008) e também suportada na *Grounded Theory*. É uma teoria indutiva baseada na

análise sistemática dos dados, ao permitir organizar as unidades de registo, criando, a partir delas, categorias temáticas. Tendo em conta as funcionalidades do programa, este processo pode ser feito de forma célere, ainda que a quantidade de dados em análise seja elevada.

Além disso, e mais importante aquele permite a reorganização das categorias e subcategorias em qualquer momento do processo, o que constitui uma vantagem importante em relação à análise de conteúdo realizada de forma tradicional. De facto, a análise de conteúdo com recurso apenas a “papel e tesoura” dificulta muito um processo de reorganização de categorias ou subcategorias, com a correspondente reorganização das unidades de registo.

A metodologia de análise que utilizámos recorreu à metodologia da *Grounded Theory*, uma metodologia iniciada há cerca de quarenta anos por Glaser e Strauss, num estudo sobre a morte de doentes terminais em contexto hospitalar (Fernandes & Almeida, 2001).

Numa acepção geral, a *Grounded Theory* é uma metodologia que permite gerar os fundamentos de organização teóricos e técnicos a partir dos dados, através de um processo de análise sistemático, faseado e organizada desses mesmos dados. Segundo Fernandes & Almeida (2001) é “uma das metodologias qualitativas [embora admitam articulação com métodos quantitativos] que tem vindo a ser mais utilizada pelos investigadores” (2001: 49), os quais relativizam a verdade, valorizam os contextos em que os fenómenos ocorrem, aceitam o papel activo do investigador e dão importância às suas interpretações.

Já o Grounded Theory Institute considera a *Grounded Theory* uma metodologia indutiva, de carácter geral, que não pode ser apenas uma metodologia qualitativa, mas sim uma metodologia geral, susceptível de ser adaptada a dados quantitativos e/ou qualitativos.

O carácter de metodologia geral apontado à *Grounded Theory* é também citado por Esteves, Ramos & Carvalho, de acordo com os quais “o propósito da *Grounded Theory* é o de desenvolver explicações teoricamente compreensivas acerca de um fenómeno particular” (2002: 129).

Em termos metodológicos, a *Grounded Theory* assenta num conjunto de procedimentos rigorosos de análise de dados, organizados em sequência, tornando-se gradualmente mais complexos e integradores. O problema de investigação assume quase sempre um carácter geral, evoluindo ao longo da mesma e, frequentemente, torna-se a identificação do fenómeno. Segue-se a selecção da amostra, a qual vai sendo definida ao longo da análise, não sendo constituída previamente. Chega-se, então, à fase dos procedimentos de codificação, que estão organizados numa sequência tripartida, e que segundo (Fernandes & Almeida, 2001) se materializam:

- 1 - codificação aberta (*open coding*);
- 2 - codificação axial (*axial coding*);
- 3 - codificação selectiva (*selective coding*).

A primeira, **codificação aberta**, consiste na divisão dos dados em unidades de análise ou unidades de registo, na análise e comparação dessas unidades, e posterior organização, de acordo com conceitos, agrupando-os posteriormente em categorias. É um processo onde o

investigador detém um papel extremamente activo, ao adoptar uma atitude de questionamento sistemático dos dados e comparação dos mesmos.

Quanto à segunda, **codificação axial**, aponta para um processo que se segue à codificação aberta, e consiste essencialmente no estabelecimento das relações entre as categorias criadas. Normalmente, uma das categorias passa a ocupar uma posição central, assumindo as restantes uma posição subordinada. Esta relação é estabelecida tendo em conta condições causais, o contexto em que ocorre o fenómeno e as condições intervenientes.

No que concerne à terceira, **codificação selectiva**, esta apresenta-se como um processo de selecção da categoria principal, o qual resulta da análise sistemática e mais abstracta das relações estabelecidas entre as diferentes categorias identificadas. No fundo é o processo que serve de base à criação da teoria, pois o investigador parte das relações entre as categorias e a categoria principal para a construção da narrativa descritiva do fenómeno central em estudo.

Em relação a estes três procedimentos importa ainda referir que embora sejam sequenciais, o processo permanente de questionamento e comparação pode levar o investigador a proceder a (re)ajustamentos na codificação aberta quando já está a realizar a codificação axial. Do mesmo modo, pode ajustar as relações entre categorias quando procede à codificação selectiva, tendo a vantagem de poder recorrer à criação de um mapa das relações entre categorias através do *Atlas.ti*.

No âmbito do trabalho que desenvolvemos, realçamos ainda que, como referem Esteves, Ramos e Carvalho (2002), há um conjunto de cuidados a ter em atenção na concretização da metodologia da *Grounded Theory*, designadamente:

- a) a metodologia parte de um fenómeno que o investigador considera não estar ainda bem explicado pela teoria existente. Não começa com hipóteses ou questões de investigação;
- b) os dados da amostra devem fornecer uma perspectiva vasta, profunda e pluralista do fenómeno estudado;
- c) quanto mais documentos o investigador tiver acerca do fenómeno, melhor poderá ser fundamentada a teoria resultante da análise dos dados e, logo, mais generalizável poderá ser;
- d) uma boa revisão de literatura relacionada com o fenómeno é fundamental para concretizar um bom processo de codificação. Mas é preciso ter em atenção que eventuais categorias *a priori* podem constranger ou contradizer as categorias emanadas a partir dos dados;
- e) os investigadores devem estar preparados para uma tarefa demorada, muitas vezes mais demorada do que a fase de observação do fenómeno;
- f) o relatório final deve incluir vários tópicos como apresentação do fenómeno, objectivo, método, amostragem, recolha de dados e análise, os progressos em termos teóricos, além dos procedimentos que validam a teoria bem como as recomendações.

Quanto à análise de conteúdo, esta pode ser feita de acordo com procedimentos fechados, criando as categorias e subcategorias *a priori*, definindo-se depois as unidades de registo e organizando-as nas subcategorias e categorias a que pertencem. O processo é inverso a um processo próprio de procedimentos abertos ou *Grounded Theory*, no qual as categorias e subcategorias emergem do tratamento de dados. Na presente investigação optámos por uma fusão, ou seja, foram definidas categorias e subcategorias *a priori* iniciais, e as mesmas foram sendo alteradas e adaptadas ao longo do processo de análise conteúdo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, tendo em conta as vantagens enunciadas do ponto de vista do processo de investigação desta dissertação, e após transcrição das entrevistas do formato áudio para escrita, modificaram-se os ficheiros de *Word*, assumindo estes o formato RTF (*Rich Text Format*), um dos formatos possíveis para se proceder à análise de conteúdo do discurso no programa *Atlas.ti*.

Posteriormente, criou-se uma unidade hermenêutica, com o objectivo de sistematizar os processos de análise e interpretação do texto. No interior desta unidade hermenêutica, os dados de cada entrevista foram introduzidos como um *Primary Document*, sendo que cada uma assumiu uma numeração automática, mantendo-se o nome do entrevistado, visto que nenhum dos mesmos colocou qualquer obstáculo na sua identificação.

Com o conjunto de categorias temáticas definidas *a priori*, iniciámos a análise de conteúdo, interpretando, assim, os dados e a criação de subcategorias, sendo aqui de realçar dois aspectos fundamentais para melhor compreender o papel do *Atlas.ti* nessa análise:

- a) as entrevistas foram identificadas de P1 a P11 e com o respectivo nome do entrevistado (a);
- b) as unidades de registo (ou segmentos de texto) foram definidas tendo em conta o carácter semântico, pelo que as mesmas assumiram diferentes formatos, desde a frase ou parte de frase ao parágrafo, ou até ao conjunto de parágrafos;
- c) sistema de categorias temáticas utilizado sofreu alterações *a posteriori*.

Em relação ao primeiro aspecto, é fundamental referir o facto de o *Atlas.ti* permitir que se possa considerar unidade de registo uma palavra, uma frase ou um parágrafo, tudo dependendo do critério optado. O programa facilitou, sem dúvida, o papel de análise de conteúdo efectuado.

Em relação ao segundo aspecto, Bogdan e Biklen, referem que "a primeira tentativa para atribuir categorias de codificação aos dados é, na realidade, um teste de viabilidade das categorias". Admitem, por isso, que as "categorias de codificação podem ser modificadas, podem-se desenvolver novas categorias, e as categorias anteriores podem ser abandonadas durante este teste" (1994: 233). Nesse sentido, reformulámos algumas das categorias e subcategorias, tendo acrescentado outras, algo feito *a posteriori* e, conseqüentemente, mais condizente com os procedimentos abertos ou procedimentos exploratórios.

Porém, na sua justificação, apontamos o que referem Ghiglione e Matalon, segundo os quais os procedimentos abertos são aqueles "em que nenhum quadro categorial teórico ou empírico serve de suporte à análise". Mas "estes métodos podem também ser utilizados em procedimentos fechados" (2003: 212).

O programa *Atlas.ti* permite, a cada momento, alterar a designação das categorias e a própria definição semântica. É ainda possível aumentar ou diminuir o número de categorias, sem perder dados ou ser necessário reformular o trabalho já realizado. Nesse sentido, explicamos o processo de evolução do sistema de categorias, que passou por três fases, até ser definido o sistema final.

Quanto ao processo de redução dos dados vejamos os procedimentos: após isolado e organizado as unidades de registo nas respectivas categorias, procedemos à impressão de vários ficheiros (*outputs*) de *Atlas.ti*, designadamente os seguintes:

- a) ficheiro com as listagens de frequência das respectivas categorias e subcategorias;
- b) ficheiro com os segmentos de texto relativos às entrevistas, agrupados por categorias temáticas e subcategorias;
- c) ficheiro com a definição de cada uma das categorias temáticas (*codes*) a que recorreu ao longo da análise.

Sequencialmente, procedeu-se a uma primeira leitura dos dados, iniciando-se a análise que se materializou através dos seguintes momentos:

- a) após leitura dos documentos verificámos que algumas unidades de registo deveriam integrar outras subcategorias, que não aquelas onde estavam inseridas. Daí a necessidade de reorganizar as unidades;
- b) à medida que procedemos à reorganização das unidades de registo, tomámos notas prévias para proceder à redução de dados, tendo em conta critérios previamente definidos, como por exemplo a eliminação de expressões sinónimas.
- c) a reorganização das unidades de registo facilitou o processo de definição de indicadores dentro das subcategorias, os quais permitiram organizar as unidades de registo, de forma a responder melhor às questões do estudo.
- d) após procedermos à reorganização das unidades de registo, imprimimos novas listagens, a partir do *Atlas.ti*. Procedemos, então, à redução de dados, de acordo com os critérios definidos.
- e) depois de efectuados os cortes, constatou-se que o processo de redução poderia ser continuado em grelhas criadas para o efeito. Organizaram-se, assim, as unidades de registo em grelhas de análise, procedendo-se à sua impressão;
- f) decidimos usar os códigos que o *Atlas.ti* atribuíra a cada unidade de registo, para que cada uma delas fosse facilmente identificável;
- g) depois de efectuadas as reduções nas grelhas de análise, realizaram-se as interpretações finais, de modo a poder inferir a partir dos dados, e tentar responder às perguntas da investigação. Estas interpretações finais resultaram da

leitura dos segmentos de texto, depois de sujeitos à redução de dados, e já integrados nas respectivas subcategorias, nas grelhas de análise.

Mediante o exposto, consideramos que o programa *Atlas.ti* pode ter um papel fundamental em termos de análise de conteúdo, sendo recorrendo a procedimentos abertos, sendo recorrendo a procedimentos fechados.

O programa facilitou claramente o processo de análise dos dados, não só em termos de tempo, pois evitou uma análise mecânica, que se antevia muito demorada, mas também porque nos permitiu ir associando memorandos às unidades de registo, o que facilitou, sem dúvida, as interpretações finais.

Finalmente, o programa permitiu-nos utilizar um conjunto de critérios de redução de dados, previamente estabelecidos; além de ter facilitado a produção de grelhas de análise, que decidimos criar para melhor interpretar os dados, o que facilitou a resposta às questões de investigação iniciais.

No quadro seguinte, apresentam-se as categorias e subcategorias resultantes da aplicação da metodologia da *Grounded Theory* e utilizadas na análise de conteúdo de todas as entrevistas.

Quadro 1 - Categorias e subcategorias da análise de conteúdo

Categoria	Subcategoria
Redes de Cooperação e Partilha	Abertura da Biblioteca Escolar à Comunidade
	Cooperação/partilha
	Envolvimento da Comunidade Local
	Estratégias de actuação
	Importância do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares)
	Partilha de Recursos Humanos
	Partilha de Recursos Materiais e Documentais
	Rentabilização de recursos
Desafios para a Mudança	Utilizadores
	Aprendizagem ao Longo da Vida
	Impacto Social
	Importância da Formação
	Mudança de atitude/mentalidade
	Novos desafios
	Sentimento de posse
Factores político/ económicos	TIC/PTE
	Valorização do Professor Bibliotecário
	Factores financeiros
	Factores políticos de sucesso
	Factores políticos de insucesso
Promoção da Leitura	Limitações Autarquias
	A construção do leitor
	Implementação do PNL
	Mediação da leitura
	Papel da Família como mediadora de leitura

A organização de todas as categorias, subcategorias e respectivas unidades de registo consideradas significativas, encontra-se no anexo 3, na grelha de análise, com a respectiva redução de dados.

As unidades de registo serão utilizadas, ao longo da presente dissertação, para fundamentação das questões abordadas.

Capítulo I - A Importância das Bibliotecas

[...] é caso para reflectir se a biblioteca de Babel, feita à imagem e semelhança do Universo, não existirá também à imagem e semelhança de muitas bibliotecas possíveis. E pergunto-me ainda se será possível falar do presente ou do futuro das bibliotecas existentes, elaborando puros modelos fantásticos. Eu acho que sim (Eco, 2002: 12-13).

1.1. Enquadramento

A problemática da pesquisa escolhida para esta dissertação, permite traçar um enquadramento teórico e uma estrutura conceptual, que sustentarão a sua fundamentação. O quadro teórico tem um papel fundamental, visto que é através dele que se situa o trabalho de investigação dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte, contextualizando-o.

De facto, situar o trabalho, torna-se muito importante. Conhecer as novas correntes, quer nacionais, quer internacionais, os estudos já realizados e publicados, permite um enquadramento com a realidade do estudo que se pretende levar a efeito. Para os potenciais leitores, permitirá identificar a linha teórica em que a investigação se inseriu, com base nos autores seleccionados na revisão de literatura.

No que se refere à revisão de literatura, cabe-nos referir que foram utilizadas fontes electrónicas, quer páginas, quer documentos disponíveis em linha, de instituições fidedignas na área das bibliotecas, bem como a leitura de fontes publicadas em formato de livro. No que se refere à literatura publicada, as fontes utilizadas foram essencialmente estrangeiras, nomeadamente, estado-unidenses e latinas para o aspecto referente aos conceitos sobre a partilha e cooperação entre bibliotecas, atendendo à escassez e/ou inexistência de publicações em língua portuguesa. Relativamente à revisão de literatura para a temática da promoção da leitura, e papel dos mediadores e professor bibliotecário, as fontes utilizadas foram, substancialmente, de produção nacional ou espanhola.

1.2. O Papel das Bibliotecas

Como referimos anteriormente, o enquadramento conceptual desta dissertação de mestrado em ciências documentais focaliza-se, nos papéis e funções das bibliotecas públicas, escolares e universitárias. No que as distingue e do que as aproxima e une, numa perspectiva de trabalho em rede. Assim, iremos desenvolver nos próximos capítulos, devidamente delimitados ao período a que se refere a implementação da rede de bibliotecas públicas, a rede de bibliotecas escolares e a inexistência da rede de bibliotecas universitárias.

1.2.1. Bibliotecas Públicas - Rede de Leitura Pública

A rede de bibliotecas públicas nasceu com a publicação do Despacho 23/86 de 3 de Abril, da Secretaria da Cultura, sob a tutela de Teresa Patrício Gouveia, então secretária de estado da cultura, no seguimento do trabalho já desenvolvido pela BAD², pelo Instituto Português do Livro (IPL) e por alguns municípios. Para o efeito, nomeou um grupo de trabalho coordenado e orientado por Maria José Moura, presidente do Conselho Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e define que o grupo deve trabalhar em estreita colaboração com o Instituto Português do Livro, coordenado ao momento por Teresa Calçada. Este grupo de trabalho contou também com a participação de Pedro Vieira de Almeida e Joaquim Macedo Portilheiro, igualmente do IPL³. Este grupo teve a missão de, num prazo de três meses, apresentar um relatório com o objectivo de definir as bases de uma política nacional de leitura pública, as medidas imediatas de intervenção a implementar, bem como orientações conceptuais e programáticas sobre as bibliotecas a criar, que mereceram aprovação superior e estiveram na génese da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. A este propósito, consideremos como a Library Association define como biblioteca pública:

Uma biblioteca pública só poderá ser entendida como tal se assumir como objectivo a educação, a informação, a cultura e o lazer, tiver como finalidade contribuir para assegurar a qualidade de vida e fomentar a vivência de uma sociedade democrática tornando acessíveis os registos da experiência humana e assim promovendo a livre circulação de ideias e de informação. (The Library Association, 1983)

² BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas

³ IPL - Instituto Português do Livro

Para que uma biblioteca seja realmente um serviço público, é necessário assumir as seguintes funções:

- A. educativa;
- B. formativa;
- C. cultural;
- D. recreativa
- E. informacional.

Salientamos que, na prática do seu dia-a-dia, estas funções interligam-se e interagem, sendo, assim, impossível desenvolverem-se isoladamente. No que diz respeito à função educacional, esta não deve ser entendida como sendo a mesma da escola, da biblioteca escolar, visto que a biblioteca pública deve beneficiar a comunidade através da promoção da leitura, sem entrar em aspectos demasiadamente curriculares, estimulando a promoção do livro e da leitura em geral.

A. Função Educativa

A biblioteca pública, desde os seus primórdios até aos nossos dias, constitui-se como uma instituição que promove a educação por excelência. No entanto, esta educação deve ser entendida como um complemento à pesquisa académica. Partindo deste desígnio, podemos considerar que a função educativa desenvolvida pela biblioteca pública funciona como sustentáculo à educação formal, sem, porém, interromper a dinamização e preocupação pela educação não formal e informal. Daí podermos afirmar que a biblioteca pública não deverá apenas preocupar-se com o público infante-juvenil, mas, também, com os utilizadores em geral, e sobretudo com os não-utilizadores, ainda por conquistar. Também será muito importante que aquele organismo possa prestar apoio aos alunos de cursos das novas oportunidades, promovendo, desta forma, o conceito de aprendizagem ao longo da vida. Neste aspecto Teresa Calçada refere-nos o seguinte:

[...] mas hoje com aprender ao longo da vida com as novas oportunidades com a formação à noite, ao fim da tarde.... com os do abandono escolar, com tudo isso. Mais, a Biblioteca Pública tem também papéis nisto, ou pode ter, se se souber adaptar aos tempos, e assumir-se também como uma plataforma, portanto em conjunto. Nós não somos mais que uma plataforma que dissemina informação e conhecimento (2010).

A esta plataforma, que dissemina a informação e o conhecimento, poderemos entender como as redes concelhias e o trabalho em parceria entre todas as bibliotecas de um mesmo concelho, bem como os estabelecimentos de ensino e formação, que teremos oportunidade de abordar mais à frente, quando tratarmos da questão da rede concelhia e do funcionamento dos SABE⁴.

⁴ SABE - Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares da responsabilidade das autarquias e respectivamente dos técnicos da biblioteca municipal.

B. Função Formativa

Deveremos destacar o aspecto formativo que a biblioteca pública impulsiona, no que diz respeito às acções de formação dinamizadas por especialistas em diversas áreas da promoção da leitura e/ou tratamento documental, acções na sua maioria disponibilizadas pelo IPBL, em articulação com as autarquias. Estas acções têm maioritariamente como público-alvo: docentes, educadoras de infância, animadores de leitura e técnicos de bibliotecas, que são, por excelência, um contributo fundamental para a formação e disseminação de boas práticas.

C. Função Cultural

Quanto à sua função cultural, poderemos entendê-la como todo e qualquer tipo de manifestações artísticas e literárias, oferecidas à comunidade pela biblioteca, nomeadamente: recitais de poesia, dramatizações, clubes de leitura, encontros com autores, projecções de filmes, palestras, debates, lançamentos de livros, feiras do livro, exposições, entre muitas outras. Não é pretensão da biblioteca pública ser um museu, uma galeria de arte ou um teatro. Todavia, pela sua competência cultural, deve conceber no seu programa estratégico e planos de actividades acções de cariz cultural que envolvam os membros da comunidade local, interligando estas actividades com a promoção do livro e da leitura.

D. Função Recreativa

No que diz respeito à sua função recreativa, visa atender uma importante necessidade social e cívica. A biblioteca pública deve satisfazer as necessidades da comunidade que representa e, para tal, necessita conhecer a opinião dos seus utilizadores, como nos refere Sylviane Rigolet “a *démarche de ir ao encontro* da comunidade tem de partir dos responsáveis da biblioteca pública, através de inquéritos, entrevistas, curtos mas pertinentes, numa postura de escuta, fundamental e sempre *open mind*” (2010). Corresponde à disponibilização e oferta de leituras e acções descomprometidas e de livre frequência, permitindo, assim, aos utilizadores que procuram momentos de relaxamento e recreação, vivências de bem-estar e de fruição. Neste aspecto, podemos referir por um lado o livre acesso a revistas, jornais, filmes e registos áudio, e por outro a dinamização de ateliês de criação artística, quer de expressão plástica, quer de expressão dramática. Ao desenvolver esta função recreativa, a biblioteca pública irá despertar nos utilizadores a criatividade, a imaginação, o sentido estético, o sentido crítico, o que levará, progressivamente, a um público cada vez mais exigente e mais interventivo. Aporta ressaltarmos que este tipo de acções confere à biblioteca pública uma importância crucial no seu papel em relação às famílias, visto que inúmeras destas actividades podem e devem ser destinadas a grupos etários heterogéneos, permitindo, desta forma, a interacção entre todos os membros da comunidade.

E. Função Informacional

Por último, destacamos a função informacional. À biblioteca pública cabe fornecer informação confiável, de forma mais rápida e, principalmente, com qualidade e diversificada. Na sociedade actual, os suportes de informação são cada vez mais diversificados, e a biblioteca pública deverá possuir no seu acervo documental, quer recursos tangíveis, onde incluímos todo o fundo documental existente na instituição, nomeadamente livros, DVDs, CD-ROMs, periódicos, mapas, filmes, quer muitos outros. Mas, também, recursos intangíveis, que se encontram em linha com acesso remoto em plataformas de livre acesso ou em bases de dados e repositórios, onde a biblioteca pública tenha a respectiva assinatura. Os utilizadores da actualidade são, por sua vez, mais exigentes, procuram informação para o seu dia-a-dia, por simples curiosidade, por necessidade académica ou profissional. A biblioteca pública deve, assim, possuir sistemas de gestão documental, que permitam de maneira eficaz e eficiente, aos seus utilizadores encontrarem o que pesquisam, de forma autónoma ou com apoio dos técnicos especializados que aí se encontram.

Estas cinco dimensões da biblioteca pública, como referimos no início, não caminham isoladamente. Bem pelo contrário, estão interligadas entre si, e só podem chegar a bom porto, se assim forem entendidas e fomentadas na dinâmica daquele espaço.

Importante é também salientar que a biblioteca pública é especialmente um lugar onde existem, se constroem e se fomentam relações intergeracionais, como nos disse Cristina Granada no seu depoimento “ao espaço da história, ao espaço do desfruto do conto, acrescentamos o afecto, acrescentamos o espaço da família, o espaço do encontro intergeracional, e a biblioteca ganha mais uma dimensão” (2010). A biblioteca é um espaço que está aberto a todos os cidadãos, independentemente da sua idade, género, religião, raça e ideologia. Também sobre esta aproximação entre gerações Carla Fernandes refere-nos o seguinte: “A aproximação entre as diferentes gerações num mesmo espaço é um sinal evidente de oportunidade para alargar os hábitos de leitura na comunidade, para além do estreitamento das relações interpessoais que a componente sócio-afectiva da leitura permite” (2010).

A biblioteca pública presta serviços de empréstimos e partilha de documentação para todos os utilizadores de uma determinada comunidade local, que coabitam um espaço comum. Sobre este processo de empréstimo, a relação dos utilizadores com a biblioteca pública e orgânica implementada, Paulo Fernandes presta-nos o seu depoimento sobre o mesmo, no que refere, particularmente, ao funcionamento da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade, no Fundão:

O efeito da participação das pessoas, das pessoas se apropriarem do espaço, as pessoas sejam ao mesmo tempo, digamos, utilizadores mas também sejam exigentes, digamos, enquanto utentes. Por isso o carácter de avaliação permanente, de necessidade de estarmos permanentemente em ouvir, auscultar, temos sistemas que as pessoas deixam as suas sugestões, as suas informações, os seus gostos, os seus pedidos, são lógicas, digamos, de participação cívica muito interessantes e que fazem com que os equipamentos de

biblioteca tenham no ponto de vista organizativo, comparado com outro tipo de equipamentos, por assim dizer, um quadro de pessoal, geralmente, muito mais profissionalizado, muito mais ciente, digamos, das funções, muito organizado, muito eficiente e sempre num diálogo directo com muita proximidade com o utente, onde a linha da avaliação, da resposta, geralmente têm percursos muito curtos, muito simples e muito coerentes do ponto de vista daquilo que as pessoas procuram naquele espaço, daquilo que podemos oferecer, e daquilo que aqueles que procuram e aqueles que oferecem, podem fazer em comum para melhorar a vivência do espaço (2010).

Estas interacções geracionais são facilitadas através da convivência, no mesmo espaço, dos diferentes grupos etários, pelo que podem e devem ser uma mais-valia na vida e dinâmica da biblioteca pública.

A UNESCO considera a Biblioteca Pública como uma “força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres” (IFLA/UNESCO, 1994).

Também sobre esta relação criada entre utilizadores, Paulo Fernandes também nos refere o seguinte:

A partir desta relação, nós hoje temos uma nova geração de utilizadores e utentes da biblioteca que se calhar há uns anos atrás pensávamos que não iríamos ter. Porque, basta ver as taxas de ocupação da biblioteca e que também sentimos nos espaços escolares. Mas eu vejo na biblioteca municipal, vejo de facto o número de leitores, o número de livros emprestados, o número de pessoas que passam anualmente, tem de facto uma taxa de penetração naquilo que é a nossa dimensão é absolutamente extraordinário (2010).

Contudo, provocar estas relações intergeracionais e ampliar as mesmas, é um papel que deve ser mediado e sustentado pelos técnicos da biblioteca pública, ao incentivar e desenvolver dinâmicas de trabalhos que envolvam as diferentes gerações, mediante programas de índole diversificada.

Sobre a apropriação do espaço de biblioteca por parte dos utilizadores Cristina Granada refere o seguinte:

[...] abrir as portas responsabilizando quem entra vai passar a fazer parte de, não entra num espaço que é de outros, passa a entrar num espaço que é seu e ao assumir aquele espaço como seu, passa a respeitá-lo, passa também a ser responsável pela manutenção daquele espaço e a experiência que temos tido aqui em termos biblioteca municipal é que quanto mais deixamos utilizar, e quanto mais gente entra neste espaço mais salvaguardado ele está, mas protegido ele está porque as pessoas que cá vêm utilizar determinados recursos querem voltar a encontrá-los em boas condições quando cá regressarem. Portanto a própria partilha também é o garante da conservação é claro que depois haverá desgaste, é claro que depois haverá avaria, mas qual é a vantagem de ter um equipamento belíssimo, fantástico, e bem equipado de portas fechadas nenhuma para a humanidade, com certeza (2010).

Na obra, *Bibliotecas para a vida I*, a biblioteca pública é entendida como sendo aquela que visa oferecer serviços à comunidade local, dirigida ao público quer literato quer não literato, independentemente da sua cor, raça, género, faixa etária, religião, ideologia e classe social, segundo Calixto:

[...] as bibliotecas públicas podem ajudar as pessoas a encontrar emprego ou a combater a solidão, a obter e desenvolver competências informáticas ou a conhecer melhor a história da sua comunidade, a manter os imigrantes em contacto com os países de origem ou ajudar os presos ou hospitalizados a lidar com as suas situações específicas (2007: 7).

Para formar cidadãos críticos e interventivos, a partir dos hábitos de leitura, a biblioteca pública tem de ir mais além, conquistando os não-leitores, os que nunca entraram numa biblioteca, e utilizar técnicas de marketing para os atrair, só assim a biblioteca pública será, efectivamente, um serviço para todos neste sentido o fortalecimento de dinâmicas e transformações sociais, sendo capaz de contribuir para modificações no âmbito da comunidade local, através do conhecimento, descobrindo e revelando o mundo actual, ao promover a qualidade de vida para todos os que dela podem usufruir.

1.2.2. Bibliotecas Escolares - Rede de Bibliotecas Escolares

A biblioteca escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO (IFLA/UNESCO, 1999).

O conceito de biblioteca escolar inclui os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos, qualquer que seja a sua tipologia e suporte, que constituem recursos pedagógicos para as actividades quotidianas de ensino e aprendizagem, para actividades curriculares não lectivas, para ocupação de tempos livres e de lazer.

De acordo com este conceito, a biblioteca escolar deve ser um verdadeiro "Centro de Aprendizagens" com recursos multimédia, livros, programas informáticos, periódicos, registos vídeo e áudio, diapositivos, filmes, CD-ROM, recursos digitais em linha, ao dispor de toda a comunidade escolar, e devem constituir-se como um núcleo da organização pedagógica da escola, vocacionado para as actividades culturais e para a informação.

Segundo a Declaração Política da IASL (1993), a Biblioteca Escolar desempenha um papel vital no processo educativo, não podendo ser encarada como uma entidade separada e isolada da globalidade da escola, mas sim envolvida no processo de ensino e aprendizagem. Tal como as bibliotecas públicas, as bibliotecas escolares têm como principais funções, a ter

em conta no processo de ensino-aprendizagem, as seguintes dimensões: informativa, educativa, cultural e recreativa.

A Informativa deve fornecer informação de confiança com rápido acesso e transferência da informação, devendo a biblioteca escolar ser parte das redes regionais e nacionais da informação.

Quanto à educativa esta deve promover a educação contínua ao longo da vida, dispor de instalações e de condições propícias a uma boa aprendizagem, criar condições para a orientação na localização, selecção/utilização de materiais e treino em destreza de informação, através da integração com os ensinamentos da aula e a promoção da liberdade intelectual.

No respeitante à cultural implica melhorar a qualidade de vida, através da apresentação e apoio da experiência estética, orientação na apreciação de artes, encorajamento da criatividade e desenvolvimento de relações humanas positivas.

A dimensão recreativa remete para o aumento de uma vida equilibrada, enriquecida, o encorajamento da utilização do tempo de descanso, através do fornecimento de informação recreativa, de materiais e de programas de conteúdo lúdico e da orientação no uso do tempo de lazer.

A biblioteca escolar tenta cumprir estas funções desenvolvendo políticas e serviços, seleccionando e adquirindo recursos, proporcionando acesso material e intelectual a fontes de informação apropriadas, disponibilizando equipamentos e dispondo de pessoal qualificado. O fundo documental da biblioteca escolar deverá adequar-se ao currículo escolar, requerendo processos de selecção, aquisição, organização, preservação e abate, de acordo com os interesses e necessidades, de âmbito escolar e/ou lúdico, dos membros da comunidade educativa.

Para que esta política de gestão de colecções possa ser levada a cabo com eficácia, foram estabelecidos acordos de parceria com outras Bibliotecas que, entre outros objectivos, são conducentes à permuta de documentos, nomeadamente com a biblioteca municipal, no âmbito das atribuições do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE).

A escola é o único local em que todos os cidadãos, sem qualquer diferenciação, têm acesso e são levados a frequentá-la durante o período de escolaridade obrigatória. Daí a responsabilidade que a biblioteca escolar tem na formação de leitores para a vida e de potenciais utilizadores de outro tipo de bibliotecas. Cabe, à biblioteca escolar, incrementar e estimular a necessidade de aceder à informação na sociedade actual baseada no conhecimento.

A IFLA assume, além disso, que a biblioteca escolar é uma componente essencial nas redes bibliotecárias locais, regionais e nacionais. Neste sentido, são as autoridades e administrações que são responsáveis por dotar as bibliotecas escolares com legislação e políticas específicas.

A Rede de Bibliotecas Escolares nasce a partir da constituição do grupo de trabalho criado pelos despachos conjuntos n.º 43/ME/MC/95 de 29 de Dezembro e n.º 5/ME/MC/96, de

9 de Janeiro. Deste grupo de trabalho fizeram parte: Isabel Veiga (coordenação); Cristina Barroso; José António Calixto; Teresa Calçada e Teresa Gaspar.

A nível nacional, com o lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares em 1996, e com a inclusão daquela nas escolas ao longo dos últimos doze anos, encontramos-nos na fase actual, em que todas as escolas - tendo em conta a formação dos agrupamentos de escolas - se encontram integradas na Rede de Bibliotecas Escolares, o que não se passa ainda ao nível das bibliotecas de leitura pública, pois existem, todavia, concelhos sem bibliotecas municipais. Esta situação exige uma reflexão, a qual teremos oportunidade de voltar a abordar.

Ao longo destes últimos anos, um dos maiores avanços nas tecnologias da informação é, sem dúvida, a comunicação. A grande facilidade em interligar serviços, empresas e instituições, levou a que o trabalho de colaboração tenha vindo a cumprir um dos principais desafios: a divisão e redução de tarefas e o aproveitamento, por parte das organizações, dos trabalhos realizados por um técnico específico ou pela instituição. No caso das bibliotecas escolares, não só tem significado a melhoria da produção e aproveitamento de recursos, mas, também, um salto qualitativo na sua infra-estrutura e conceito de rede global. Segundo Veiga et al. “a transformação da biblioteca escolar pode ter um efeito indutor na mudança da escola em geral. Mas essa transformação não pode ser imposta normativamente do exterior; terá de corresponder a uma necessidade da própria escola [...] em particular dos seus órgãos de gestão” (1996: 31).

Porém, algumas orientações e linhas de funcionamento são próprias de cada uma das bibliotecas, pelo que ambas são necessárias e complementares, sobretudo no trajecto de vida dos estudantes até à idade adulta / profissional. Numa perspectiva que “aprender é cada vez menos memorizar conhecimentos e cada vez mais preparar-se para os saber encontrar, avaliar e utilizar. A capacidade de actualização passa a ser uma ferramenta essencial ao indivíduo, se quiser sobreviver numa sociedade de verdades relativas e efémeras” (Calixto, 1996: 86). A biblioteca escolar tem um papel preponderante na construção e formação de utilizadores capazes de manipular com autonomia os recursos existentes, quer estes sejam em suporte de papel, quer estes sejam em suporte digital em linha ou presenciais.

Nesta publicação de Calixto, que antecedeu a criação da Rede de Bibliotecas Escolares, o autor coloca diversas questões bastante pertinentes, se bem que muitas delas passados catorze anos, ainda não se encontram satisfeitas, nomeadamente “[...] à falta de um currículo de habilidades de informação[...]” (1996: 103). Na actualidade seria pertinente repensarmos uma nova disciplina, possivelmente **Métodos de Gestão da Informação**. Muitas das metodologias têm de ser alteradas, e os Conselhos Pedagógicos deverão ter um papel crucial na definição destas estratégias de actuação. Quanto à introdução no currículo da disciplina de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) tem-se constatado que é insuficiente, pois está voltada em demasia para a exploração técnica de determinados softwares específicos, não dando espaço a um real aprofundamento, no que diz respeito à pesquisa, selecção e tratamento da informação, concretamente às questões relacionadas com

a liberdade intelectual, os direitos de autor e o livre acesso à informação. Todavia, não é possível uma pedagogia da documentação sem bibliotecas escolares, e estas existem, de facto na actualidade. No entanto, teremos de saber rentabilizar estes recursos para promover o desenvolvimento da capacidade de manuseamento da informação, através de sistemas organizados que propiciem oportunidades para a exercitar, desenvolver mentes críticas capazes de intervir democraticamente na sociedade.”Sabemos no entanto que na prática prevalece uma pedagogia onde o professor desempenha o papel central, e o manual escolar é muitas vezes reconhecido como o recurso essencial e muitas vezes o único” (Calixto, 1996: 103). Promover a metodologia do *Aprender a Aprender* exige que os alunos devam ser capazes de localizar, seleccionar, interrogar, interpretar e comunicar conhecimento e compreensão. Estas competências devem ser adquiridas e por isso devem ser introduzidas transversalmente no currículo, através de estratégias e planificações estruturadas, com a estreita colaboração e intervenção da biblioteca escolar.

Sobre este conceito de *Aprender a Aprender* e a sua relação com as bibliotecas, consideremos o que nos diz Benito Morales:

Su finalidad última es el aprendizaje a lo largo de la vida, siendo las bibliotecas, con sus recursos materiales y humanos, un entorno esencial para la educación formal, no formal e informal. En este sentido, implica a docentes y bibliotecarios, como las dos caras de la misma moneda de este nuevo proceso alfabetizador, de un aprendizaje basado en recursos y en el desarrollo de habilidades para aprender a aprender (s.d.: 11).

A implementação do Plano Nacional de Leitura e a sua articulação com a Biblioteca Escolar deverá constituir a melhor ponte, que as bibliotecas possuem, para poderem desenvolver um trabalho articulado com os departamentos curriculares e outras estruturas pedagógicas dos agrupamentos/ escolas. Essa redefinição parte do pressuposto que:

é bom que as escolas se habituem a fazer rodar os livros pelas turmas para que as crianças percebam desde muito cedo que o livro pode ser lido por muita gente e que podem ir à biblioteca ler o livro e voltar a entregá-lo. Esta é uma lógica normal em países que têm elevados níveis de literacia (Alçada & Calçada, 2007: 37).

Ao enunciado, acrescentaríamos ainda, que as escolas se devem habituar a partilhar estes recursos também com outras escolas e com outras bibliotecas. Como teremos oportunidade de continuar a expor, os países que têm maiores níveis de literacia, por sua vez os países mais desenvolvidos, são realmente os países que mais partilham e desenvolvem projectos de cooperação eficazes.

A Biblioteca Escolar tem de deixar de ser vista como um mero recurso material e espacial existente dentro da escola, para passar a fazer parte de uma estrutura pedagógica com todas as potencialidade de gerar e difundir informação e conhecimento. Como refere Lanaspá:

[...] la biblioteca escolar deja así de ser considerada una mera herramienta [...] para convertirse en un objeto de reflexión, en un núcleo generador de ideas y de acciones de cambio en el seno de una escuela que se quiere renovada para atender de forma consecuente las necesidades y demandas de nuestras sociedades modernas, plurales y plenamente democráticas [...] un modelo de biblioteca entendido no solo como un centro de información y de recursos naturales, sino también [...] como un centro de recursos intelectuales capaz de generar en las escuelas una dinámica transformadora [...] La biblioteca escolar está llamada a constituir la necesaria para el cambio curricular (1998: 29).

A biblioteca escolar, através do professor bibliotecário, com assento no Conselho Pedagógico da Escola, bem como a restante equipa de coordenação da biblioteca, deverão ser considerados uma mais-valia na construção do projecto educativo do agrupamento/ escola o qual, por sua vez, deverá reflectir-se nas práticas pedagógicas.

1.2.3. Bibliotecas Universitárias

Desde os finais dos anos oitenta que as bibliotecas universitárias vivem um processo de grande expansão um pouco por toda a Europa. Em consequência das mudanças produzidas nos anos anteriores, no ensino universitário as quais observou-se a um incremento exponencial do número de instituições de ensino superior, quer seja universitário, ou politécnico. Por sua vez o número de alunos está a aumentar, a par de um crescente reconhecimento da importância da investigação na formação de cariz superior.

Segundo Braga & Queiroz (2010) a esta criação de novas bibliotecas universitárias, e à renovação e modernização das existentes juntaram-se alterações qualitativas dos propósitos e serviços prestados, de modo a satisfazer novas necessidades com recurso às tecnologias da informação e comunicação.

A missão da biblioteca universitária é fornecer serviços de informação, serviços de apoio ao ensino, pesquisa e missões de serviço público da universidade, nomeadamente a investigação científica. A realização da missão exige o desenvolvimento de normas para enfrentar as formas pelas quais as metas devem ser desenvolvidas, medidos os recursos necessários estimados, bem como o sucesso na realização do objectivo avaliado.

A par da missão tradicional de conservação e disponibilização de obras, surge, agora, com crescente impacto e importância, o acesso à informação e ao conhecimento em processo contínuo: em suporte impresso, em suporte audiovisual, ou em linha, através do acesso a bases de dados, catálogos informatizados. As redes de cooperação com outras bibliotecas, permitem os empréstimos interbibliotecas e repositórios. Estas alterações traduzem-se numa mudança considerável de frequência das bibliotecas, que passa a ser procurada e utilizada pelas mais diversificadas razões e necessidades dos respectivos utilizadores.

As bibliotecas universitárias têm um papel extraordinariamente importante no que concerne à formação de alunos, docentes e investigadores. Torna-se crucial salientarmos que se trata de uma biblioteca muitas vezes especializada na área dos cursos que a instituição universitária promove. Apesar de possuir as chamadas obras de referência, oferece aos seus utilizadores fundamentalmente recursos, quer tangíveis, quer intangíveis, das áreas e domínios da formação ministrada na instituição. Salientamos aqui as assinaturas de revistas científicas as bases de dados e repositórios em linha de assinatura, que as respectivas universidades disponibilizam aos seus utilizadores.

As bibliotecas renovam-se e adaptam-se às novas exigências que impõe a sociedade do conhecimento, incorporando as tecnologias digitais de organização, armazenamento e acesso à informação. Oferecem, desta forma, novos serviços vinculados com a formação e alfabetização informacional dos utilizadores. Em consequência transformam os espaços das bibliotecas em cenários de apoio e de aprendizagem, possibilitando o acesso a muitas plataformas de aprendizagem, que funcionam em linha. Posicionando-se assim, numa nova filosofia ou planeamento da biblioteca universitária, de modo a que esta possa ser entendida como um *Centro de Recursos de Apoio à Aprendizagem e Investigação*.

Segundo Moreira (2006: 20), a esta biblioteca universitária estão agregados quatro conceitos chave de ideias motrizes:

1. a optimização de recursos, quer sejam recursos materiais, quer sejam serviços que prestam;
2. a gestão da informação e respectivo acesso à mesma, nomeadamente as bases de dados, as revistas electrónicas, fundos bibliográficos e repositórios digitais;
3. o apoio à docência e à aprendizagem, tendo em consideração os novos métodos de ensino e aprendizagem, o recurso a plataformas de aprendizagem em linha o *e-learning*, o novo conceito e paradigma de aprendizagem ao longo da vida;
4. a actividade formativa da biblioteca: a alfabetização informacional. Considerando a multiplicidade de suportes disponíveis, muitos deles que se encontram em linha ou em suportes digitais, há necessidade da biblioteca promover acções formativas para que os seus utilizadores se familiarizem com estes recursos.

O desafio para a inovação da docência universitária reside em oferecer materiais académicos de qualidade tanto científica, como tecnológica, como didáctica.

Importa também referir que o avanço das bibliotecas universitárias está intimamente ligado com o desenvolvimento da sociedade de informação, comunicação e conhecimento, numa perspectiva economicamente globalizante. Aparecem, assim, novos sistemas de comunicação, que vão gerar conhecimento e transmitir a informação, tal como o acesso à mesma que se encontra massificado através dos novos suportes.

Segundo Guitián & Piñero (2008) as bibliotecas universitárias da actualidade devem dar resposta aos seguintes aspectos: Possibilitar o acesso à informação e documentação que o utilizador necessite, quer existente na universidade ou em outra, de forma fácil, rápida e organizada; programar o crescimento das diversas colecções bibliográficas e integrar outros materiais, tanto em suporte papel como electrónico; disponibilizar equipamento programado para estimular a aprendizagem, a sociabilidade, o estudo e a cultura; integrar outros serviços da universidade que tenham relação directa com a aprendizagem; organizar actividades curriculares e extracurriculares nas diferentes comunidades de utilizadores da universidade; planificar, implementar e programar actividades académicas e eventos especiais; dispor de uma ampla gama de serviços gerais e personalizados, segundo as necessidades dos utilizadores.

O novo paradigma da educação, centrado na aprendizagem ao longo da vida, o fomento da sua autonomia, unido com a introdução das tecnologias de informação e comunicação, e os processos inovadores de aprendizagem, implicam sem dúvida, que as universidades criem novas plataformas de disseminação do conhecimento. Pensemos então que este novo modelo de entender a educação centrada na sua autonomia, a aula tradicional com um lugar físico, com um determinado horário, poderá dar lugar a outros espaços virtuais, às aulas virtuais, laboratórios, seminários, salas de discussão, entre muitas outras soluções.

Citamos um documento de referência: *The role of libraries in lifelong learning*:

The creation of electronic networks between public libraries and research libraries, school libraries and special libraries.

The development of networks between public libraries and educational institutions and organizations.

The use of information- and communication technology (ITC) in the libraries work with lifelong learning (IFLA, 2004).

Este documento da IFLA aconselha que em todas as bibliotecas, especialmente nas que promovem a aprendizagem ao longo da vida, em universidades e bibliotecas especializadas, sejam criadas rede electrónicas, e que seja promovido o trabalho nas áreas das tecnologias de informação e comunicação.

Por último, consideramos bastante pertinente referir que em Portugal ainda não existe nenhuma rede de bibliotecas universitárias constituída. Esta lacuna deve-se, fundamentalmente, à autonomia que as universidades e politécnicos têm na sua gestão. Cremos que até hoje não existiu superiormente uma orientação com essa finalidade. Por outro lado, poderemos vir a assistir a uma situação algo insólita, que será a constituição dessa rede sob a alçada do Ministério do Ensino Superior, visto que já temos a Rede de Bibliotecas Públicas, sob a alçada do Ministério da Cultura e das Autarquias e as Bibliotecas Escolares, sob a do Ministério da Educação. Seria de todo interessante a existência de alguma fusão, no que diz respeito a um grande Projecto Nacional de Promoção da Leitura e das Literacias, onde se incluíssem essas tipologias de bibliotecas, a fim de se poderem entrelaçar e concretizarem um trabalho de cooperação e rentabilização de recursos, mais eficaz e transversal no percurso de um leitor.

Gostaríamos, ainda, de salientar que embora não exista nenhuma rede formal de bibliotecas universitárias, existem já recursos/serviços significativos em linha de trabalho entre universidades, que são os casos dos repositórios e dos catálogos, nomeadamente, o RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal e o ColCat - Catálogo Colectivo, entre muitos outros, que não sendo colectivos, disponibilizam os recursos em linha, das respectivas universidades e politécnicos.

1.3. Complementaridade entre as Bibliotecas Públicas e as Escolares

Após a apresentação dos papéis e missões das bibliotecas públicas, escolares e universitárias, é fundamental avançarmos para o que se refere ao trabalho em rede, o trabalho entre estas instituições, vantagens e desvantagens destas parcerias e cooperação. Assim, e como nos refere Kepa Osoro, “[...] aquellos que estamos convencidos de la necesidad de establecer puentes sólidos, cálidos y vitales entre la escuela y las bibliotecas públicas...tenemos la obligación de dar un paso al frente [...]” (1997: 26), é prioritário que todos os que sentimos a necessidade de criar verdadeiras parcerias de trabalho em rede, comecemos por despertar e cativar o interesse dos outros intervenientes.

As bibliotecas públicas e escolares devem ser complementares, levando a cabo actuações conjuntas, que permitam aproveitar os recursos, mediante uma cooperação baseada nas tecnologias da informação.

As directrizes da IFLA/UNESCO de 2003 para os serviços da biblioteca pública estabelecem a necessidade de colaborar com o sistema educativo, num sentido mais amplo, seja em escolas ou outras organizações educativas.

Distingamos como esta colaboração se apresenta, nas finalidades da biblioteca pública, onde se contempla o acesso ao conhecimento disponível em diversos suportes, a fim de proporcionar e apoiar a educação informal e formal em todos os seus níveis, no qual se inclui a escola, mas não apenas ela. Além disso, apresenta outras formas de colaboração com os estabelecimentos de ensino, na parte que se refere à cooperação e partilha de recursos. “Uma das relações institucionais mais importantes para a biblioteca pública é a que estabelece com as escolas locais e o sistema educativo na área abrangida pelo serviço” (IFLA/UNESCO, 2003).

Apresentam um conjunto de propostas que configuram um amplo repertório, a partir do qual as bibliotecas públicas podem desenhar as suas actividades concretas, em função dos seus recursos.

Esta colaboração traduz-se, sempre, numa melhoria da qualidade dos serviços e na satisfação dos utilizadores. Devemos acrescentar que um maior conhecimento entre as

entidades que participam, a relação entre estas e o seu ambiente, contribuem, certamente, para a valorização da história cultural local, desde uma óptica economicista, que permite a optimização de recursos e facilita a sua gestão. Além disso, toda a colaboração possibilita ampliar a difusão das bibliotecas, divulgar a sua função e promover novos utilizadores. O trabalho colaborativo facilita o estabelecimento de padrões comuns de procedimentos, a avaliação das necessidades de recursos e serviços. “Bibliotecas escolares e bibliotecas públicas têm, no contexto da sociedade contemporânea, responsabilidades educativas, formativas e culturais acrescidas, obrigando a adequar as suas respostas às dinâmicas sociais presentes em cada momento” (Calçada M. T.: 2).

Nesta perspectiva, as bibliotecas públicas e escolares, trabalham ambas em função de um conceito alargado de educação, de formação, de dinamização cultural, princípios que entusiasma a cooperação entre as bibliotecas, e que tem vindo a ser melhorado através da implementação dos Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares. A sua implementação nas autarquias é recomendada através do documento *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, sendo que estes serviços já se encontram em funcionamento em muitas das bibliotecas municipais do nosso país. “O Ministério da Cultura deverá proporcionar apoio técnico indispensável à execução dos programas das escolas, através dos seus serviços competentes ou de colaboração com os serviços das autarquias. Deverá ainda financiar a criação dos SABE nas bibliotecas da Rede de Leitura Pública” (Veiga, et al., 1996: 55).

Aos SABE cabe desenvolver materiais de apoio para as equipas responsáveis pelas Bibliotecas Escolares sobre as diversas tarefas de organização, gestão, definição de uma política de tratamento da informação, adequada e uniforme para todo o concelho e ajudar no desenvolvimento de práticas pedagógicas dos diferentes estabelecimentos/ níveis de ensino. Os SABE devem também fomentar a ideia de integração das Bibliotecas Escolares numa rede concelhia de bibliotecas.

A biblioteca escolar é aquela pela qual passam, ou deveriam passar, todas as crianças e jovens de uma comunidade, já que é o centro de documentação dos centros educativos e escolas, em que *obrigatoriamente* se formam todos os membros de uma comunidade, nas suas primeiras idades. Daí que a biblioteca escolar deva preparar as crianças e jovens para o uso actual e futuro da biblioteca pública.

Por outro lado, a biblioteca pública deve contar com serviços especificamente dirigidos a estas idades, com programas atractivos, divulgando-os junto das crianças e jovens, através das escolas, famílias ou outros locais na comunidade. Pretende-se que todos façam uso dos respectivos serviços, de forma cada vez mais frequente, com melhor e maior aproveitamento dos diferentes recursos e serviços.

Mas para isso é imprescindível que ambas as bibliotecas trabalhem em estreita colaboração, cooperação, partilha, para atingir uma verdadeira integração; onde não se sobreponham, quer a nível de serviços, quer a nível de recursos, mas rentabilizem, de forma sustentável, os existentes, permitindo, desta forma, abranger um maior número de utilizadores.

Ziarnik considera que as bibliotecas públicas e escolares devem trabalhar juntamente, porque só trará benefícios para todos os membros da comunidade:

For people of all ages in community, excellent library service is provided when school, public, and other (including corporate and hospital) librarians work together and refer individuals to whichever library or librarian can best answer a question. We hope to live as a community of learners, with access to many library collections and online database (2003: 20-21).

A autora destaca a importância do trabalho entre bibliotecas, pois, assim, a competência dos bibliotecários será superior, permitindo dar respostas eficazes aos utilizadores e promover o desenvolvimento das colecções, assim como o acesso à base de dados e respectivo catálogo em linha.

A Resolução do Parlamento Europeu de 1998, sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna, *O Comunicado de Leuven* de 1998 e a *Declaração de Copenhaga* de 1999, insistem na necessidade de serem criadas redes de bibliotecas que venham a potenciar a política de informação, que, por sua vez, irá ter um papel fulcral na preservação da memória de cada local, região e país, como foi definido na Conferência de Copenhaga:

Prepare a national information policy for the development and coordination of all relevant resources, in the public interest. This policy framework will recognize the vital and unique role of public libraries as access points for the majority of citizens and be supported by suitable library legislation (1999: 2).

Na sequência do enunciado, estas redes em que se integram, entre outras, as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, devem funcionar numa base de intercâmbio de conhecimentos, de cultura e de construção de uma sociedade de informação democrática, aberta, transparente, ao serviço dos cidadãos, numa formação contínua durante a vida, apostando, assim, na aprendizagem ao longo da vida.

1.4. Para além das visitas de estudo

O primeiro estágio de desenvolvimento contemporâneo da rede de bibliotecas de leitura pública estabeleceu, unidireccionalmente, veículos de colaboração com as instituições educativas. Actualmente, nas nossas bibliotecas, existem muitas práticas generalizadas que introduzem este trabalho de cooperação. A actividade mais comum e habitual que as bibliotecas públicas oferecem às escolas são as visitas guiadas. Estas pretendem dar a conhecer a biblioteca e os seus serviços aos alunos e também aos docentes das escolas mais próximas, com o intuito de colmatar o desconhecimento que este público tinha da biblioteca. Contudo, esta medida nem sempre cumpre com o desejado: uma função formativa original devidamente preparada em estreita colaboração com os docentes; pois, muitas vezes, convertem-se em agradáveis visitas turísticas, um passeio à biblioteca, para vê-la como quem

visita um templo. Nesta perspectiva crítica, relativamente às visitas das escolas às bibliotecas públicas, Lombard no seu artigo *La lecture partagée : Le lien entre les deux rives*, (2004) tipifica as visitas às bibliotecas públicas da seguinte forma: visita museu “Il y a d’abord la visite de type musée. Une classe est accueillie une fois par an pour une visite de l’établissement municipal comme elle le ferait de la caserne des pompiers ou des bureaux du journal local” (Lombard, 2004). Esta visita é realizada uma vez por ano, como se tratasse de uma visita de estudo a um museu, onde a observação e o destaque da descoberta se vai basear nos aspectos das condições físicas e espaciais, organização, condições de utilização e funcionamento da instituição, muito mais do que na abordagem de conteúdos da informação. Outro tipo de visita que Lombard refere é a visita espectáculo, “Autre type d’accueil : la visite spectacle. Une classe vient voir une exposition, rencontrer un auteur, écouter un conteur” (Lombard, 2004). Este tipo de visitas, também por convite das bibliotecas públicas, inserem-se na divulgação de autores, contadores de histórias ou mediadores da leitura, na dinâmica da realização de actividades pontuais, e são habitualmente dispendiosas. Porém, as escolas consomem com grande facilidade este tipo de oferta cultural. Não exigem preparação pedagógica, nem resultados esperados, apenas a presença e o contacto com os convidados.

O último tipo de visita que refere são as visitas *tipo supermercado*. “Le modèle le plus usité est la visite de type "supermarché". Cinq à quinze fois par année scolaire, des classes de maternelle et de primaire sont accueillies à la bibliothèque” (Lombard, 2004).

Este tipo de visita é mais habitual para os jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo. Realizam-se entre cinco a quinze visitas durante o ano, as crianças circulam livremente nos espaços da biblioteca, fazem as suas escolhas de obras a requisitar e ouvem uma história contada pelo bibliotecário. Véronique-Marie Lombard refere que neste tipo de visitas, pouca diferença existe das que as mesmas crianças realizam com os seus familiares. Apenas com uma diferença: contará para as estatísticas o número de requisições efectuadas por cada aluno. Lombard deixa-nos diversas reflexões sobre este assunto: as crianças levaram os livros para casa e leram-nos realmente? Quantos livros leu o professor? Quem fez a escolha/selecção das temáticas a descobrir? Quem gera as animações? Quem conduz os *workshops*? O professor irá trabalhar posteriormente esses livros/ temáticas na sala de aula? Utiliza a biblioteca pública como biblioteca escolar? A todas estas questões Lombard refere que a escola tem uma atitude muito consumista em relação à biblioteca pública. A biblioteca é frequentemente uma extensão da escola. E, para ser um parceiro efectivo, no seu próprio direito, ou seja, trabalhar como instituição educacional, tem de haver mudança de práticas, ou seja a relação tem de deixar de ser de subordinação para se transformar numa relação de cooperação efectiva.

É fundamental uma dedicação de tempo de ambas as partes para preparar as visitas ou outras actividades em parceria. A planificação e delineação de estratégias, elaboradas em conjunto, são um dos melhores passos a serem dados pelas bibliotecas públicas e escolares.

A promoção da leitura, actividade fundamental da escola e da biblioteca, também pode e deve ser partilhada. Que sentido tem que bibliotecas públicas, e mesmo escolas

geograficamente próximas, convidem os mesmos escritores, os mesmos contadores de histórias, ou os mesmos poetas, quando a finalidade é a mesma e os recursos são escassos?

Um plano de actividades partilhado, ou elaborado em conjunto, proporcionará a diversidade, ampliará o público-alvo e reduzirá os gastos. Por outro lado, a leitura pode e deve promover-se com uma boa oferta e diversidade de títulos. Neste sentido, o empréstimo inter-bibliotecas e biblioteca e escolas, ao contribuir para beneficiar a colecção disponível aos utilizadores, permite estar mais actualizado e aprofundar temas e autores. As tradicionais actividades da hora do conto e debates sobre a leitura, que tanto se realizam em bibliotecas públicas e bibliotecas escolares, em separado, e por vezes até em simultâneo, ou há coincidência de datas, devem ser somadas em novas iniciativas que incidam no campo da colaboração e cooperação.

Se por um lado haverá dificuldades financeiras ou de outro tipo de recursos, no que diz respeito à deslocação de alunos para centralizar alguma destas iniciativas numa biblioteca, o mesmo se poderá dizer do dispêndio de recursos ao realizar sessões em simultâneo.

As práticas de promoção da leitura, quer nas bibliotecas públicas, quer nas bibliotecas escolares, têm sido incrementadas de forma notável, numa relação directamente proporcional à melhoria de equipamentos, pessoal especializado, recursos materiais e documentais. A implementação do Plano Nacional de Leitura veio dar novo alento e criar novas pontes de cooperação entre as bibliotecas.

1.5. Condições para uma cooperação eficaz

Nunca o trabalho colaborativo, a utilização diversificada de conteúdos e suportes e a conjugação partilhada de saberes, se mostrou tão necessárias ao pleno desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos e é a biblioteca o espaço físico e virtual desta convergência de atitudes e de possibilidades, para que o conhecimento e a sabedoria se possam cruzar na vida do homem (Calçada M. T., 2010: 36).

Levar a cabo uma listagem de acções como é exigido, requer, em primeiro lugar, resolver alguns problemas de relação entre as escolas e as bibliotecas, e ficar disponível para que essa cooperação se concretize.

Na relação da biblioteca pública com a escola, um dos problemas é a comunicação. O sistema tradicional e habitual de dar a conhecer os serviços das bibliotecas limita-se, com frequência, à difusão da informação, através de folhetos em papel, cartazes, cartas ou páginas na Internet. No entanto, não há sistema mais eficaz do que o porta a porta, visto que dá a possibilidade do bibliotecário público comunicar directamente com os docentes, através de reuniões, visitas ou pequenos encontros informais para dar a conhecer as suas propostas de actividades e serviços, assim como conhecer as propostas das escolas e das bibliotecas

escolares. A criação de grupos de trabalho concelhios - a rede de bibliotecas concelhias - onde estão presentes os professores bibliotecários, ou seja, os coordenadores das bibliotecas escolares e os responsáveis pelo SABE, são um passo crucial para uma cooperação eficaz.

As aplicações informáticas, tais como o correio electrónico, as listas de distribuição, os grupos de discussão, são uma mais-valia neste processo de comunicação e troca de informações, mas não substituem, de modo nenhum, o contacto pessoal. Permitem, contudo, melhorar alguns serviços como a difusão de informação, novidades, a selecção de documentos que respondam às necessidades, através das páginas da Internet, da disponibilização dos catálogos e serviços de consulta e empréstimo. Há também a salientar a possibilidade da criação dos catálogos colectivos concelhios.

Para uma cooperação eficaz é fundamental identificar quem vão ser os interlocutores e colaboradores que se farão representar nas tarefas de planificação e organização conjunta. As reuniões regulares seriam o caminho mais indicado para permitir a construção de linhas orientadoras comuns e políticas de gestão uniforme. Materiais criados conjuntamente para todas as bibliotecas, evitaria que cada um tivesse que dedicar tempo e energia a preparar os mesmos documentos, salvaguardando, obviamente, a possibilidade de preparação de produtos específicos para os seus utilizadores. É importante criar canais de colaboração entre as instituições, para além das bibliotecas públicas, e também envolver outras entidades locais, tendo em conta que esta colaboração deve impulsionar-se directamente dos centros escolares e bibliotecas públicas abrangidos, envolvendo também as autoridades educativas e da comunidade.

O depoimento da Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues (2006), aquando do décimo aniversário da Rede de Bibliotecas Escolares, enquadrou os princípios de execução prática dos projectos:

Todos os projectos dinamizados e colocados em prática são definidos por cada escola em função das suas capacidades e necessidades, e são o resultado de um processo de cooperação entre actores e agregação de interesses diversos que escapam a qualquer plano ministerial uniformizador das práticas locais. Estas práticas assentes num modelo de acção de “baixo para cima” constituem um capital de experiência mobilizável para uma necessária mudança da cultura organizacional das escolas, instituindo hábitos de trabalho colectivo, de gestão inteligente dos recursos e de envolvimento de actores diversos no sentido de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e, por conseguinte, os resultados escolares dos alunos (2006).

A contextualização e os aspectos situacionais e relacionais são a referência mor para a criação dos canais de colaboração referidos.

1.6. Biblioteca Escolar a porta de entrada para outras bibliotecas

“La biblioteca ha de ser el corazón de la escuela, ha de ser el eje sobre el que gire toda la actividad curricular. Ha de constituirse en el motor que ponga en marcha y conduzca la nave pedagógica en la que todos embarcamos” (Osoro, 1997: 25).

A biblioteca escolar é a verdadeira porta de entrada a qualquer tipo de biblioteca ou centro de documentação de que um cidadão vai fazer uso durante a idade adulta, tanto por razões pessoais, de formação, informação, ócio, como por razões profissionais. Na biblioteca escolar é onde a criança e o jovem entram em contacto, pela primeira vez, com a palavra escrita e não escrita, com os diferentes suportes documentais e com a instituição que lhe vai proporcionar as ferramentas para reconhecer as suas necessidades informativas, localizar os documentos precisos, encontrar a informação que lhe satisfaz as necessidades e reelaborar a informação, transformando-a em conhecimento útil para a sua vida.

A biblioteca escolar deverá iniciar a formação dos utilizadores numa perspectiva de uso e partilha de documentação, criando hábitos nos seus utilizadores, no que se refere à realização de empréstimos

A biblioteca escolar, com efeito, tem uma missão primordial na alfabetização informacional e na preparação de todos os cidadãos como utilizadores de qualquer centro de documentação.

Este trabalho deve ser em colaboração com a biblioteca pública, a fim de conhecer em primeira mão, quais são as necessidades, requisitos e competências desse cidadão adulto quando utilizar outras bibliotecas.

1.7. Joint Use Libraries and Dual Use Libraries

As Bibliotecas de dupla utilização e utilização/gestão conjunta

O essencial das potencialidades do trabalho colaborativo joga-se no plano estratégico, e operacionaliza-se no plano técnico.

Estrutura-se essencialmente como um processo de trabalho articulado e pensado em conjunto, que permite alcançar melhor os resultados visados com base no enriquecimento trazido pela interação dinâmica de vários saberes [...] (Roldão, 2007: 27).

Diversos países, nomeadamente o Canada, os Estados Unidos da América, a Austrália e outros da Europa do Norte, têm colocado em destaque modelos de desenvolvimento resultantes do conceito *Joint Use Libraries* e *Dual Use*, fomentando o acesso, no mesmo espaço físico, a diversos grupos de utilizadores - bibliotecas escolares, comunidade em geral.

A colaboração entre bibliotecas vê-se, assim, efectivada, agora numa convergência institucional, cujos referentes provocam outra abordagem conceptual, vivencial do uso da biblioteca.

Segundo Alan Bundy, este tipo de bibliotecas definem-se da seguinte forma:

Such libraries, typically the combining of a public library with an educational institution library, have existed for nearly a century. From numerous failures of the concept during the last forty years in particular, lessons have been learned.

Joint-use library variations include libraries for two or more educational institutions, research institutions, government agencies and even business corporations. This chapter is concerned primarily with the most common type of joint-use library, the school housed public library or school community library, less frequent but increasing variations of which are the community college and university housed public library (2002: 1).

Estas bibliotecas são a combinação de uma biblioteca pública, que funciona em simultâneo como uma instituição educacional, instituição de investigação, agência governamental, empresarial ou até mesmo universitária. Este conceito co-utilização de uma biblioteca torna-se mais vantajoso principalmente em países - sendo o caso do nosso - onde existem bastantes assimetrias regionais/ geográficas, quer a nível social, quer a nível cultural.

Tal como já tinha referido anteriormente, actualmente a Rede de Bibliotecas Escolares cobre a totalidade do território nacional, visto que pelo menos as escolas sedes de agrupamento estão integradas na rede, tendo a seu cargo as escolas do 1º ciclo e pré-escolar.

Em localidades, que por diversas razões - falta de meios, população insuficiente, entre outras - não disponham de uma biblioteca pública, a existência de uma biblioteca escolar pode dar resposta às necessidades da população, oferecendo os seus serviços, por um lado à comunidade educativa, por outro ao resto dos cidadãos. No sentido inverso, onde exista uma biblioteca pública, esta poder prestar serviço a uma instituição escolar.

É necessário, para que tal aconteça, a colaboração entre as administrações educativas e as administrações locais, de modo que tanto a biblioteca escolar num caso, como a biblioteca pública no outro, contem com recursos documentais, dos serviços e de pessoal qualificado, para atender os pedidos de ambas.

Esta fórmula oferece magníficos resultados quando se trata de rigor e de orçamento. Por uma lado, a escola beneficia de uma biblioteca melhor e com melhores recursos humanos, já que a administração municipal proporciona os serviços de profissionais de biblioteconomia, os quais ainda são carentes no sistema educativo. Por outro lado, os cidadãos que não estão relacionados com a escola dispõem da proximidade de umas instalações de serviço cultural que de outro modo não contariam.

Também há que salientar a importância da partilha de um mesmo espaço, nos seus serviços, por crianças, jovens e adultos, levando ao aproveitamento das instalações e

recursos. A possibilidade dos alunos da escola terem a biblioteca aberta fora do horário e período lectivo, é também uma mais-valia.

Walt Crawford, no artigo sobre a filosofia do uso comum das bibliotecas, refere que embora a colecção esteja fundida, e o fundo documental todo junto, é necessária uma abordagem mais especializada, através do pessoal técnico, para ser possível dar resposta aos diferentes públicos.

Dean Breivik calls it a marriage rather than a merger: "Two strong entities...have come together and are stronger and can accomplish more because they chose to be together." Jane Light sees public access to the university collection as a way to encourage people to go (or go back) to college. I believe both are determined to succeed and have the talent and support to make that happen (2003).

Citado por Crawford, Breivik diz que esta co-utilização é como um casamento e que só traz benefícios, pois torna a entidade mais forte. Também citada é Jane Light, que refere que a junção de uma biblioteca pública com uma universitária está determinada a ter êxito, pois a população em geral que frequenta a biblioteca vai sentir incentivo e voltar a estudar, ou seja, facilita a aprendizagem ao longo da vida.

Segundo McNichol (2008) esta co-utilização implica uma co-gestão. Tal realidade funciona melhor quando os responsáveis pelas respectivas instituições têm uma visão de partilha dos serviços e estabelecem um acordo claro de funcionamento.

Se a biblioteca é para ser eficaz, torna-se essencial que o financiamento seja suficiente para proporcionar um nível adequado de pessoal qualificado e recursos em quantidade suficiente para apoiar os currículos escolares, as necessidades educativas, formativas, culturais e de lazer de toda a comunidade nos diferentes interesses (Dalton, Elkin, & Hannaford, 2006).

Honig-Bear (2003: 9) considera que numa comunidade local, antes de se proceder à implementação deste conceito, do *Joint-use libraries*, deverá avaliar-se a comunidade, a fim de saber se está preparada para este processo de partilha e cooperação. Salaria que será importante investigar se existe um clima favorável por parte de todos os parceiros na integração desse projecto; se existe uma ideia em comum partilhada entre os responsáveis das diversas instituições; se essa cooperação funcionará da mesma forma em locais rurais, suburbanos, ou urbanos, pelo que, este modelo não pode nem deve ser copiado de outro lado, mas sim, adaptado e construído à realidade da comunidade local; se os intervenientes estão preparados para planificar em conjunto, devem desenvolver um contrato/ protocolo em que fiquem clarificados: as obrigações, as responsabilidades e as políticas de acção de todos; o esclarecimento do horário de funcionamento e dos respectivos recursos humanos necessários para dar resposta ao funcionamento da biblioteca de uso comum, é outro aspecto considerado prioritário a ser desde logo debatido. Devem também constar do protocolo, a gestão da colecção, já existente nas diversas bibliotecas, o crescimento da mesma no futuro, e previsão

sobre os orçamentos necessários para tal, assim como o respectivo contributo de cada instituição envolvida.

Outro aspecto crucial a ter em consideração na implementação do *Joint-use libraries* é a gestão das equipas de trabalho “Staff relations are probably the most fragile issue. The libraries are working from different perspectives and their points of view need to be respect” (Honig-Bear, 2003: 11). Uma boa comunicação e definição de papéis será essencial para que as equipas de trabalho, provenientes das diferentes instituições, se compreendam e se respeitem, através da gestão de recursos humanos, que deverá ter em conta as necessidades, anseios e expectativas dos diferentes membros da equipa. “O *Joint-use* e *Dual-use* coloca, de facto, muitas questões de gestão global, se não ficarem definidas *a priori* as competências dos parceiros e dos recursos humanos que lhe estão afectos” (Fernandes C. C., 2010).

Outra ameaça sobre o qual os autores nos alertam está relacionada com o sentimento de posse dos diversos intervenientes, que poderá criar profundos obstáculos à construção de um verdadeiro projecto de cooperação, gestão e uso comum de uma mesma biblioteca. As equipas sentem-se vinculadas a uma instituição, que por sua vez possui determinados recursos materiais e documentais. Ao ser construído um projecto de uso e partilha comum de uma biblioteca permite, desta forma, o uso do mesmo espaço por parte de outro tipo de utilizadores, fazendo com que muitos dos membros das equipas e mesmo da gestão sintam o *seu espólio* ameaçado. Em relação a este aspecto, o sentimento de posse “o caminho tem que ser cultural, temos que contrariar essa ideia da posse” (Calçada T. , 2010). Consideremos, ainda, mais algumas intervenções dos nossos entrevistados:

É uma questão de mentalidades, e as mentalidades demoram a evoluir no tempo, demoram. E então Portugal é um país que às vezes demora cinquenta anos a mudar as suas mentalidades. Mas têm de haver pessoas que se calhar façam teses, que digam que isto pode ser possível mudar, e que afinal não é assim tão difícil, depois essa posse acaba por se posse, de nós todos. E se calhar em vez de possuímos apenas uma cadeira, passamos a possuir vinte cadeiras, mais vinte quadros, mais, em vez de ser cinquenta livros, mil livros. E somos todos, posse (Matos, 2010).

Honig-Bear considera que neste aspecto é essencial, por parte dos directores das escolas e responsáveis pelas bibliotecas, desenvolverem uma atitude proactiva “[...] administrators and school principals need to work together to establish trust and support staff, it’s important that they too show strong commitment to making partnerships work. They will be the troubleshooters when problems arise” (2003: 12). A política dos directores e dos responsáveis pelas bibliotecas, deverá passar pela constituição de equipas de trabalho que estejam receptivas à partilha e colaboração com outras instituições, assim como o serem pioneiros a implementar uma postura e disposição de pleno trabalho colaborativo com outras instituições. Consideremos, na perspectiva dicotómica, o que nos disseram os dois directores de agrupamentos entrevistados:

<p>(Brito, 2010)</p> <p>Achamos que uma coisa é nossa, e depois temos muita dificuldade em assumir que pode de ser não só nossa, mas de outros em conjunto, e nunca pensamos nas vantagens que daí advêm. Temos alguma dificuldade nisso. Mas isso é uma questão cultural. Também nunca se investiu se calhar muito nessa alteração de mentalidades, pelos menos a partir do 25 de Abril fazia todo o sentido que se investisse, mas infelizmente isso não aconteceu.</p>	<p>(Almeida, 2010)</p> <p>Ainda não temos uma cultura interiorizada, no sentido de que os bens que uma escola possa ter são bens que devem ser colocados à disponibilidade da comunidade. Nós não somos detentores, não somos donos destes bens. Aquilo que nos é exigido, e é aquilo que me é exigido particularmente a mim como responsável máximo deste agrupamento é dispor dos meios que eu tenho em prol, em primeiro lugar, dos alunos, obviamente daquelas pessoas que aqui trabalham, que exercem aqui a sua profissão, mas também em prol da comunidade.</p>
---	--

A inquietação que Miller & Pellen (2003) referem é igualmente partilhada pelos nossos entrevistados. Em Portugal este sentimento é mais profundo e mais enraizado, sendo que ainda não existe culturalmente uma atitude direccionada para que os bens que gerimos numa biblioteca pública ou escolar devam estar ao usufruto de todos os membros dessa comunidade local. “Esse sentimento de posse, implica uma mudança de mentalidades, que é difícil, e muito mais do que difícil, é muito morosa. Não nos podemos esquecer que a tradição até aqui tem sido esse sentimento de posse, e é muito difícil fazer-se ver às pessoas que têm que mudar” (Marques, 2010).

Por outro lado, “o problema da posse dos documentos deixa de fazer sentido quando estiverem criados os catálogos colectivos das bibliotecas, que irão permitir encarar a colecção como um conjunto de recursos ao serviço de todos” (Fernandes C. C., 2010). A criação dos catálogos colectivos concelhios é um primeiro passo para o caminho necessário a ser percorrido, com o entendimento e colaboração efectiva entre as instituições locais. Os recursos documentais existentes numa determinada comunidade devem estar disponíveis para todos.

Outro aspecto bastante relevante, sobejamente referenciado por Miller & Pellen (2003), por Imhoff (2003: 23) e também por McNichol (2008: 68-69), relaciona-se com a economia e poupança de recursos, ou seja, uma comunidade local ao implementar o conceito *Joint-use*, terá enormes benefícios; referem mesmo que as comunidades gostam das facilidades do *Joint-use*, dado que não serão desperdiçados investimentos financeiros na duplicação de recursos documentais, podendo, assim, a colecção ficar disponível para todos os utilizadores, crescer mais e de forma mais diversificada.

Segundo McNichol (2008), outra vantagem a destacar com a implementação do conceito *Joint-use* está directamente relacionada com as potencialidades da promoção da aprendizagem ao longo da vida, visto que as bibliotecas tornam-se espaços intergeracionais, conceito e abordagem que já tivemos oportunidade de clarificar anteriormente, permitindo, a troca de saberes formais e informais:

Joint-use libraries, especially those which include a formal learning provider such as a school or university together with a public library, have the potential to act as a bridge between formal and informal learning, combining elements of both types of providers to give a more holistic learning experience for users (2008: 142).

Vantagens da implementação do conceito *Joint-use libraries* :

- utilizar eficientemente o dinheiro público - os custos do pessoal podem ser partilhados entre as autoridades - os edifícios e instalações possam a ser geridos de forma eficiente - as aquisições podem ser coordenadas para proporcionar poupança, por exemplo, em material de referência;
- proporcionar uma maior quantidade e qualidade das colecções, recursos electrónicos, serviços e instalações, que não é possível com pequenos orçamentos;
- possibilitar o acesso a mais pessoal técnico;
- permitir um horário mais prolongado;
- facilitar o acesso a um arquivo histórico local de interesse para toda a comunidade;
- permitir uma maior flexibilidade no fornecimento e obtenção de recursos para apostar nas inovações;
- facultar o acesso a mais de um sistema de serviços de apoio, como por exemplo, o desenvolvimento profissional;
- promover uma maior interacção da comunidade;
- disponibilizar um maior acesso à informação sobre os serviços da comunidade;
- aumentar a sensibilização da comunidade para a compreensão das práticas actuais da educação;
- fomentar a aprendizagem ao longo da vida, através do papel educativo da co-utilização da biblioteca;
- incentivar o desenvolvimento de uma atitude positiva nos estudantes em relação à escola;
- fornecer mais pistas para a promoção do serviço;
- reunir diferentes grupos da comunidade;
- prever um desfecho para a justiça social nas comunidades mais pequenas, que poderão não suportar serviços separados.

Existem alguns exemplos no nosso país, no que diz respeito às bibliotecas de uso comum. Os Municípios de Oeiras e Óbidos estão a ser pioneiros nesta linha, ao implementarem as Escolas, denominadas Comunitárias, ou seja, através da requalificação do parque escolar estão a ser construídas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância com valências de bibliotecas, pavilhões desportivos, auditórios, salas de exposições e zonas ajardinadas.

Estas valências têm a característica de poderem funcionar além do horário escolar e em períodos não lectivos, sendo abertas a toda a população. A gestão destes espaços é efectuada em estreita cooperação entre os agrupamentos de escolas e a autarquia local. No que diz respeito especificamente às bibliotecas, estas são espaços e serviços que se encontram disponíveis para a comunidade escolar, e também para a comunidade local. Estes são concebidos para que durante o horário lectivo a frequência dos alunos na biblioteca esteja protegida e acautelada. O mesmo espaço mantém-se aberto após o encerramento do horário lectivo, e em dias sem actividade lectiva, como os sábados e as férias escolares.

Também queremos assinalar a intervenção que está ser efectuada pela Entidade Pública Empresarial - *ParquEscolar* - no que diz respeito à remodelação e reabilitação do programa de modernização das escolas do ensino secundário, em que o investimento prevê a promoção de um ambiente de aprendizagem em todas as escolas. No Manual do Projecto de Arquitectura disponibilizado pela entidade *ParquEscolar* a biblioteca é considerada:

Neste sentido torna-se importante assumir a zona destinada a biblioteca, como o “coração” da escola: um espaço físico e visualmente acessível à comunidade escolar a partir da entrada. A mensagem veiculada a partir da condição de centralidade simbólica é a de um espaço de aprendizagem e trabalho pautado pela presença de “livros”, aberto, confortável e onde todos são bem-vindos. A visibilidade funciona aqui para fomentar a sua utilização pela comunidade e difundir uma prática de aprendizagem (ParquEscolar, 2009: 18).

Este documento de referência, para as obras a serem desenvolvidas nas escolas do ensino secundário, que estão a ser intervencionadas por este programa, segue as linhas de orientação estabelecidas pela Rede de Bibliotecas Escolares (ParquEscolar, 2008). A biblioteca passa a ser o “coração” da escola, em alguns casos com acesso para o exterior, possibilitando, desta forma, a entrada de membros da comunidade devidamente identificados.

Por último, gostaríamos de destacar uma afirmação que consideramos ser a chave para o sucesso de uma relação de cooperação entre a biblioteca escolar e a biblioteca pública:

Building partnership demands a commitment to individual excellence and collaborative efforts. If there's a formula for success, it may revolve around your willingness to wrestle with these four “C” words: Collaborate, Communicate, Cooperate and Change. And if school-public partnership sound like a good response to your service needs, we could add a fifth “C”: it's time to find your partners and rise to Challenge (Honig-Bear, 2003: 16).

Todos os intervenientes neste processo devem estar conscientes e predispostos à **Mudança**, a **Colaborar**, a **Comunicar**, a **Cooperar**, e terem uma atitude de encarar novos **Desafios**. Quando as instituições, através dos seus responsáveis e respectivas equipas de trabalho, sentirem estes conceitos, e os tiverem interiorizados e considerados como

prioritários para o desenvolvimento e para o sucesso, teremos, então, os caminhos facilitados para a construção de uma biblioteca de uso comum, uma biblioteca para todos os membros de uma comunidade local, rentabilizando recursos humanos, físicos, materiais e documentais.

Capítulo II - Promoção da Leitura

A reflexão que se segue, cheia de interrogações, com que nos presenteia Kepa Osoro no seu artigo *Bibliotecas escolares - Bibliotecas públicas: un binómio fantástico para el siglo XXI*, publicado na revista *Peonza*, sobre literatura infanto-juvenil, é a forma indicada para iniciar, no âmbito desta dissertação de mestrado, as considerações essenciais sobre a promoção da leitura:

¿Cómo puede desarrollar adecuadamente su proceso de maduración y aprendizaje un individuo medio que no tiene ninguna afición por los libros - por la lectura gozosa y recreativa - y cuya comprensión lectora se encuentra bajo mínimos? Un muchacho que ni siquiera es capaz de disfrutar de las fantásticas aventuras - unas veces tiernas, otras apasionantes o patéticas, o exultantes, o misteriosamente íntimas - que se esconden en la literatura infantil que existe en el mercado. ¿Cómo va a ser capaz de “leer”, de estudiar, de “temblar de emoción” cuando se le obligue a aprender teoremas y teorías, ideas e ideologías, historia y filosofías que están en otra onda totalmente distinta a la de sus gustos, sus intereses y sus motivaciones?

Y si ese individuo tipo no tiene ni tan siquiera una lectura comprensiva. ¿Cómo va a ser capaz de realizar tareas tan poco atractivas y motivantes como la resolución de un problema matemático? ¿No hemos caído en la cuenta de que tras un chaval al que “se le dan mal los números” puede haber simplemente un problema de comprensión lectora? (Osoro, 1997: 22-23).

As tecnologias e os meios audiovisuais que proliferam na actualidade são concorrentes ao processo de leitura formal, em suporte de papel e em livros. “La lectura se encuentra acosada por la competencia de otras fuentes de diversión e información, en especial por los medios audiovisuales, que ejercen desde la infancia una poderosa fascinación. El niño nace ya preparado para comprender las imágenes” (Marina & Válgoma, 2005: 41).

Enquanto educadores e responsáveis por bibliotecas escolares não podemos deixar ao acaso estas considerações, visto que o processo de leitura é complexo e é necessário não ser esquecido todo o seu sistema. Leopoldina Viana & Teixeira (2002) apresentam-nos uma reflexão bastante exaustiva sobre o processo de leitura, dividindo-se o mesmo na etapa de descodificação e na etapa de compreensão. Citando as teorias de aprendizagem de Fitts e Poster, as autoras apresentam as três fases sugeridas por estes: a fase cognitiva, em que a criança adquire os conceitos básicos e se torna consciente das tarefas necessárias para se tornar um leitor eficiente; a fase de mestria na qual a criança aprende a praticar as regras essenciais da codificação e da descodificação, até ter atingido o domínio; e a fase de automatização em que atinge um nível de fluência que lhe permite efectuar uma leitura sem

custos cognitivos, orientando, assim, as suas energias para a compreensão e obtenção de significado. A mesma autora refere-nos, ainda, que ler num sistema alfabético implica conhecimentos sobre letras/grafemas, os modos como representam os fonemas e a consciência fonémica, ou seja, a consciência fonológica, que é diferente da consciência fonémica. A primeira refere-se à capacidade de focar a atenção em todas as unidades de som, incluindo a consciência da palavra, da sílaba e do fonema. A consciência fonémica refere-se à capacidade de focar a atenção nas unidades mínimas: os fonemas. Portanto, é uma competência da consciência fonológica (Viana & Teixeira, 2002: 72). Dentro da mesma perspectiva, vejamos a opinião de Sim-Sim:

É consensualmente aceite pela comunidade científica que a consciência fonológica desempenha um papel crucial na aprendizagem da leitura nas línguas de escrita alfabética, como é o caso do Português, e que a própria aprendizagem da leitura, assim como os programas de estimulação de consciência fonológica, desenvolvem quer esta capacidade específica, quer a aprendizagem da decifração (Sim-Sim, 2006: 74).

As crianças necessitam, primeiro que tudo, ser autónomas e eficazes em todo o processo de decifração e descodificação; só assim poderão passar à etapa seguinte, e sem esforço: a etapa da compreensão. É necessário que se motivem, que se envolvam, que sintam e vivam o que lêem pois só nesse momento poderemos considerar que o processo de leitura se está efectivamente a concretizar com sucesso e que estamos a formar novos leitores, tal como nos refere Kepa Osoro:

Nos empeñamos en dotarle de las técnicas y mecanismos para descifrar los signos gráficos, pero nos olvidamos del objetivo didáctico que ha de inspirar nuestro trabajo: *lograr que el niño ame la lectura*. Ahí es donde reside el matiz revolucionario que hemos de introducir urgente e irremediabilmente en nuestra didáctica de la lectura: hasta ahora nos limitábamos en los primeros cursos de Primaria a “enseñar a leer” (deberíamos decir mejor “enseñar a descodificar signos gráficos”) (1997: 23).

Os profissionais da educação deverão estar muito atentos a este processo, sentindo-se comprometidos ao contribuírem eficazmente, para a formação de novos leitores. Motivar os alunos para as potencialidades do acto de ler permite descobrir as novidades, penetrar no desconhecido, descortinar os mistérios da existência. Enquanto educadores, a melhor forma de iniciar a promoção da leitura será lendo, lendo muito, dando o exemplo aos nossos alunos através do prazer da leitura. Com gestos tão simples, como levar um livro para a sala de aula e falar dele com os nossos alunos, pode ser a centelha que irrompe e que desperta o interesse de muitos novos leitores.

[...] cuando alguien me pregunta, qué creo yo que se puede hacer para fomentar la lectura le contesto que el mejor que puede hacer es leer. Él. Y leer con gusto. Tan sencillo como esto. Los profesores que son Buenos lectores estimulan la lectura de sus discípulos solo hablando de los libros que han leído y les han gustado. El gusto por la lectura va implícito en las palabras, en la entonación, en el gesto, en la pasión que se expande como una marea. Y los chavales lo captan. El fervor por la lectura se contagia (Abanell, et al., 2002).

Esta reflexão singular de Pep Albanell, de forma tão simples, transporta consigo a semente mágica da promoção da leitura, ou seja, o efeito de contágio, que enquanto educadores, responsáveis por bibliotecas e famílias, podemos e devemos contribuir para despertar nas crianças e jovens, o desejo de ler. Ao falarmos com emoção dos livros que gostamos, propagamos as ondas de afecto, e sabemos o valioso contributo da empatia na concretização da aprendizagem.

A par da escola, será sem dúvida a família, determinante na formação de novos leitores. Como nos diz Carla Fernandes, o leitor constrói-se desde muito cedo:

Já ninguém tem dúvida de que o leitor se faz desde o berço, ou ainda antes, e portanto, a criança, quando acompanhada das melhores estratégias nos diferentes contextos da sua vivência experiencial (família, meio local e escola), tende a evoluir enquadrado por diferentes variáveis de oferta que conduzem ao acto de ler e a construir-se como praticante autónomo de leituras. As actividades de promoção da leitura (digo promoção e não animação) pensadas e articuladas com as escolas, em jeito de complementaridade e também do alcance de uma maior diversidade contribuirão, sem dúvida, para termos um público adulto utilizador assíduo de uma biblioteca municipal (2010).

Descoberto o prazer de ler, nada poderá criar obstáculos à leitura pela vida fora. O segredo reside na naturalidade que preside ao acto de ler. “La palabra «placer» está irreductiblemente unida a la de «lectura» en muchas lenguas (le plaisir de lire...reading for pleasure... il piacere di leggere...lesevergnügen...o prazer de ler)” (Mata J. , 2008: 37).

A partir do momento em que a espontaneidade domine o gesto de pegar no livro, torna-se fácil desfrutar o seu recheio. Na descoberta do prazer de ler residirá, principalmente, o hábito da leitura constante, a base do bom leitor. Esse prazer está indubitavelmente ligado ao gosto pelo texto, ao gosto em ouvir histórias, como nos refere Silva:

O livro possibilita a viagem pelo mundo do saber. Ele é a imagem dos tempos, reflecte mentalidades, maneiras de estar na vida, modos de pensar, ideias de épocas, objectivos de vida, princípios norteadores de condutas e torna-se, por isso, no testemunho de sentimentos e de utopias de gerações, imprescindíveis aos povos que ele representa e também aos outros que o desconhecem mas querem conhecê-los (Silva M. G.,2008: 57).

Também “o desejo de ler é o desejo de violar o obscuro, o desejo de possuir um segredo, de ser capaz de exercer por si mesmo uma transformação do inerte” (Jean, 1978: 50). Este prazer de curiosidade e de descoberta move o leitor pelos caminhos da fantasia, do real, do fantástico. “O verbo ler não suporta o imperativo. É uma aversão que compartilha com outros verbos: o verbo «amar» ...o verbo «sonhar» ...” (Pennac, 2006). Como nos diz Pennac o verbo ler, não pode ser imposto, tem de ser vivido, sentido, compreendido. Nesta sua obra, *Como um Romance*, Pennac apresenta dez direitos, *Os Dez Direitos Inalienáveis do Leitor*. Parece-nos, no entanto, que para que estes direitos sejam realmente entendidos e praticados, já se deve ser um leitor competente. Contrariamente estes direitos, hoje em dia, são utilizados de forma indevida e colocados em salas de aulas de níveis etários e escolares muito baixos, o que provoca e acarreta interpretações completamente erradas da análise e contextualização realizadas por Pennac.

Ainda à volta dos verbos que sustentam a leitura, consideremos o que Capão nos escreve na sua obra, *Despertar para a Leitura*:

Ler e escrever podem constituir um prazer que, uma vez adquirido, não se perderá jamais. Para isso, há verbos que nos põem perante a grande aventura da leitura, não se podendo pôr de parte o forte significado que encerram: é necessário saber, é necessário poder e sobretudo, querer ler (2000: 17).

Analisemos ainda outra citação do mesmo autor, sobre os encantos da leitura: “Os encantos da leitura e da escrita não devem ser desprezados nem sequer atenuados porque nos podem revelar a riqueza fabulosa de mil tesouros escondidos, privilégio que, infelizmente, não é dado usufruir por todos os homens” (2000: 17).

O leitor através do acto de leitura, e habituação do manuseamento de livros desde cedo, fica vinculado e estabelece cumplicidades pessoais que apenas ele, enquanto leitor, poderá decifrar “[...] o si creemos que el proceso lector va mucho más allá, que profundiza desde lo intelectual a lo afectivo, lo emocional, lo íntimo, lo onírico e incluso lo irreal” (Osoro, 1997: 24). Esta envolvência afectiva e emocional do leitor com o processo leitura será, sem hesitação, a chave indispensável para uma eficaz promoção e mediação da leitura.

Esta relação do leitor com o livro promovida pelas escolas, quer dentro da sala de aula, quer pelas bibliotecas escolares, deve ir mais além. Através das potencialidades e recursos permitidos e disponibilizados pelo Plano Nacional de Leitura, deveremos envolver toda a comunidade educativa, nomeadamente as famílias, em acções sistemáticas e com continuidade, a fim de alcançarmos verdadeiros e bons leitores. Acções meramente pontuais e espaçadas no tempo não criarão hábitos de leitura na comunidade educativa, sendo consideradas como festas ou comemorações pontuais. Na sociedade actual, em que assistimos por parte do sector livreiro e editoras à maior produção desde sempre, nomeadamente na literatura infanto-juvenil, deveremos saber aproveitar essa mais-valia. Como refere Keppa Osoro sobre a actual produção livreira: “Pero esta auténtica «edad de oro» de la literatura

infantil y juvenil todavía no ha penetrado con suficiente rigor, continuidad y sentido común en nuestra escuelas” (1997: 25).

Atualmente, as escolas contam com bibliotecas escolares, na sua maioria extremamente bem apetrechadas, no que se refere a fundos documentais actualizados, oriundos de projectos a que as escolas se candidatam, através do Plano Nacional de Leitura ou através de outros meios que as escolas e bibliotecas escolares encontram para aumentar os seus fundos documentais. Apesar disso, o número de leitores, e por sua vez o número de empréstimos efectuados, tem vindo a crescer de forma pouco significativa. Aqui as bibliotecas escolares têm um papel decisivo e árduo a desbravar, ou seja, terão de saber ser os verdadeiros **Centros de Aprendizagens** e os corações das escolas, para formar cidadãos intervenientes e participativos, consideremos o que nos diz Isabel Marques:

O papel das bibliotecas na formação dos alunos enquanto leitores enquanto cidadãos activos, e numa sociedade de informação em que vivemos hoje em dia é necessário cada vez mais, dotá-los das competências necessárias para que saibam usar e tratar essa informação e mais do que isso do seu próprio conhecimento (2010).

As BE⁵ do séc. XXI têm muitas obrigações perante a Escola, a Comunidade Escolar e a Comunidade Educativa. Não é apenas um espaço físico, mas sim um **Conceito**, como deveremos considerar a **Biblioteca de Agrupamento**. É muito importante a existência de muitos, bons e diversificados recursos, principalmente documentais. Estes recursos devem ser devidamente tratados para facilitar os utilizadores na sua captura. Além disso, devem circular e serem rentabilizados por todo o agrupamento e outras escolas e bibliotecas do concelho. O trabalho de articulação entre a biblioteca escolar, os restantes departamentos curriculares e outras estruturas pedagógicas, no que diz respeito à planificação conjunta e adequação de estratégias comuns em prol da promoção da leitura, devem ser articulados com os respectivos conteúdos curriculares. Esta tarefa tem de ser implementada por parte do corpo docente, examinemos o que nos diz Teresa Calçada:

Temos um público leitor muito débil, que inclui os professores, com poucos hábitos de trabalhar recursos para além de si próprio, e penso que a biblioteca se pode assumir na escola como um lugar leitor, no sentido do lugar de favorecimento das literacias, onde estão recursos em material digital e material fisicamente lá presentes, onde os professores podem encontrar formas de melhorar as suas competências como professores, as suas capacidades como professores, e de ir buscar a informação mais organizada, suportes que sirvam para as suas aulas, que podem até ir para os quadros digitais, e para ambiente de sala de aula, exportados da biblioteca para lá, quer dizer é a mesma razão que me faz crer professores bibliotecários, partindo do principio que nós não temos uma cultura de pensar isto articulado, de pensar o currículo articuladamente, não temos tutorias e que então pode favorecer um ambiente de aprendizagem mais conforme às exigências do nosso tempo uma, um

⁵ BE - Biblioteca Escolar

lugar na escola que é uma sala de trabalho que tem recursos *Plus*, (mais), que tem um recurso humano ou dois também mais, e que faz imenso trabalho de ensinar a utilizar recursos (Calçada T. , 2010).

Outro aspecto extremamente importante a ser referido relaciona-se com o trabalho de articulação e cooperação que a biblioteca escolar deve implementar com as restantes bibliotecas do concelho, sobretudo, com a biblioteca municipal, tal como nos disse Ilda Lopes, técnica superior da Biblioteca Municipal de Penamacor: “Uma coordenação e cooperação parece-me fundamental, de uma forma abrangente servimos a mesma comunidade, pois apesar de termos funções diferentes - por isso é que coexistem - mas ambas caminham para o mesmo fim: formar leitores para a vida” (2010). Esta visão é a desejável, ou seja, que ambas as bibliotecas, as escolares e as públicas, que servem a mesma comunidade trabalhem em estreita cooperação porque realmente o primado para ambas é formar novos leitores e manter os existentes. Referimos aqui manter os existentes, visto que muitas vezes acções desconcertadas podem dar origem à perda de leitores e, nessa situação, nenhuma das instituições cumpriu com os seus objectivos. Sobre esta atitude, consideremos o que nos disse Teresa Calçada no seu depoimento:

Pensássemos como é que elas podem em conjunto fazer leitores para ambos, e não se acantonar cada uma a pensar que somos concorrentes uns dos outros, porque somos concorrentes, lamentavelmente no pior dos sentidos, é porque nenhuma faz leitores, e nós devíamos ser concorrentes a fazer leitores, e não encostarmo-nos... (2010).

Sendo esta uma realidade actual, na qual muitas bibliotecas escolares e públicas se encontram de costas voltadas, onde cada uma tenta desenvolver as suas actividades sem qualquer articulação e cooperação, levando a esquecer o principal objectivo de uma comunidade, ou seja, formar leitores.

Um aspecto a considerar essencial, nesta perspectiva de articulação e cooperação entre as bibliotecas públicas e escolares poderá ser construído através da implementação do Plano Nacional de Leitura, tendo em conta que um notável número de municípios já celebrou protocolos de parceria com o PNL. Consideremos, neste aspecto, os depoimentos prestados pelos entrevistados: “O Plano Nacional de Leitura para mim foi das boas medidas tomadas até hoje” (Brito, 2010).

Quanto ao investimento atribuído pelo PNL às autarquias, e estas por sua vez com o seu contributo destinado à aquisição de fundo documental para a implementação das iniciativas do plano, ou seja, a aquisição de fundo documental basicamente escolhido criteriosamente, através das listas recomendadas, o protocolo prevê exactamente uma gestão equiparada, e em função do número de alunos que o concelho possui em idade da escolaridade obrigatória. “O Plano Nacional de Leitura surgiu com essa característica intrínseca, uma vez que o protocolo firmado com as Câmaras Municipais prevê um investimento equitativo” (Fernandes C. C., 2010).

É também significativo que, por parte dos directores dos agrupamentos, exista a consciencialização de que a implementação do Plano Nacional de Leitura é uma tarefa a longo prazo, e que a mesma deve ser sistemática e de empenho global por parte da comunidade escolar e educativa. Os resultados dessa tarefa de promoção da leitura só serão visíveis a longo prazo, tal como nos disse Carlos Almeida:

Se houve alguma coisa, alguma ideia que valeu a pena nos últimos anos, é exactamente o Plano Nacional de Leitura. Os benefícios e os resultados que se vão conseguir obter, não são imediatos, eles não são visíveis no médio ou no curto prazo. Mas ainda assim é minha convicção que vamos gradualmente, de forma lenta e paulatinamente, começar a adquirir hábitos de leitura junto das nossas populações mais jovens; e este é um bem que não é mensurável, é um bem que, seguramente, irá por um lado enriquecer as gerações vindouras, mas por outro lado, também trará benefícios claros ao nosso país (2010).

Os técnicos das bibliotecas públicas consideram que a implementação do PNL no nosso país veio contribuir, claramente, para as bibliotecas públicas e escolares desenvolverem um trabalho mais aprofundado de cooperação, no que diz respeito à partilha de fundos documentais e podendo ir mais além, ao partilhar os recursos humanos, como nos refere Dina Matos:

O Plano Nacional de Leitura, se calhar veio dar o empurrão que nós, bibliotecas públicas, e eu só posso falar do concelho do Fundão, o empurrão para nós voltarmos e olharmos para o lado e dizermos que temos bibliotecas escolares que funcionam muito bem, mas que todos funcionaríamos melhor se fizermos essas parcerias, desde a troca de fundo documental, e para mim eu acho que essa troca de recursos humanos iria ser o supra sumo porque essa troca de ideias de como vocês trabalham, de como nós trabalhamos pode dar ideias novas (2010).

Nesta concepção de implementação do Plano Nacional de Leitura, a nível concelhio, é extremamente importante salientar a política de aquisição de fundo documental, praticada pela biblioteca públicas e pelas escolas e/ou agrupamentos. Manifestamente é uma acção que ainda necessita de muita intervenção por parte de todos os intervenientes, visto que, ainda subsistem muitas lacunas nessas aquisições, tais como: a articulação necessária entre os responsáveis pelas várias instituições para a realização de uma selecção conjunta de obras, a fim de colmatar as carências de algumas obras essenciais para o desenvolvimento de boas e inovadoras práticas de promoção da leitura; e, por outro lado o excesso e repetição de títulos, demasiados exemplares distribuídos pelas diversas instituições no mesmo concelho, e em instituições muito próximas geograficamente. Tal como nos refere Isabel Marques, coordenadora interconcelhia das bibliotecas escolares:

[...] eu acho fundamental, a nível de PNL é uma política de aquisição de obras concelhia, pelo menos. E parece-me que após estes anos de implementação de PNL, ainda há algumas deficiências a esse nível que era importante rentabilizar, porque em termos de económicos, e mais uma vez referindo a situação em que vivemos, cada vez é mais importante a gestão financeira, dos nossos recursos e haver esse trabalho de pareceria, até que o trabalho de uns irá complementar outros e enriquecer a disponibilidade de títulos para leitura (Marques, 2010).

Esta política de aquisição, gestão e circulação de fundo documental deve ser considerada, na actualidade, como prioritária para as redes concelhias de bibliotecas. Com as dificuldades financeiras existentes, caberá a todos um papel decisivo: desenvolver esforços a fim de saber rentabilizar os recursos que possui, mas também saber partilhá-los. Não se justifica, no mesmo concelho, a aquisição de conjuntos de obras, dez a doze exemplares, do mesmo título, repetidas pelas diversas escolas e/ou agrupamentos próximos. Bastará a existência de uma planificação concelhia de utilização dessas obras, para se ultrapassar esta situação, permitindo, assim, a aquisição de outros títulos diferentes. Tal como nos refere Teresa Calçada: “Temos os livros do PNL com uma utilização inferior à que deviam, porque as pessoas não pensam na utilização, pensam na propriedade” (2010).

Caberá, sem dúvida, às redes concelhias de bibliotecas priorizar esta actuação e construir planos concelhios de utilização, fundamentalmente dos conjuntos de livros do mesmo título ou baús de obras já adquiridas. Assistimos, realmente, como Teresa Calçada refere, a uma utilização inferior à desejada, porque os responsáveis por estas aquisições têm tido mais em conta a posse, do que realmente a promoção e utilização. Nos agrupamentos, estes baús são utilizados uma ou duas vezes por ano, ficando, assim, disponíveis para poderem circular por outras escolas e/ou agrupamentos geograficamente próximos. Relativamente a este sentimento de posse e propriedade, teremos oportunidade de aprofundar o mesmo, mais adiante, quando abordarmos os conceitos de bibliotecas de uso e gestão comuns e as redes de cooperação e partilha.

2.1. O Perfil do Mediador de Leitura

Neste momento é importante efectuarmos uma abordagem do papel e do perfil do mediador de leitura. Do mediador de leitura enquanto técnico especialista, com formação académica adequada para o efeito, mas também do mediador de leitura sem esta formação mas que pelo seu gosto pela leitura promove acções e dinâmicas perante os outros num determinado contexto de verdadeira promoção e mediação de leitura, quer seja em casa, numa biblioteca, num espaço de lazer, entre outros...

É a nós, bibliotecários, professores, pais e animadores que compete zelar pela transmissão do amor à Literatura, a fim de que esse

profundo apego se contagie e propague, até se transformar em pandemia não assassina, antes libertadora. O amor às vozes escritas e às imagens da Literatura, o desejo de a elas voltar de novo, num eterno retorno mágico, resultará de uma equação em que afectos e competências se darão as mãos por forma a que a literatura literária possa, em definitivo, cativar, entranhar-se, tornar-se imprescindível, contribuindo, assim, para a saudável construção de um eu em permanente devir (Riscado, 2010: 176).

Actualmente, em Portugal, assim como em Espanha, tal como nos referiu Pedro Cerrillo, não existe uma formação académica totalmente vocacionada para a formação de mediadores de leitura, ou seja, existem cursos na área das ciências documentais, das bibliotecas escolares e públicas, das letras e das literaturas, que têm no seus currículos alguma ou algumas cadeiras de animação de leitura ou de actividades de promoção do livro. Se por um lado os cursos da vertente documental desenvolvem uma exploração do livro e da leitura, mais numa perspectiva de animação cultural e instrumental, os cursos da área das letras desenvolvem esta dinâmica mais na exploração literária e linguística. Será fundamental uma união entre ambos, para que realmente o livro e leitura sejam trabalhados em comunhão na sua globalidade e nas várias perspectivas.

Este papel de mediador de leitura a nível institucional deverá ser encarado como uma das tarefas basilares do trabalho dos técnicos de bibliotecas e dos professores bibliotecários, um trabalho continuado e sistemático. Por outro lado, esta função de mediador de leitura deverá ser valorizada institucionalmente, como nos refere Pedro Cerrillo:

Es muy importante pero le tienen que dar las instituciones importancia. Si las instituciones no le dan importancia, su labor no vaya a ser tan importante. Su labor es muy importante pero hay que darle medios, hay que darle formación, hay que darle poder, en lo bon sentido de la palabra, y todo eso en muchas ocasiones no si da (2010).

Também é importante referirmos que para o desenvolvimento em pleno das funções do mediador de leitura torna-se necessário que estes intervenientes tenham uma preocupação contante na sua autoformação, estarem actualizados sobre novas estratégias de promoção, sobre novas publicações, assim “[...] lo que es más importante que es la promoción de la lectura por encima de las ideas políticas, incluso de los propios programas políticos” (Cerrillo P., 2010) (Cerrillo P. , 2010). É necessário que exista uma consciência política e social não só para a valorização do mediador de leitura para a promoção e construção de novos leitores, como também a existência de programas, iniciativas, condições e até mesmo legislação, que proporcionem este trabalho.

As actividades de mediação da leitura devem ser encaradas de forma sistemática e permanente, não surgirem apenas como pontuais, ou festas, em que se faz mais animação à volta do livro e da leitura do que propriamente promoção. “Ler não é um jogo, mas uma actividade cognitiva e compreensiva enormemente complexa, na qual intervêm o pensamento e a memória; ler, uma vez adquiridos os mecanismos que nos permitem exercitar essa

actividade, é querer ler, isto é, uma actividade individual e voluntária” (Cerrillo P. C., 2006: 33).

Segundo Cerrillo (2006: 35) nesta figura de mediador de leitura deveríamos incluir: os pais, professores, educadores, animadores, bibliotecários, e ainda, os autores, os editores e os livreiros pois estes últimos são normalmente esquecidos e também não se envolvem com intenção de tal responsabilidade, tendo outro tipo de inquietações, como as comerciais e lucrativas, em alguns casos, sem grandes preocupações do que se publica ou para quem se publica. Consideremos a seguinte citação de Cerrillo, Larraña, & Yubero (2007: 277), sobre a relação do mediador com o mercado editorial:

De algún modo, el mediador debería poder legitimar la oferta editorial que el mercado actual pone a disposición de los lectores infantiles, diferenciando con claridad la lectura con fines escolares de aquella otra que no lo tiene, porque mientras que la primera es obligatoria y se hace siempre “para algo más”: aprender, estudiar, saber..., la segunda es voluntaria y se hace porque divierte, gusta, entretiene. Teniendo como objetivo último la formación de lectores autónomos, podríamos concretar las principales funciones del mediador en las siguientes:

1. Crear y fomentar hábitos lectores estables.
2. Ayudar a leer por leer.
3. Orientar la lectura extraescolar.
4. Coordinar y facilitar la selección de lecturas por edades.
5. Preparar, desarrollar y evaluar animaciones a la lectura.

Os mesmos autores, na mesma obra e noutra publicada anteriormente, (2002: 30) defendem, que, para o mediador de leitura poder cumprir estas tarefas, o mesmo deve possuir uma série de requisitos imprescindíveis:

- a) ser um leitor habitual;
- b) partilhar e transmitir o gosto pela leitura;
- c) ter capacidade para promover a participação;
- d) ter uma certa dose de imaginação e criatividade;
- e) acreditar firmemente no seu trabalho de mediador;
- f) possuir uma formação mínima em literacia, psicologia e didáctica.

Ser mediador de leitura é chegar ao outro, é fazer a ponte e ligação entre o livro, a leitura e o indivíduo. É necessário que o mediador de leitura tenha conhecimento aprofundado da obra que sugere. Por outro lado, deve ter sensibilidade para conhecer e até descobrir o que o leitor ou pré leitor deseja conhecer o poderá cativar.

Una intervención mediadora que, con conocimiento de causa, aporte soluciones ante las dudas y facilite, en lo posible, la decisión ante la elección de la lectura adecuada. La comprobación de que la elección ha sido correcta se concretará cuando el libro guste al lector, que lo terminará leyendo y disfrutando con su lectura (Yubero, 2001).

A função de mediador de leitura apenas alcançará o sucesso, efectivamente, quando o leitor se apropriar autonomamente, sentindo prazer na leitura, através da proposta dada pelo mediador.

Segundo Kepa Osoro (2004) o mediador de leitura deve ter paciência. A criação de hábitos de leitura é uma tarefa que não surge da noite para o dia. É necessária serenidade, apropriação, constância e coerência e os resultados surgirão a médio e longo prazo. O mediador deve ter prudência, pois não será pela quantidade de livros propostos que a acção terá mais êxito; deve ter confiança no seu papel, e considerar que pode formar novos leitores em qualquer idade e em qualquer contexto sociocultural; deve ter rigor pois é necessário trabalhar em equipa, experimentar, investigar e autoavaliar-se constantemente nas suas atitudes e nos métodos utilizados; deve criar ambientes, de forma a seduzir os novos leitores em cenários agradáveis no seu encontro com os livros. Não se trata apenas de ambientes muito decorados ou com grandes investimentos em adereços, mas sim, de atmosferas afectivas e envolventes onde o leitor se sinta confortável e desperte a sua curiosidade; deve planificar; deve ter presente os seus objectivos e as estratégias que vai utilizar, os livros que vai empregar; deve ter criatividade, utilizar a fantasia e a imaginação, não esquecendo a didáctica da leitura e da escrita; deve ter respeito pelos leitores e pré-leitores e ter a noção da sua maturação leitora, ao seleccionar obras adequadas aos seus níveis de competência; deve ter coerência, pois só se contagia o que se sente e o que se vive; o mediador de leitura, em primeiro lugar, tem de ser um excelente leitor; deve ter modéstia, sendo um intermediário, um facilitador da aproximação do leitor com os livros ou outros textos em outros suportes, pois o protagonismo deve ser deixado ao leitor; deve ter sensibilidade, possuir um sexto sentido, uma habilidade para captar as necessidades e desejos de cada leitor; deve ser um profissional, preocupado com as novidades editoriais, frequentar seminários, encontros e outros eventos de promoção e divulgação do livro e da leitura; deve ter uma especial preocupação pela sua formação; deve ter psicologia e conhecer os rasgos das preocupações, ansiedades e interesses dos leitores. Por fim, mas não menos importante, o mediador deve ter persuasão, devendo ser um mestre na arte de seduzir o leitor para o livro.

Para Sylviane Rigolet ser mediador de leitura é uma tarefa complexa, ora consideremos o que nos diz:

É complexo e muito diversificado, variando conforme os públicos, os tipos de obras mediadas, os objectivos pretendidos (os a alcançar). Conhecer a fundo o objecto livro (ilustração - grafismo - linguagem - partes e significados...), seleccionar obras, preparar as leituras, dominar e aplicar as estratégias de leitura em voz alta, controlar a postura corporal, distinguir entre o ler e o contar para alcançar diversos objectivos, prever projectos de animação abrangente, saber liderar um grupo, adequar a decoração da sala e a colocação do público, gerir a promoção das obras, respeitar os ritmos individuais, as escolhas, a alternância entre intervenção e intimidade com o livro...constituem algumas das áreas de competências a trabalhar (2010).

Vejamos também a intervenção de Dina Matos, técnica da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade no Fundão, que destaca que ser mediador de leitura é ir mais além de promover a hora do conto:

Ser mediador de leitura é mais que isso, ser mediador de leitura é fazer isso, é fazer partilha de livros, é criar clubes de leitura, é fazer sugestões de livros. Eu acima de tudo acho que faço esse papel de mediador de leitura aqui na biblioteca municipal, não é na hora do conto, é quando estou às vezes na sala de adultos, e que faço sugestões de leitura que critico e dou a minha opinião sobre este ou aquele livro, levo as pessoas a ler ou a não ler, e promovo essas leituras com as pessoas, aí eu acho que é o verdadeiro papel de mediador de leitura, não é só a hora do conto (2010).

Numa visão mais globalizante, Ilda Lopes, técnica da Biblioteca Municipal de Penamacor, considera que serão mediadores de leitura “todos os indivíduos de uma comunidade, todos os que contribuem para espalhar o gosto pela audição/leitura de histórias” (2010). Esta visão, sendo mais abrangente, tem todo o sentido, nomeadamente em comunidades onde podem surgir clubes de leitura, promovidos entre os membros da comunidade, em estreita colaboração com as bibliotecas públicas e escolares. Cabe, aqui, salientarmos o papel decisivo que o mediador de leitura pode ter no que diz respeito à colaboração e cooperação entre instituições existentes no mesmo concelho, visto ser por natureza um dinamizador e um promotor de acções culturais. O mediador de leitura poderá, assim, ser uma das chaves de acesso à realização de eventos colaborativos, não passando, apenas, pela habitual hora do conto promovida pela biblioteca municipal onde se deslocam os alunos, fundamentalmente, do pré-escolar e do 1º ciclo de forma regular, mas sim, e também, na planificação conjunta com os docentes e outros professores bibliotecários, numa estreita acção concertada.

2.1.1. A família enquanto mediadora de leitura

O papel da família enquanto mediadora de leitura é fundamental, prioritário e urgente. A família não se pode arrear desta função, tal como desenvolve o seu papel de mediação na educação, formação social e cívica da criança, no seu desenvolvimento pessoal em distintas áreas. Tal como escolher e seleccionar o que a criança deve comer, ou vestir, ou fazer, o papel de mediação da leitura é crucial para o desenvolvimento equilibrado do sujeito. Tal como nos refere Ilda Lopes, técnica superior da Biblioteca Municipal de Penamacor “A família devia ser a primeira mediadora da leitura, conta com o espaço privilegiado dos afectos, da sede de aprender, da total confiança e disponibilidade” (2010).

Este espaço privilegiado de afectos que nos refere Lopes sabemos o quanto pode contribuir para a construção do Saber Ser e Saber Estar. A família ao proporcionar momentos de leitura a dois, momentos de leitura com afecto, irá fascinar a criança em processos de curiosidade e de descoberta. Também Carlos Almeida considera que a família é determinante nesta tarefa, e que a mesma ao ter hábitos de leitura frequentes, estes se irão reflectir na atitude dos filhos. Analisemos a sua intervenção:

A família é determinante, é determinante, se a escola é essencial, a família é determinante, é na família é no seio da família que se incute muito destes hábitos. Isto, passa pelo exemplo, se o meu pai e a minha mãe lerem com muito regularidade, a probabilidade do filho ler com muita regularidade é muito elevada. Portanto a família têm aqui um papel extremamente importante (2010).

Um aspecto importante que devemos destacar está relacionado com a implementação do Plano Nacional de Leitura e das diversas actividades e acções propostas de envolvimento directa com as famílias:

Plano Nacional de Leitura é um exemplo acabado que se não trabalhamos com as famílias e não conseguirmos que elas compreendam o papel de ir ganhando estas competências leitoras no mundo total das literacias que hoje são exigidas na nossa sociedade, nós continuamos a reproduzir pobreza (Calçada T. , 2010).

O Projecto *Ler + em família*, sugere iniciativas que visam promover hábitos de leitura nas famílias. Destacamos, aqui, o projecto *Já sei ler* destinado a alunos do 1º ciclo: promover a leitura em família e a interacção escola-família, pretende valorizar este contexto favorável, disponibilizando materiais de apoio para o desenvolvimento de actividades que incentivem a leitura e o gosto pelos livros. O projecto de *Leitura em vai vem*, destinado ao pré-escolar, onde é distribuído material concebido com o objectivo de ajudar os educadores a promover a leitura no Jardim-de-infância e o seu prolongamento na família. E o projecto *Ler + para Vencer* com a oferta de livros a todos os alunos, no primeiro dia de aulas, que ingressam no 1º ano do 1º ciclo e aos alunos que ingressam no 5º ano do 2º ciclo, com a distribuição de um desdobrável de incentivo às famílias para acompanhamento dos seus educandos diariamente, pelo menos 10 minutos de leitura com um adulto. Destacamos, igualmente, o projecto *Ler + dá Saúde* com parceria dos centros de saúde e hospitais, onde a família é aconselhada por um profissional de saúde, médico e enfermeiros pois estes têm um papel muito relevante neste domínio ao aconselharem pais e outros familiares a ler livros em voz alta e a promover o contacto diário das crianças com livros adequados à sua idade, já que ler promove na criança o seu bem-estar. Relativamente a estes projectos vejamos o que nos diz Dina Matos, técnica superior da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade, no Fundão:

A Família essa devia ser a base, a base de tudo, há pessoas que dizem e isso está mais que comprovado, os meninos quando tem

contacto precoce com os livros tornam-se excelentes leitores, temos o exemplo do PNL vai buscar os hospitais, os serviços de pediatria, Ler + dá saúde quando é o médico, quando é o Sr. Doutor a dizer ao pai de uma criança que ler mais desde o início lhe torna uma criança mais activa um cidadão mais activo, que entende melhor. Claro que os pais aí, isso está mais que provado, desde o início os meninos estão com contacto com o livro tornam-se melhores cidadãos e melhores mediadores de leitura. E a família desde o início que deve inculcar sempre isso (2010).

Também é importante referirmos que existem muitas famílias que se envolvem nesta tarefa com empenho e dedicação, tal como é referido por Cândida Brito: “Há famílias que assumem isso muito bem, mas outros terão até grandes dificuldades em o fazer, mas aí também estamos nós para apoiar, seria uma partilha de meios que era interessante” (2010). Outras, no entanto, com maiores dificuldades, necessitarão de mais e maiores apoios por parte das escolas e das bibliotecas, onde o papel dos mediadores de leituras, com uma conduta profissional, poderão contribuir fortemente para a motivação e orientação das famílias nesta área, e serem apoiadas quer na selecção de obras a ler aos seus educados, quer nas actividades que poderão desenvolver, como nos refere Sylvianne Rigolet, em que salienta o projecto que criou de *bebetecas*, ou seja, bibliotecas para bebés acompanhados pelos pais:

A família deve ser ajudada neste sentido: da escolha de livros, às principais estratégias a aplicar para cada caso e situação. É por isso que criei projectos de *bebetecas* que ajudem os pais a compreender melhor o livro em si, os níveis de desenvolvimento leitor, as estratégias mais adequadas em cada um, as formas de explorar os diversos tipos de obras, etc. (2010).

Sobre a envolvimento das famílias no processo de promoção e mediação da leitura, Cristina Granada descreve-nos dois projectos que a Biblioteca Municipal de Castelo Branco leva a cabo com sucesso e adesão das respectivas famílias:

O Projecto *Ler a Dois* é para meninos que já tem alguma capacidade de leitura do primeiro ciclo, e o *Ler com Colo* é para os pequeninos a partir dos três meses de idade, que é a idade em que as crianças vão para as creches, ou enfim. A partir do momento em que os pais ou encarregados de educação quiserem trazer. Pontualmente uma vez por mês, alternadamente de quinze em quinze dias, cada uma destas realidades. Os pais ou os encarregados de educação podem não ser pais, podem ser avós, podem ser tios, enfim, quem estiver a cuidar da criança, traz a criança, no ler a dois partilha a história com a criança, no *Ler com Colo* a mesma coisa, só que a criança fica sentada ao colo, que é muito mais prático e acrescentamos aqui, ao espaço biblioteca, ao espaço do livro, ao espaço da história (Granada, 2010).

Em comparação com estas iniciativas atrás descritas, desenvolvidas pelo Plano Nacional de Leitura, em que são abrangidas diversas instituições, desde as bibliotecas públicas, bibliotecas escolares e outras instituições de serviço público, Pedro Cerrillo refere-

nos o insucesso do plano de leitura espanhol, no que diz respeito ao envolvimento das famílias, visto que o mesmo não contemplava iniciativas específicas dirigidas às mesmas:

Yo creo que la familia no ejerce un papel de mediadora de lectura. Pero en parte también porque no hay una implicación directa de las instituciones porque en Gran Bretaña un plan de lectura muy importante donde sí, tuve programas específicos que afectaban a la intervención lectura de las familias. Ahora aquí en España no había un solo programa con intervención de las familias (2010).

Podemos, assim, considerar que na actualidade, e com a agitação do mundo moderno em que as famílias sofrem de falta de tempo, é crucial que as agências de educação, cultura e saúde desenvolvam um trabalho articulado em conjunto para a promoção da leitura. Envolvendo desta forma as famílias em iniciativas devidamente programadas e estruturadas com a apresentação de estratégias de mediação de leitura, a serem desenvolvidas em casa onde os afectos poderão e deverão ser o motor impulsionador para o sucesso da motivação, exploração e descoberta dos livros e da leitura.

2.1.2.O Contador de Histórias como mediador da leitura

Com vínculos remotos à actividade ancestral dos contadores de histórias das sociedades agrárias, a hora do conto pode, com efeito, constituir como que uma recuperação - modernizada é certo, e, na sua essência, fundamentalmente diferente - de uma tradição de algum modo esquecida e em vias de acelerada diluição, no mundo de crescente desenvolvimento tecnológico e mediático que é o nosso (Gomes J. A., 2000: 36).

Segundo a perspectiva defendida por José António Gomes, a actividade do contador de histórias encontra-se comprometida com o acelerado desenvolvimento tecnológico e mediático. Apesar disso, no nosso país, nos últimos anos, conseguimos encontrar diversas actividades que promovem e trabalham em sentido contrário, tentando fazer renascer tradições orais, criar e estabelecer pontes entre a narrativa da história oral e os livros. Destas iniciativas, já com relevo nacional, podemos destacar as *Palavras Andarilhas*, promovidas pela Biblioteca Pública de Beja, iniciativa realizada anualmente, em que consagram um conjunto de conferências e oficinas da autoria de especialistas dos diversos domínios do livro, da leitura e da arte de contar contos.

A salientar, também, o elevado número de grupos e indivíduos que têm surgido nos últimos anos como contadores de histórias, quer de cariz profissional ou amador. Estes grupos têm vindo a dinamizar inúmeras iniciativas em bibliotecas públicas e escolares.

Um conto não é de quem o cria, mas de quem o conta e, no momento de ser contado, passa a ser de quem o escuta, para que seja novamente contado e recontado, reinventado e escutado, num processo periódico, contínuo e interminável. Este é o ciclo evolutivo dos contos: nascem, crescem, reproduzem-se, crescem novamente e nunca mais morrem, pois há, e vai haver, sempre alguém disposto a contá-los e sempre alguém disposto a ouvi-los (Gomes P. R., 2010).

O mesmo autor, num jornal Escolar do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha “*Letras da Gardunha*” afirma ainda que o contador de histórias ou de contos deve conhecer bem o conto que vai trabalhar, recorrendo, ou não, ao suporte livro e a ilustrações. Deve utilizar uma linguagem adequada aos seus ouvintes, adaptando o conto, se necessário, e podendo aproveitar a ocasião para ampliar o conhecimento lexical do público. As pausas, as entoações são muito importantes para manter o interesse e a atenção no conto. Também as descrições pouco detalhadas abrem caminhos à imaginação e fazem com que cada criança possa voar e criar os seus próprios cenários narrativos.

O autor fala-nos da importância do entusiasmo do contador de histórias, sem ela não haverá narrativa.

Outro aspecto a destacar no contador de histórias é o entusiasmo que deve transmitir e o interesse que deve despertar durante a história. A narrativa tem o poder da palavra, do som e as inflexões aliam-se aos gestos simbólicos do contador. A narrativa não é uma declamação, não é uma poesia, é uma prosa, e sofre modificações conforme o ambiente, a ocasião, o público (Gomes P. R., 2010).

O poder da informação, daquele que é informado, é uma das características principais do hábito de ler, ouvir e contar. “Contar uma história, um conto, uma lenda ou um mito transmite um enorme poder, quase mesmo hipnótico, capaz de transformar a fantasia em realidade, de evocar emoções, de fazer o ouvinte viajar nas asas da imaginação” (Gomes P. R., 2010). Com efeito, as histórias dão às crianças o gosto pela leitura e, além disso, desenvolvem novas e renovadas visões do mundo. A criança, acostumada a ouvir histórias, desenvolve e estimula a sua imaginação, além de também desenvolver o gosto pela leitura, escrita e pesquisas.

2.1.3. O que faz com que uma história seja uma boa história para se contar

Segundo Gomes no seu artigo publicado no Jornal Escolar do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha “*Letras da Gardunha*”:

Os Contadores de histórias têm muitíssimas opiniões diferentes sobre o que faz realmente uma história ser uma boa história para ser contada. Mas, num certo aspecto, todos eles estão de acordo: o

contador têm de gostar e conhecer muito bem a história que quer contar (2009).

Uma boa história é uma história que toca as pessoas. A missão dos contadores de histórias é envolver a audiência, fazê-la interagir com a história, mesmo que seja apenas em pensamentos. Uma boa história tem de ter realmente sentido, soar a verdadeira, conter aspectos básicos e universais do Ser Humano. A história não tem de ser profunda, mas deve fazer mover o ouvinte, fazê-lo rir, fazê-lo reflectir, tocar nas suas emoções, sentimentos, atitudes e valores (Gomes J. A., 2000).

Uma boa história tem de ter substância. A história tem de ter uma estrutura, um fio condutor. Se esta estrutura se encaixa, as possibilidades de ser uma boa história são muito grandes. Mesmo as crianças pequenas querem ouvir uma história com sentido e significado.

Uma boa história necessita de resolução de conflitos. As histórias são feitas por pessoas, em função de lugares e de acontecimentos. As histórias mais fortes costumam ter uma personagem principal bem definida - um homem, uma mulher, um animal, uma máquina, ou seja o que for - que encontra algum tipo de problema ou conflito, algum tipo de bloqueio na personagem ou no seu relacionamento. A acção levada a cabo significa crescimento pessoal e mudança e, finalmente, uma espécie de redenção. A acção que se desenvolve ao longo da história deverá ser credível, mantendo, assim, a audiência atenta e com curiosidade em saber o que vai acontecer (Bettelheim, 2008).

Uma boa história cria imagens vividas. Através dos conhecimentos já adquiridos, como histórias e vivências, a história cria imagens para os nossos ouvintes. Estes podem, ou não, ver as mesmas imagens que o contador vê. Essa parte é a mais estimulante da narrativa, pois desenvolve o imaginário pessoal. Os ouvintes vão criar imagens que dizem respeito às suas experiências durante o desenrolar da história, passando, dessa forma, a existir interacção com o narrador. As histórias ajudam o ouvinte a pensar nas suas próprias histórias e podem ajudar a acender “faíscas” para a construção de novas narrativas (Traça, 1998).

Uma boa história é uma história que é perfeita para a audiência a que se conta. Uma das tarefas mais importantes dos contadores de histórias é a preparação adequada para a sua audiência. Tem que se manter a sintonia e a atenção da audiência e mudar de direcção, de estratégia, caso isso não aconteça. A interacção com a audiência é sempre uma forma de esta participar, pedindo a esta para gritar o nome de uma personagem, o nome de um lugar, o nome de uma história popular. Puxar a audiência para a história é a tarefa principal do contador, mesmo que a história passe a ter outro rumo e seja definitivamente improvisada entre a audiência e o contador, a quem restará saber conduzir a mesma até um fecho desejável.

Uma boa história é uma história que o Contador tem que amar. Nunca, mas nunca, um contador deverá contar uma história de que não goste, mesmo que a audiência lhe peça. O Contador faz parte da história, deve interiorizá-la e envolver-se no seu enredo, tarefa impossível, se ele não gostar da história.

Repetir a mesma história é torná-la cada vez melhor e mais forte cada vez que é contada! (Cerrillo P. C., 2006).

2.1.4. Educar a contar histórias

A apologia da hora do conto na perspectiva do contador/ leitor visa sensibilizar para a importância desta prática no desenvolvimento das competências de leitura. O momento da hora do conto poderá estabelecer a preparação para a vivência da leitura como prazer, como desejo.

Contar histórias é a forma mais natural de aprender: transmite emoções, bem como informação e conhecimento.

[...] a «hora do conto» ocupa um lugar importante, pelo que julgamos fundamental elegê-la como uma das actividades capazes de, pela sua prática continuada, proporcionar o desenvolvimento do prazer de ler, resultante, numa primeira etapa, da simples satisfação do gosto pelas histórias (Gomes J. A., 2000: 35).

Quando confrontados com factos e informações, apenas mantemos uma certa quantidade no cérebro, sendo que o resto simplesmente desaparece, dado que existe sobrecarga informacional. No entanto, quando contamos uma história, com os factos no seu contexto, mais informação é efectivamente retida. Isto poderia facilmente ser atribuído ao facto de que, tal como com as nossas emoções, os cérebros humanos são redes, teias de histórias (Traça, 1998).

Mesmo antes da evolução da língua e das palavras, a humanidade descobriu que a melhor forma de transmitir informações era através de histórias. Os primeiros homens das cavernas comunicavam as suas com sons, movimentos e gestos. Antecipando os contadores, transmitiam histórias emocionantes das grandes caçadas ou outras aventuras significativas do clã. A informação era transmitida e ensinada para a geração seguinte.

Com o advento da palavra falada, as histórias eram frequentemente desenvolvidas e utilizadas para explicar o porquê das coisas. Consistiam no principal veículo de informação, história e diversão.

Muitas das peças clássicas da literatura original tiveram a sua génese em narrativas orais. As histórias foram orientadas para transmitir uma lição, para ensinar, para educar.

As histórias podem constituir uma ferramenta espantosa no processo de ensino e aprendizagem. Na sala de aula, o papel das histórias pode ir muito para além da aquisição de hábitos de leitura e do conhecimento da literatura. Devido ao conteúdo emocional que pode ser veiculado através de uma história, a informação é retida de uma forma mais cuidada, porque a entrada de dados é recebida num ambiente emocional. A nível intelectual, isso faz com que as novas informações sejam armazenadas num âmbito muito mais profundo da memória cerebral. Devido a este facto, muitas vezes esquecido, a narração oral deve ser

considerada uma das melhores ferramentas para educar e ensinar. Pode ser usada em todos os aspectos da aprendizagem, se aplicada correctamente.

Contar histórias, ler e escrever, todas estas ferramentas podem ser juntas para comunicar melhor numa aula. Ao integrarem histórias nos *currícula*, os educadores podem penetrar numa profunda necessidade do espírito humano, e fornecendo informações através das histórias e das emoções. Como diz Traça (1998), todas as histórias formam a nossa própria narrativa, que se inicia logo quando nascemos.

As histórias também abrem oportunidades de ouro para estimular a leitura autónoma e a pesquisa. Suportam a fala e a compreensão oral, motivam a leitura e a escrita, estimulam e desenvolvem a imaginação e melhoram a resposta dos alunos à literatura, à história, aos estudos sociais, às ciências da natureza e a muitas outras componentes do currículo.

Contar histórias no cenário educacional é, sem dúvida, uma das mais eficazes ferramentas pedagógicas que temos. As histórias podem ensinar, reforçar e introduzir no currículo o mais lógico e criativo meio de aprendizagem. Quase qualquer assunto pode ser apresentado ou introduzido no formato de história. Contar histórias também pode seduzir os alunos e levá-los a lutar por um maior sucesso académico.

Contar histórias fortalece a imaginação. Imaginar é prever e ver para além do que é facilmente perceptível. A capacidade de imaginar e vislumbrar é a base comprovada de toda a criatividade, e esta cria o poder da resolução de problemas em diversas situações, levando a aprender as regras e as situações da vida social (Traça, 1998).

2.2. O Professor Bibliotecário

A legislação que define a figura do Professor Bibliotecário, Portaria 756/2009 de 14 de Julho de 2009, enquadra quais são as competências e funções que o Professor Bibliotecário deve possuir, no seu Artigo 3º enumera:

Artigo 3.º

Conteúdo Funcional

1 – Ao professor bibliotecário cabe, com apoio da equipa da biblioteca escolar, a gestão da biblioteca da escola não agrupada ou do conjunto das bibliotecas das escolas do agrupamento.

2 – Sem prejuízo de outras tarefas a definir em regulamento interno, compete ao professor bibliotecário:

a) assegurar serviço de biblioteca para todos os alunos do agrupamento ou da escola não agrupada;

- b) promover a articulação das actividades da biblioteca com os objectivos do projecto educativo, do projecto curricular de agrupamento/escola e dos projectos curriculares de turma;
- c) assegurar a gestão dos recursos humanos afectos à(s) biblioteca(s);
- d) garantir a organização do espaço e assegurar a gestão funcional e pedagógica dos recursos materiais afectos à biblioteca;
- e) definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos;
- f) apoiar as actividades curriculares e favorecer o desenvolvimento dos hábitos e competências de leitura, da literacia da informação e das competências digitais, trabalhando colaborativamente com todas as estruturas do agrupamento ou escola não agrupada;
- g) apoiar actividades livres, extracurriculares e de enriquecimento curricular incluídas no plano de actividades ou projecto educativo do agrupamento ou da escola não agrupada;
- h) estabelecer redes de trabalho cooperativo, desenvolvendo projectos de parceria com entidades locais;
- i) implementar processos de avaliação dos serviços e elaborar um relatório anual de auto-avaliação a remeter ao Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares (GRBE);
- j) representar a biblioteca escolar no conselho pedagógico, nos termos do regulamento interno.

A Rede de Bibliotecas Escolares, ao longo destes treze anos de funcionamento, tem vindo a consolidar a sua actuação no terreno, a par das candidaturas das escolas e das candidaturas concelhias, o que permitiu chegar-se à actualidade com todos os Agrupamentos do nosso país integrados na rede. Preparou, igualmente, muitos docentes, através de acções de formação contínua, promovidas pelos centros de formação contínua, pelas direcções regionais ou mesmo pela Rede de Bibliotecas Escolares, em articulação com as instituições referidas anteriormente, no âmbito das bibliotecas escolares; incentivou os professores ao acréscimo, a nível pessoal, de formação académica, na respectiva área. Havia a perspectiva de que, no momento da institucionalização da figura do Professor Bibliotecário, existissem em elevado número profissionais a nível nacional para dar resposta a este novo desafio. Esta institucionalização é sustentada por muitos estudos e experiências internacionais, nomeadamente através das directrizes da IFLA e da publicação do documento *Bibliotecários Escolares: Linhas de Orientação Para os Requisitos de Competência* da autoria de Hannesdóttir (1995).

Tal conduta é igualmente partilhada por Cândida Brito, directora do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, que nos refere o seguinte:

A Rede de Bibliotecas Escolares foi dando os passos com alguma prudência mas bem dados, até chegar o ano lectivo anterior e conseguir a nomeação dos professores bibliotecários e isso é fundamental, porque se dedicou a tempo inteiro a uma política que é necessário para os agrupamentos e que exige essa dedicação integral, e permite fazer o tal trabalho de articulação e de parceria dentro do próprio agrupamento, que é muito importante porque dentro das próprias escolas é preciso mudar cabeças e fazer uma melhor articulação depois com o exterior e com o resto da comunidade (2010).

O Professor Bibliotecário deverá ser encarado com um dinamismo e com uma atitude proactiva. Na nossa perspectiva, o Professor Bibliotecário tem de ser um verdadeiro estratega, que implemente um Plano Estratégico de acção, para tal é necessário ter a capacidade de antecipação das necessidades dos utilizadores e trabalhar em articulação com todas as estruturas pedagógicas do agrupamento. Assim como refere o director do Agrupamento de Escolas João Roiz de Castelo Branco, Carlos Almeida:

A criação do professor bibliotecário é uma mais-valia para qualquer escola, é indiscutivelmente também um valor acrescentado porque permite também mobilizar um conjunto de recursos e dinamizar a escola ou neste caso o agrupamento, e não é por acaso, que também esta figura deve ter assento em determinados órgãos de topo de um agrupamento, nomeadamente, estou a pensar no Conselho Pedagógico (2010).

Ao Professor Bibliotecário caberá a tarefa de construir pontes entre as diversas estruturas pedagógicas do agrupamento, no que diz respeito à articulação curricular e ao desenvolvimento de projectos transversais, rentabilizando os recursos disponíveis e procurando meios de colmatar necessidades encontradas pelos utilizadores da biblioteca. Neste sentido, a vereadora da Cultura da Educação de Castelo Branco, Cristina Granada, fez-nos o seguinte comentário:

Ter um professor bibliotecário tem variadíssimas vantagens, por um lado ao ser professor, é um pedagogo, está relacionado com esse espaço do ensinar e do aprender. Porque não consigo dissociar ensino de aprendizagem, por muita vontade que tenha de ensinar, se o outro não tiver vontade de aprender, não terá valido de nada o esforço de ensinar, então o professor sabe o que é a relação entre o ensino e a aprendizagem. O bibliotecário sabe o que é tirar proveito dos recursos materiais, ou imateriais de que dispõe precisamente na biblioteca. Conhecerá estratégias, conhecerá actividades, conhecerá mecanismos, para tirar o maior proveito de tudo que tem à sua disposição e fazer com que aqueles que lá vão o possam aproveitar da melhor forma. O ideal era mesmo que um professor, ou uma professora, já agora permita-me também o uso no feminino, possa rentabilizar da melhor forma o espaço biblioteca, isso sim, creio que seria o ideal (2010).

A Coordenadora Nacional da Rede de Bibliotecas Escolares, Teresa Calçada (2010), salienta a importância do trabalho que actualmente o Professor Bibliotecário deverá desenvolver com a equipa PTE⁶, visto que, por inerência ao seu cargo e como previsto na legislação em vigor, despacho nº700/2009, de 9 de Janeiro, no seu artigo 19º, em que define a composição desta equipa, indica que os membros são designados pelo director do agrupamento, sendo o professor bibliotecário e o coordenador da biblioteca, um destes elementos.

[...] vir a enquadrar os professores que estão nas bibliotecas das escolas, e a equipa dos bibliotecários do município numa só equipa. Numa só equipa, que até pode ser *dual*, a própria equipa PTE, porque realmente, hoje nas escolas a equipa PTE e o professor bibliotecário têm que compreender que eles são o *Focal Point* do fomento, das aprendizagens, das literacias em ligação com os curricula (2010).

Consideramos que o Professor Bibliotecário necessita de estar continuamente actualizado, e para tal frequentar com regularidade acções de formação contínua, adquirir mais formação académica e participar em conferências, colóquios, encontros e seminários, dentro das diversas áreas do saber, nomeadamente estratégias de promoção da leitura, ilustração, tecnologias, entre muitos outros, é um imperativo para que se mantenha actualizado.

O professor bibliotecário considero que é uma mais-valia para a escola, é uma mais-valia para o concelho onde está inserido, nós bibliotecários municipais sentimos que não somos os únicos com esta alcunha de bibliotecário de dono de biblioteca, os professores nas escolas têm muita mais consciência do trabalho que se faz na biblioteca da promoção que se faz do desenvolvimento das literacias, na promoção de novas actividades. Sem dúvida foi uma mais-valia que a rede criou, ao institucionalizar o Professor Bibliotecário. Não me parece que seja, um professor para estar no gabinete, fechado a tratar de papéis, mas sim um professor, que sai para o terreno, que vê as dificuldades mas, que também promove actividades, faz troca de parcerias, é verdadeira profissão de professor bibliotecário (Matos, 2010).

Sendo o Professor Bibliotecário um **Especialista em Informação** requer ter competências para desenvolver esse trabalho e levar a bom porto os objectivos que estão definidos para uma Biblioteca Escolar do séc. XXI.

A Biblioteca Escolar é o **Centro de Aprendizagens** da Escola. O Professor Bibliotecário deve possuir competências gerais e específicas para apoiar o corpo docente, não docente e alunos.

⁶ PTE - Plano Tecnológico para a Educação

As bibliotecas escolares do séc. XXI têm muitas obrigações, ameaças e desafios perante a Escola, a Comunidade Escolar e até com a Comunidade Educativa. Não é apenas um espaço físico, mas sim um **Conceito**, ser encarada como a **Biblioteca de Agrupamento**.

Ser Professor Bibliotecário é um desafio constante e por isso mesmo, requer saber trabalhar em equipa, numa perspectiva de cooperação e partilha.

Capítulo III - Estudo Empírico

Iniciamos o presente capítulo com as Leis de Ranganathan⁷ que ilustram o caminho a seguir no que ao livro e à biblioteca diz respeito.

Estas Leis encontram-se citadas por Clemente (2007: 19-20) na sua obra *A Biblioteca na Escola: O Futuro está Lá*. Sistematizando podemos caracteriza-las da seguinte forma:

1. **Os livros são para serem usados** - O livro é um meio que impulsiona o conhecimento. Podemos observar a importância de uma biblioteca na seguinte frase: "quem tem informação, tem poder". O livro é considerado como um meio e não como tendo um fim em si mesmo.
2. **Todo o livro tem o seu leitor** - No que se refere à difusão da informação. A importância das bibliotecas e dos bibliotecários no contributo e na selecção de obras.
3. **Todo o leitor tem o seu livro** - O bibliotecário deve dialogar com os utilizadores, a fim de conhecer as suas necessidades, apoiando-os na selecção de obras, de acordo com o perfil dos mesmos.
4. **Poupe o tempo do leitor** - Uma correcta arrumação e catalogação dos documentos diminui o tempo necessário para encontrar a informação desejada. O livre acesso às estantes, o serviço de referência e a simplificação dos processos técnicos.
5. **Uma biblioteca é um organismo em crescimento** - A biblioteca e os bibliotecários devem controlar esse crescimento, verificando qual a informação que está a ser usada, através de estatísticas da consulta e do empréstimo. Há a acrescentar outra preocupação, a actualização das colecções, a previsão do crescimento e da área ocupada pela biblioteca.

As alterações legislativas a que temos assistido nos últimos anos, no que diz respeito ao enquadramento da Biblioteca Escolar no contexto educativo, são o resultado de um esforço constante e de um trabalho sistemático, que vai desde o ano de 1996, ano do lançamento da Rede, até aos dias de hoje, com a publicação da Portaria nº 756 de 14 de Julho de 2009 para a designação de Professores Bibliotecários em todas as escolas do País com Bibliotecas Escolares.

A Biblioteca Escolar nos últimos quatro anos sentiu uma nova "lufada de ar fresco" com a implementação do Plano Nacional de Leitura, tornando-se no centro difusor e

⁷ Leis definidas pelo pensador, professor de matemática e documentalista de nacionalidade indiana Shiyali R. Ranganathan. Foi autor das *Five Laws of Library Science* em 1931 e do sistema de Classificação de *Cólon* em 1933.

dinamizador de toda a implementação do Plano nos Agrupamentos de Escolas. Actualmente, com o Plano Tecnológico para a Educação, a Biblioteca Escolar será um parceiro de acção no desenvolvimento do Plano Tecnológico de todo o Agrupamento, rentabilizando ao máximo os recursos disponíveis, numa perspectiva de inovação, através de uma planificação estratégica conjunta em que o papel do Professor Bibliotecário, na Equipa PTE⁸, será fundamental.

3.1. A BECRE do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha - Fundão

3.1.1. Missão e propósito da organização

A BE/CRE da Escola Básica Serra da Gardunha age no sentido de cumprir a sua missão, seleccionando, abatendo, adquirindo, organizando, preservando, mantendo e provendo o acesso aos materiais (impressos ou não), bem como aos recursos electrónicos, de acordo com os interesses e as necessidades, de âmbito escolar e/ou lúdico, dos membros da comunidade educativa, definidos no presente documento.

A Biblioteca Escolar está integrada, desde 2003, na Rede de Bibliotecas Escolares, seguindo as directrizes referidas no Manifesto da Biblioteca Escolar, aprovado pela UNESCO, na sua Conferência Geral em Novembro de 1999. Assim, a missão da Biblioteca Escolar da EB Serra da Gardunha, será a de “disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitam a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação”. Estes serviços de aprendizagem, ainda segundo o referido Manifesto, devem ser disponibilizados “de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social”; sendo que, “aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns da Biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos.” A definição da política documental terá em conta a missão e objectivos da Biblioteca Escolar da EB Serra da Gardunha, e resulta da aprovação em Conselho Pedagógico, estará contemplada no Regulamento Interno da Escola, e será assegurada com carácter de continuidade, por um prazo de três anos. Esta política será articulada com os restantes projectos pedagógicos a desenvolver, embora possa vir a ser validada, avaliada e reformulada, em função das necessidades e interesses da comunidade educativa. A missão da colecção deverá reflectir as necessidades de formação dos utilizadores.

⁸ PTE - Plano Tecnológico para a Educação

Pretende-se que a BECRE seja um núcleo de vida na escola, atraente, acolhedor e estimulante, um centro de aprendizagens significativas, onde se promove o aprender a aprender.

3.1.2. Caracterização da comunidade/ escola

O Concelho do Fundão é constituído por 31 freguesias, com uma população de 31 482 habitantes e uma área de 701.65 Km².

Este Agrupamento foi constituído e homologado em 05.07.2003, tendo, no ano lectivo de 2006/07, aglutinado os Jardins de Infâncias e Escolas do 1º Ciclo do extinto Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade. Abrange uma área de 372.28 Km², correspondente a dezassete freguesias e 21 016 habitantes, integrando onze estabelecimentos do ensino pré-escolar, dezasseis do 1º Ciclo e um do 2º e 3º Ciclo. Este universo de alunos transporta para o Agrupamento realidades familiares bastante diversas, pois traduzem um tecido económico de prestação de serviços, empregados de comércio, fabris e profissões liberais. Podemos encontrar ainda algumas famílias com ligação precária à agricultura. Este facto só não tem um impacto negativo na vida dos alunos, porque, para além do apoio integrador desenvolvido pela Acção Social Escolar, as estruturas pedagógicas fomentam actividades específicas: reforço de aprendizagens, apoios individualizados, apoios específicos a alunos oriundos do estrangeiro, visitas de estudo, produção de materiais para alunos com dificuldades de aprendizagem, criação de clubes e desenvolvimento de actividades inter-escolas e inter-ciclos. Estas medidas permitem esbater desigualdades entre estabelecimentos de ensino, apostando na melhoria das condições de trabalho dos alunos mais desfavorecidos.

3.1.3. Programas educacionais e pedagógicos

A oferta curricular que o Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha tem à disposição é todo o ensino básico do Pré-escolar ao 9º Ano, sendo que na escola sede apenas existe uma turma do 4º ano (1º ciclo).

Também é política do Agrupamento a oferta de Cursos de Educação e Formação que actualmente são: Serviço de Mesa. Estes cursos podem variar, de acordo com a auscultação dos interesses da população escolar e da articulação com a Escola Profissional do Fundão, com a qual se desenvolve uma parceria para desenvolvimento das áreas práticas. Ainda como oferta curricular, destacamos os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) para alunos que entram no 5º ano.

Salientamos, igualmente, o facto de o Agrupamento fazer parte das escolas de Referência de Intervenção Precoce e Multideficiência, tendo em funcionamento uma sala

TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children*) e uma Unidade de Apoio à Multideficiência.

Como oferta específica de escola, e por decisão do Conselho Pedagógico, desde o ano de implementação do Plano Nacional de Leitura em 2006, começou por existir um tempo (45 minutos) dedicado exclusivamente para a dinamização do PNL, em turmas do 2º ciclo e no 8º ano de escolaridade. Actualmente, encontra-se a ser desenvolvido em articulação com Área de Projecto, para todos os alunos do 2º e 3º Ciclos. No que diz respeito ao pré-escolar e 1º ciclo, o desenvolvimento do PNL é integrado directamente nas restantes aprendizagens curriculares.

É disponibilizada uma variedade de oferta de actividades de enriquecimento curricular, com particular enfoque nas dimensões sociais e culturais, sendo a diversidade e a qualidade de projectos, um dos pontos fortes do Agrupamento, a que alunos, famílias, docentes e parceiros da comunidade educativa atribuem grande valor. Neste âmbito, assumem ainda relevo as actividades experimentais desenvolvidas em todos os níveis de educação e ensino.

Outro aspecto bastante relevante desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha prende-se com o ensino articulado da Música, que desenvolve essa parceria com a academia de Música e Dança do Fundão.

Para o desenvolvimento de toda esta diversificada oferta educativa, a Biblioteca Escolar tem um papel fundamental na vida do Agrupamento. Ao falarmos de Biblioteca Escolar, deveremos entender este conceito como a Biblioteca Escolar de Agrupamento e não apenas ao espaço físico existente na escola sede, visto que a Biblioteca Escolar presta serviço a todo o Agrupamento.

3.1.4. Caracterização da Biblioteca Escolar

A Biblioteca Escolar de Agrupamento, é um novo conceito e desafio a implementar nos próximos anos, a fim de rentabilizar todos os recursos existentes nas diversas Bibliotecas Escolares do Agrupamento, nomeadamente da Escola sede, de Alpedrinha e Arco-íris, permitindo, assim, dar resposta às necessidades de todos os utilizadores, desde o pré-escolar ao 3º ciclo, contando, também, com as necessidades dos docentes e restante pessoal não docente em funções no Agrupamento.

A Biblioteca Escolar através da intervenção dos Professores Bibliotecários e da restante equipa de Coordenação da BECRE implantará todas as estratégias necessárias para firmar as directrizes do Plano Nacional de Leitura em todos os ciclos de ensino.

3.1.5. Caracterização física da BECRE da Escola Serra da Gardunha

A Biblioteca Escolar da Escola Básica Serra da Gardunha, escola sede, tem cerca de 436m² (ver planta da BECRE que se encontra no anexo 4), onde coabitam todas as suas áreas funcionais: atendimento, sala polivalente, leitura informal, leitura e pesquisa, área de acolhimento, jogos didácticos, produção vídeo, gabinete da equipa da BE/CRE, produção vídeo, laboratório de fotografia, sala multiusos e dois armazéns. O mobiliário é normalizado, sendo adquirido em diferentes momentos da vida da Escola. É composto por estantes simples e duplas, expositores de novidades e de material não livro, em regime de livre acesso (ver registo fotográfico que se encontra no anexo 5. Fotografias, da 1 a 5). Além da existência de postos multimédia disseminados pelo interior da biblioteca, com ligação à Internet, podem ser contabilizados catorze lugares sentados, possuindo também uma sala contígua, equipada com catorze computadores e vinte e cinco lugares sentados, onde são leccionadas as aulas de TIC.

3.1.6. Caracterização dos utilizadores

Constitui o público-alvo da Biblioteca Escolar da Escola do Ensino Básico Serra da Gardunha os alunos, os professores, os assistentes operacionais, os assistentes administrativos e restantes técnicos do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, de acordo com os objectivos, a missão e as funções da Biblioteca Escolar.

Utilizadores: alunos dos jardins-de-infância do Agrupamento; alunos dos 1º, 2º e 3º Ciclos; alunos dos Cursos de Educação Formação; alunos com Percurso Curricular Alternativo; alunos do Ensino Articulado da Música; alunos integrados na Unidade de Multideficiência; e Unidade de Ensino Estruturado; alunos com NEP (Necessidades Educativas Permanentes); Educadoras de Infância e Professores dos 1º, 2º e 3º Ciclos.

A restante comunidade educativa, da qual fazem parte pais e encarregados de educação, ex-alunos, habitantes das freguesias da área de intervenção do Agrupamento, outras instituições, também poderão beneficiar dos serviços prestados pela biblioteca, no entanto, os seus interesses e necessidades não serão objecto primário da política de gestão e desenvolvimento de colecções.

Tabela 1 - Utilizadores: Professores, Assistentes Operacionais e Técnicos da Escola Sede

	Total	Género	
		Masculino	Feminino
Professores 1º Ciclo	02		02
Professores 2º Ciclo	31	10	21
Professores 3º Ciclo	32	08	24
Professores Educação Especial	13	03	10
Professores Intervenção Precoce	08		08
Assistentes Operacionais	20	08	12
Assistentes Técnicos	10	3	7
Total	116	32	84

Tabela 2 - Utilizadores: Alunos da Escola Sede

ESCOLA SEDE			Género			Apoio SASE Escalões			Outra Nacionalidade
Ciclo/Ano	Número de Turmas	Nº de alunos	Masculino	Feminino	NEP	A	B	C	
1.º Ciclo/4.º	2	45	22	23	1	9	4	-	
2.º Ciclo /5.º	5	101	44	57	11	29	28	3	1 Ucrânia
2.º Ciclo /6.º	5	105	38	67	8	26	18	2	1 Brasil
TOTAL 2º Ciclo	10	206	82	124	19	55	46	5	
3.º Ciclo /7.º	4	94	41	55	2	20	25	2	1 Ucrânia
3.º Ciclo /8.º	4	81	37	44	2	15	17	1	
3.º Ciclo /9.º	3	59	35	21	2	6	14	3	1 Ucrânia/1 Brasil
TOTAL 3ª Ciclo	11	236	113	121	6	41	56	6	
Total CEFs	3	30	20	10	-	-	-	-	
TOTAL 1º, 2º e 3º Ciclos (Escola sede)		515	237	278	26	105	106	11	5 Alunos

3.2. Experiência no Concelho do Fundão

Relativamente à experiência no concelho do Fundão, quanto ao trabalho de parceria e cooperação com a Biblioteca Municipal e restantes bibliotecas escolares do concelho, poderemos salientar que algum do percurso já foi feito. Em 2008, com a assinatura do Protocolo de Cooperação, é constituído o grupo de trabalho da rede concelhia, a Rede de Bibliotecas do Fundão, que se encontra no anexo 6. Em 2009, foi elaborado o regulamento de funcionamento do respectivo grupo da Rede das Bibliotecas do Fundão, que se encontra no anexo 7, ambos os documentos foram assinados pelos responsáveis das diversas entidades. Este grupo reúne regularmente, onde são estabelecidas algumas políticas comuns de gestão e organização das bibliotecas, no que se refere à aquisição do fundo documental, nomeadamente, das verbas atribuídas através do Plano Nacional de Leitura, em que é feita uma análise concelhia para que não existam documentos duplicados em excesso. Para este grupo se manter em comunicação, foi igualmente criada uma lista de distribuição de correio

electrónico e um grupo de discussão, onde são partilhados diversos materiais e documentos produzidos.

Quanto ao Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, além de toda a experiência já apresentada, cabe ainda referir um aspecto de extrema importância, no que diz respeito às parcerias com outras entidades, outras instituições e organismos. Desde o ano de 2003, aquando da integração da escola na Rede de Bibliotecas Escolares, tem sido política da equipa de coordenação da BECRE estabelecer parcerias com outras entidades locais, a fim de proporcionar outros meios para a realização de diversas actividades pontuais ou permanentes. Assim sendo, foi criada uma minuta de protocolo que se encontra no anexo 8, que é adaptável às entidades que se propõem. Actualmente, contamos com cerca de dez parcerias, desde a **Associação de Pais e Encarregados de Educação**, às **Escolas Profissionais do Fundão**, **Idanha-a-Nova e Castelo Branco**, à **Editora Alma Azul**, ao **Fundão Turismo**, ao **Jornal Reconquista**, ao **Jornal do Fundão**, são algumas das parcerias que a BECRE formalizou, com o objectivo de permitir o apoio logístico para a realização de diversas actividades e acções.

Neste momento, o trabalho de parcerias é prioritário para levar mais além os objectivos a que a bibliotecas se propõe. A biblioteca necessita sair das suas portas para que pelas mesmas entrem muitos utilizadores.

É essencial, ultrapassar os problemas novos levantados pelo desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento que as Bibliotecas Escolares têm de enfrentar.

Entendemos que há que reflectir sobre a dupla tutela das bibliotecas escolares do 1º ciclo, e se esta vai ao encontro de uma atitude real de parceria e cooperação, a escassez de recursos humanos, da instabilidade das equipas e sobre as novas oportunidades dos catálogos colectivos concelhios, e respectivos OPAC⁹, com todos os serviços de consulta a empréstimo e disponibilização de recursos electrónicos de forma remota. Tal consideração necessitará, certamente, de uma nova definição e enquadramento dos SABE, devidamente acautelados às particularidades de cada Concelho, bem como a cooperação entre Bibliotecas Públicas - Bibliotecas Escolares - Bibliotecas Universitárias - Outros Parceiros/Instituições Locais.

⁹ Open Public Access Catalog

3.3. BECRE e a sua articulação com todo o Agrupamento

La biblioteca escolar ha de estar plenamente integrada en el centro educativo y ha de hacerse valer como centro neurálgico de la actividad formativa. Para ello ha de contar con un personal especializado no solo en catalogación y clasificación de documentos sino también (nos atreveríamos a decir que sobre todo) capaz de dinamizar los fondos, y orientar y contagiar de pasión lectora a los usuarios (Osoro, 1997: 25).

O Projecto Educativo do Agrupamento define as Áreas de intervenção da Biblioteca Escolar do seguinte modo:

A BE/CRE revela um papel central em domínios tão importantes como: a aprendizagem da leitura; o domínio dessa competência (literacia); a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura; a capacidade de seleccionar informação e actuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas; o desenvolvimento de métodos de estudo, de investigação autónoma; o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística (Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, 2009: 53).

Acresce salientar que nas actividades a desenvolver, a Biblioteca poderá desempenhar um papel relevante. Para isso:

Importa utilizar as actividades de animação da leitura e da biblioteca nas suas diferentes dimensões educativas, de forma a potenciar novas condições. Neste campo, salienta-se a necessidade de a biblioteca criar mecanismos que estimulem os professores a integrarem os recursos disponíveis na BECRE na programação de aulas e/ou em outras actividades escolares, contribuindo, nomeadamente, para desenvolver nos alunos o prazer de ler e ainda para que estes adquiram o domínio das diferentes linguagens em que a informação circula (Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, 2009: 57).

O projecto Educativo de Escola deverá contemplar as áreas de intervenção da Biblioteca. A BE deve constituir-se, cada vez mais, como pólo dinamizador de uma grande parte da actividade da escola e entendido não apenas como um espaço ou um serviço, mas, sobretudo, como um conceito subjacente à promoção do trabalho a realizar na actividade lectiva. Deverá também estruturar as suas intervenções em torno das metas identificadas como prioritárias no Projecto Curricular de Escola, levando os alunos a aprender fazendo.

Assim, toda a actividade da BE deverá estar articulada com o trabalho dos departamentos curriculares, através destes com os diversos conselhos de turma, e, ainda, com todos os projectos - curriculares ou extracurriculares.

De acordo com orientações da Rede de Bibliotecas Escolares, e no sentido de poder participar na discussão de todas as opções pedagógicas da escola, o coordenador da equipa responsável pela BE integrará o Conselho Pedagógico. Nesta qualidade, deverá, em articulação com a equipa coordenadora, assegurar a elaboração de um plano de trabalho, o

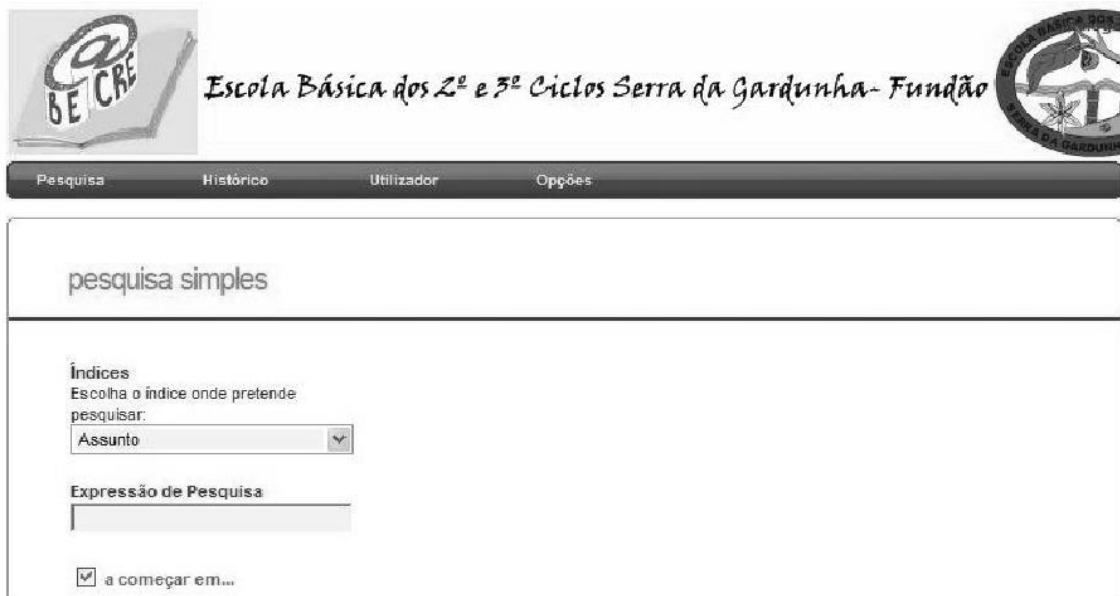
qual deve reflectir as prioridades definidas pela escola através do projecto curricular e plano anual de actividades.

Actualmente a BECRE do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha conta com dois professores bibliotecários, em virtude do número de alunos que o agrupamento possuiu. O Coordenador tem assento no Conselho Pedagógico, tal como são definidas as orientações da Rede de Bibliotecas.

3.4. Acesso

Todos os utilizadores da BECRE têm livre acesso ao fundo documental existente. Para tal, podem recorrer do catálogo informatizado, que se encontra em linha, através da consulta em dois computadores, exclusivamente reservados a esta função, ou aceder, via Internet, ao OPAC, alojado em <http://aesg.edu.pt/opac/>.

Figura 1 - OPAC- Catálogo em linha para pesquisa de fundo documental



The image shows a screenshot of a web-based OPAC search interface. At the top, there is a header with the logo of the BECRE (Biblioteca Escolar) on the left, the school name "Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Serra da Gardunha - Fundação" in the center, and a circular logo on the right. Below the header is a navigation bar with four tabs: "Pesquisa", "Histórico", "Utilizador", and "Opções". The main content area is titled "pesquisa simples" and contains a search form. The form includes a section for "Índices" with the instruction "Escolha o índice onde pretende pesquisar:" and a dropdown menu currently set to "Assunto". Below this is a text input field for "Expressão de Pesquisa". At the bottom of the form, there is a checkbox labeled "a começar em..." which is checked.

A pesquisa directa nas estantes, ou o apoio dos Assistentes Operacionais para encontrar alguns documentos, também são meios facilitadores habituais de acesso aos documentos. Com a excepção dos CD-ROM, CD-Audio, Vídeos, quer analógico, quer digital e DVDs, todo o restante fundo documental se encontra em livre acesso aos utilizadores. No que se refere aos materiais mencionados, os utilizadores têm livre acesso às embalagens ou invólucros dos mesmos, que se encontram disponíveis nas estantes, tendo que solicitar no balcão de atendimento o respectivo conteúdo.

3.5. Avaliação da Acção da Biblioteca Escolar

Actualmente a Rede de Bibliotecas Escolares conta com um Modelo de Auto-avaliação (2010), um instrumento de trabalho que pretende que cada biblioteca, cada escola conheça o impacto que as actividades, acções e serviços que presta têm no processo de ensino e aprendizagem, bem como o grau de eficiência e de eficácia dos serviços prestados e de satisfação dos utilizadores. O modelo resultou de diversas análises efectuadas a outros modelos já existentes a nível internacional e já adaptado à realidade portuguesa.

É um modelo baseado na recolha de evidências que incidem sobre as condições de funcionamento da biblioteca, os serviços prestados, a utilização que é feita da biblioteca pelos vários utilizadores e os impactos no ensino e aprendizagem. Este conceito é largamente defendido por Ross Tood (2003) que defende que a prática deve ser construída na base da análise das evidências.

O modelo está dividido em diversos domínios e subdomínios. Cada biblioteca escolar selecciona, anualmente, um domínio para autoavaliar em maior profundidade, não obstante os outros três domínios, que continuam a ser sistematicamente alvo de recolha de evidências, para fundamentar o relatório final de autoavaliação (Rede de Bibliotecas Escolares - Ministério da Educação, 2010).

Os domínios são os seguintes:

A. Apoio ao desenvolvimento curricular

A.1 Articulação curricular da biblioteca escolar com as estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e com os docentes;

A. 2 Promoção das literacias da informação, tecnológica e digital;

B. Leitura e literacia (competências literária e literácita)

C. Projectos, parcerias e actividades livres e de abertura à comunidade

C.1 Apoio a actividades livres, extra-curriculares e de enriquecimento curricular;

C.2 Projectos e parcerias.

D. Gestão da biblioteca escolar

D.1 Articulação da biblioteca com a escola. Acesso e serviços prestados pela biblioteca;

D.2 Condições humanas e materiais para a prestação dos serviços;

D.3 Gestão da colecção/ da informação.

São atribuídos níveis de desempenho à acção da biblioteca, através da análise das evidências, que passamos apresentar no seguinte quadro:

Quadro 2 - Níveis de desempenho

Nível	Descrição
4	A BE é muito forte neste domínio. O trabalho desenvolvido é de grande qualidade e com um impacto bastante positivo.
3	A BE desenvolve um trabalho de qualidade neste domínio, mas ainda é possível melhorar alguns aspectos.
2	A BE começou a desenvolver trabalho neste domínio, sendo necessário melhorar o desempenho para que o seu impacto seja mais efectivo.
1	A BE desenvolve pouco ou nenhum trabalho neste domínio, o seu impacto é bastante reduzido, sendo necessário intervir com urgência.

Relativamente à BECRE da Serra da Gardunha, já foi alvo da aplicação deste modelo de autoavaliação nos últimos 3 anos, os níveis de desempenho obtidos e os domínios autoavaliados foram os seguintes:

Quadro 3 - Níveis de desempenho obtidos pela BECRE do AESG¹⁰

Domínio	Subdomínio	Ano lectivo da aplicação	Nível de Desempenho obtido
A. Apoio ao desenvolvimento curricular	A.1 Articulação curricular da biblioteca escolar com as estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e com os docentes	2008/09	3
	A. 2 Promoção das literacias da informação, tecnológica e digital	2008/09	3
B. Leitura e literacia		Será aplicado no presente ano lectivo	
C. Projectos, parcerias e actividades livres e de abertura à comunidade	C.1 Apoio a actividades livres, extra-curriculares e de enriquecimento curricular	2007/08	3
	C.2 Projectos e parcerias	2007/08	4
D. Gestão da biblioteca escolar	D.1 Articulação da biblioteca com a escola. Acesso e serviços prestados pela biblioteca	2009/10	4
	D.2 Condições humanas e materiais para a prestação dos serviços	2009/10	4
	D.3 Gestão da colecção/ da informação	2009/10	3

¹⁰ AESG - Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha

3.5.1. Análise SWOT

A análise SWOT¹¹ é uma ferramenta do planeamento estratégico e da gestão para a qualidade e para a competitividade, utilizada nas organizações para antecipar problemas, identificar oportunidades e combater debilidades. Apesar de inicialmente pensada para o mundo empresarial, a aplicação deste tipo de instrumento pode ser muito útil na avaliação da gestão de serviços educativos, como a biblioteca escolar. É uma análise proactiva que se antecipa aos problemas organizacionais e ambientais que possam prejudicar a BE, permitindo, também, identificar as nossas forças e fraquezas, o ponto de partida para que possam ser ultrapassadas.

O termo SWOT vem do inglês e é o acrónimo das palavras *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Assim, a ideia central da análise SWOT é avaliar os recursos e as capacidades internas (Pontos Fortes e Pontos Fracos) e os factores externos à organização (Oportunidades e Ameaças), de acordo com o seguinte quadro:

Figura 2 - Apresentação do esquema da análise SWOT



Seguidamente, apresentamos a análise da BECRE da Serra da Gardunha, utilizando o modelo SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), referente aos dois últimos anos lectivos:

¹¹ A Análise SWOT é uma sigla inglesa para Forças ou Pontos Fortes (Strengths), Fraquezas ou Pontos Fracos (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), cuja criação é atribuída a Kenneth Andrews e Roland Christensen, dois professores da Harvard Business School.

Quadro 4 - Análise SWOT - Vector Forças/ Fraqueza

	Área/Secção em análise	Peso relativo	Âmbito da avaliação	Valor para Serra da Gardunha (Escala de 0=Nulo a 10=Total)	Comentários relativos a Serra da Gardunha	Valorização
1	Condições físicas	16%	Localização da BE na escola condições de acesso físico à BE dimensão do espaço adequação do mobiliário adequação do equipamento informático e de reprodução condições física para o trabalho; sinalética	3	Espaço amplo, com a existência de Gabinete para a equipa de Coordenação, mais dois armazéns. Situa-se no 1º andar. Existe sistema elevatório para pessoas com mobilidade reduzida. A maioria do mobiliário (mesas e cadeiras) não é o que está normalizado para as bibliotecas escolares. O parque informático encontra-se todo com mais de 6 anos. A sinalética ainda está deficitária.	0,48
2	Gestão e Organização	18%	Existência e qualidade dos documentos orientadores de procedimentos nível do tratamento documental plano de actividades capacidade de gerar receitas. Existência do manual de procedimentos; plano de marketing e práticas de avaliação do horário de funcionamento da BECRE e permanência de utilizadores.	7	O tratamento técnico é feito segundo especificações da Base Nacional Bibliográfica. A Biblioteca está presente em todos os documentos orientadores do Agrupamento. Ainda não existe manual de procedimentos. A BE tem capacidade de gerar receitas próprias através da venda de produtos que elabora ou de feiras do livro. São regularmente implementadas práticas de avaliação	1,26
3	Produtos	18%	Colecção; Acesso à colecção; Catálogo informatizado; Guias de promoção das literacias; Dossiers temáticos, Pagina internet, <i>web 2.0</i> , <i>newsletters</i>	8	O fundo documental é diversificado por temáticas e por tipologia de formatos. Está adequado aos níveis etários dos alunos assim como às necessidades dos professores e pessoal auxiliar, técnico e administrativo. Permite a realização de actividades curriculares e de lazer. O acesso à internet realiza-se em pontos fixos e internet sem fios. A BE tem um conjunto razoável de Dossier temáticos	1,44
4	Serviços	20%	Horário de atendimento; Serviço de Empréstimos; Formação de Utilizadores; Empréstimos online	6	O horário de funcionamento da BE segue o horário de funcionamento da escola. O empréstimo de documento segue uma politica já definida por tipologia de documento e por tipologia de utilizador, nem todos os documentos são possíveis de empréstimo domiciliário. Podem ser efectuados empréstimos e renovações via internet	1,2

A BIBLIOTECA ESCOLAR: UMA REDE DE APRENDIZAGENS. O PAPEL DAS PARCERIAS

5	Recursos humanos da Equipa BECRE	18%	Número de docentes da equipa - Diversidade da formação base dos elementos da equipa - Formação na área da biblioteconomia dos docentes da equipa - Formação do professor coordenador - Capacidade de liderança do professor coordenador - Número de funcionários - Formação dos funcionários - Relações interpessoais na equipa	7	A equipa é constituída por 5 elementos, o Coordenador tem formação específica, os restantes elementos poucas horas de formação contínua na área das Bibliotecas. Os funcionários são 3 possuem formação contínua na área das Bibliotecas e todos têm o 12º ano. O ambiente de trabalho e o relacionamento é feito de uma forma informal, estando o trabalho claramente planificado e organizado.	1,26
6	Institucional	10%	Observa o modo como a biblioteca está integrada no estabelecimento. O Agrupamento deve sentir-se como um todo, defendendo a continuidade dos objectivos comuns. Identificará o seu envolvimento institucional.	9	O Professor Bibliotecário - Coordenador tem acento no Conselho Pedagógico. As funções da biblioteca estão claramente definidas nas normas e regulamentos internos. Os restantes elementos da equipa de coordenação têm outros cargos na escola. Existe uma relação muito estreita com a Direcção	0,9
	(deve ser igual a 100%)	100%		6,54	= Resultado para Serra da Gardunha	6,54

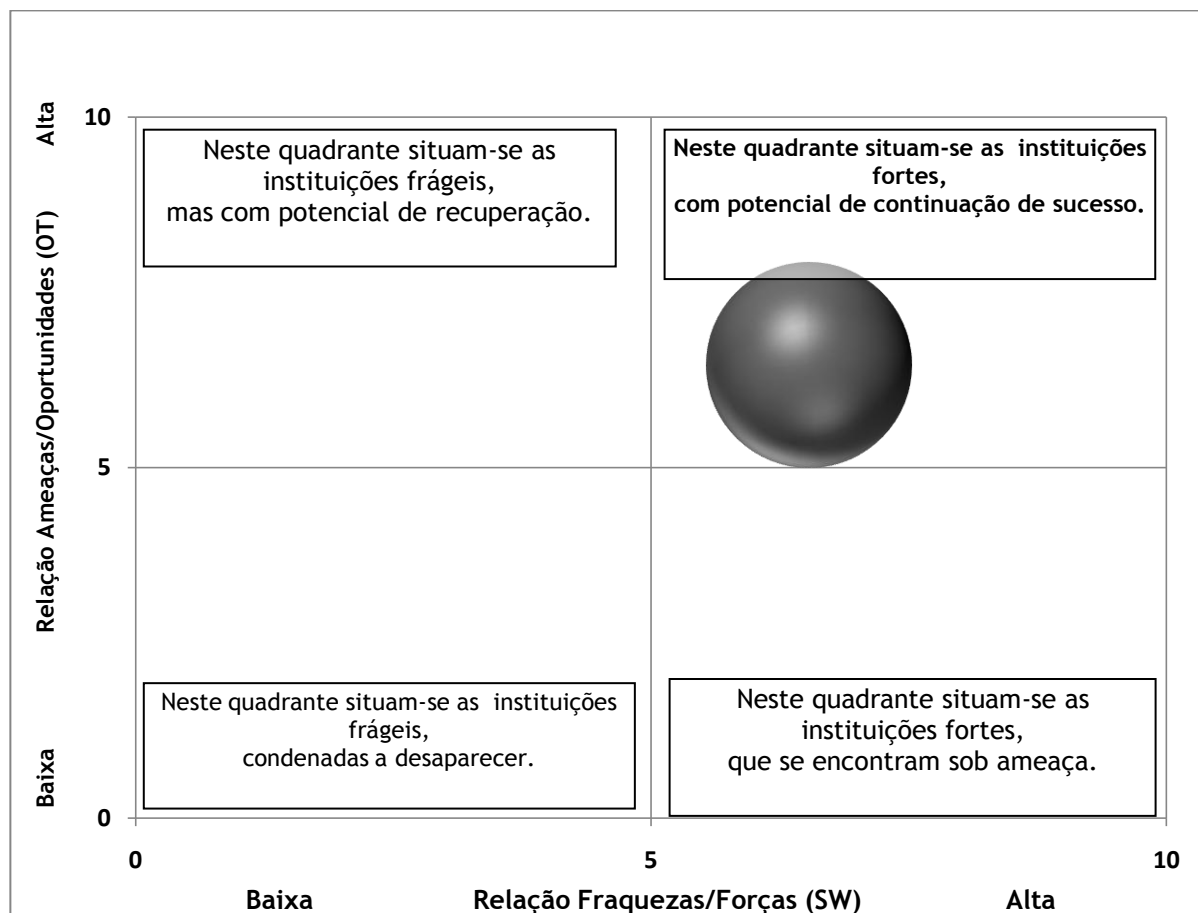
Quadro 5 - Análise SWOT - Vector Oportunidades / Ameaças

	Área/Secção em análise	Peso relativo	Âmbito da avaliação	Valor para Serra da Gardunha (Escala de 0=Ameaça a 10=Oportunidade)	Comentários relativos a Serra da Gardunha	Valorização
1	Utilizadores	25%	Frequência da BE; Competências de literacia; hábitos de leitura; Desempenho escolar; Nível sociocultural.	5	Elevados níveis de frequência de utilizadores na Biblioteca escolar e de empréstimos domiciliários. O nível sociocultural dos leitores é diversificado. O desempenho académico é médio assim como os hábitos de leitura. A biblioteca é encarada como um local de estudo, lazer e prazer.	1,25

A BIBLIOTECA ESCOLAR: UMA REDE DE APRENDIZAGENS. O PAPEL DAS PARCERIAS

2	Colaboradores	10%	As equipas de bibliotecas necessitam apoio fora do seu círculo restrito, especialmente com os docentes, num processo que deve ser coerente entre diferentes bibliotecas	7	Os docentes utilizam a biblioteca por motivos pessoais e profissionais. Existem diversos docentes que não fazendo parte da equipa da BECRE colaboram em diversas tarefas permanentes e actividades como. Existência do grupo de alunos denominada de "Brekist@s" que funcionam como colaboradores da BECRE.	0,7
3	Tecnologias	15%	Acesso à internet; parque informático; informatização dos serviços; formação da equipa na área das tecnologias	5	Os procedimentos em vigor na biblioteca foram todos orientados pela informatização de processos (livro de registo, empréstimos quer domiciliários quer presenciais). Parte do parque informático da BECRE ainda carece de actualização, visto que os computadores atribuídos pelo PTE estão distribuídos pelas salas de aula. O acesso internet é de média qualidade.	0,75
4	Parcerias de trabalho	20%	Rede Concelhia de Bibliotecas; SABE; Outras escolas; Entidades oficiais; privados; Associações	9	Existe uma rede de trabalho concelhia e protocolos de cooperação com diversas entidades e empresas, existindo encontros e actividades conjuntas.	1,8
5	Tendências de mercado	5%	A biblioteca tem de responder aos condicionamentos da expansão do seu trabalho aproveitando as oportunidades de se recriar com financiamentos externos e estar na vanguarda.	6	Tem havido um grande investimento em filmes DVD. Existe muito investimento em concursos literários e de escrita. Existem normas de respeito dos direitos de autor. Existe também software gratuito instalado, promovendo-se o assim a utilização de software <i>OpenSource</i> . A BECRE está inscrita em diversas Redes Sociais divulgando assim as suas actividades através delas. Utiliza também diversas funcionalidades da WEB 2.0 permitindo assim o livre acesso e partilha de recursos entre os seus utilizadores.	0,3
6	Institucional	15%	Sendo um serviço sem capacidade para gerar receitas próprias significativas, estará dependente da situação das estruturas ligadas às bibliotecas, pelo que será preciso equilibrar elementos locais com elementos nacionais. Apoio e financiamentos extremos, oferta de formação	7	Existe por parte da direcção um entendimento bastante aprofundado da importância da BECRE na Escola/ Agrupamento e a sua institucionalização documentos normativas do mesmo; Projecto educativo; Regulamento Interno e Plano de Actividades. A biblioteca tem um orçamento considerado adequado, embora não seja fixo. O apoio da BM encontra-se em consolidação através do SABE e da Rede Concelhia. A BECRE possui protocolos com outras instituições locais e regionais. A escola ainda não possui autonomia pedagógica. Os únicos apoios financeiros externos vieram da RBE e do PNL.	1,05
7	Imagem/marca	10%	A BE tem imagem que é reconhecida pela comunidade escolar. Logótipo; documentos de promoção com referência a BE; cartões de convite, calendários	6	A BECRE possui logótipo que é utilizado em todos os documentos produzidos na mesma. Com regularidades produz outros materiais de divulgação como tapetes de ratos, capas para as acções de formação, entre outros. Encontra-se em estudo a criação de um novo logótipo e a produção de outros materiais de divulgação.	0,6
	(deve ser igual a 100%)	100%		6,45	= Resultado para Serra da Gardunha	6,45

Figura 3 - Mapa de posicionamento SWOT da BECRE Serra da Gardunha



Podemos afirmar que este tipo de análise, dada a sua simplicidade e facilidade de aplicação, permite fazer um diagnóstico rápido da BE e identificar as áreas prioritárias de intervenção, possibilitando, assim, redefinir estratégias, metas a atingir, e, sobretudo, estabelecer o planeamento estratégico para a melhoria geral da qualidade do serviço que prestamos à comunidade. Se aplicada por toda a equipa, tem a virtude de permitir ver até que ponto a comunicação entre o coordenador da BE e os docentes que integram a sua equipa é clara e completa, podendo servir para promover ajustamentos e melhoramentos também a este nível.

A finalizar, podemos dizer que a análise SWOT permite identificar e diagnosticar e reflectir para agir e gerir a mudança. É também um complemento para a autoavaliação da biblioteca, e que pode ser incluída como modo complementar na avaliação da própria escola.

Como podemos verificar com a análise SWOT efectuada à BECRE da Serra da Gardunha, encontra-se, actualmente, numa posição forte, com possibilidades e potencialidades de crescimento e de sucesso, ao aproveitar as oportunidades que tem acesso internamente e externamente.

3.5.2. Análise PEST

A Biblioteca Escolar, como serviço integrado na organização escolar, para efectuar o cumprimento da sua missão e das funções que lhe estão atribuídas, terá de aplicar uma gestão estratégica que lhe permita alcançar o sucesso nesses domínios de intervenção.

A análise PEST¹² permite gerir estrategicamente uma organização, ao delimitar os obstáculos do ambiente externo que urge contornar ou modificar. Através da identificação dos factores externos, que constituem uma ameaça à concretização da missão da BECRE, o professor bibliotecário poderá agir no sentido de definir objectivos e estratégias que permitam minimizar o seu impacto, reagindo, assim, à sua influência eventualmente nefasta.

Quadro 6 - Análise externa modelo PEST para a BECRE Serra da Gardunha

		Ameaças	Oportunidades
Factores PEST	Político-legais	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de enquadramento legal para os assistentes operacionais com funções na Biblioteca Escolar; • Alterações curriculares; • Ausência de regulamentação do crédito horário para a equipa da BE; • Regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas; • Formação inicial de professores; • Mobilidade dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Leitura; • Alargamento da escolaridade de 12 anos; • Plano Tecnológico da Educação; • Regulamentação da carreira de professor - bibliotecário; • Escola inclusiva; • Escola a tempo inteiro; • Reforço das actividades extra-curriculares (ACND e AEC); • Formação contínua e especializada disponível.
	Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Crise económica mundial/recessão; • Indefinição de orçamento próprio por parte da Gestão da Escola para financiamento da Biblioteca Escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Candidaturas a projectos permitindo reforços orçamentais, nomeadamente por via do QREN e do POPH; • Parcerias com entidades locais/ regionais e nacionais; • Protocolos PNL.
	Socioculturais	<ul style="list-style-type: none"> • Globalização; • Era da informação obesa; • Diversidade multicultural; • Dificuldades de transportes entre as aldeias e escola - sede; • Baixo grau de escolaridade dos encarregados de educação; • Elevados níveis de alunos subsidiados; • Declínio das taxas demográficas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação ao Longo da Vida; • Cultura digital; • Diversidade cultural, étnica e religiosa.
	Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos tecnológicos disponibilizados na Biblioteca Escolar; • Equipamento tecnológico desactualizado, quer a nível físico quer a nível de programas; • Limitações na aquisição de software; • Segurança online. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço tecnológico; • Instalação de infra-estruturas e apetrechamento das escolas (PTE); • Integração de novos formatos (e-books, assinatura digital de recursos online); • Utilização de ferramentas digitais nas práticas da BE (Páginas Web, blogues, wikis, plataformas de aprendizagem, Web 2.0 e Web 3.0); • Formação contínua e especializada disponível.

¹² Análise PEST - Factores Externos que influenciam uma organização nas dimensões Políticas; Económicas; Sociais e Tecnológicas

A identificação destes factores permite facilitar a planificação estratégica da biblioteca, uma vez que, comprovada a sua existência, podemos definir linhas de acção que permitam contornar os efeitos nocivos destas variáveis no seu potencial sucesso.

3.6. O Marketing e a BECRE

A Biblioteca Escolar encontra-se a caminhar na senda de um novo paradigma, o da Biblioteca Escolar e Centro de Aprendizagens (BECA), ao caminhar para uma rentabilização eficiente e eficaz dos recursos educativos existentes, para poder e dever dar resposta aos seus utilizadores / clientes, num processo de ensino e aprendizagem.

O Professor Bibliotecário deverá ser um verdadeiro estratega capaz de prever as necessidades dos utilizadores, do currículo, do sistema de ensino em geral. A Biblioteca Escolar como Centro de Aprendizagens deverá promover os seus serviços tornando-os atractivos e competitivos com outros serviços culturais e/ ou recreativos. Para tal, a Biblioteca Escolar terá de implementar autênticas técnicas de marketing que podem surgir da sala de aula como nos refere Saggs:

Your library or classroom is in sense a business. You are selling an education and the enjoyment of reading. Any other business in today's world must include advertising in its business plans. The same is true for the librarian or classroom teacher. The trick is to do this advertising without spending a fortune or using up all of your even more valuable time (2008: 3).

A incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação no mundo das bibliotecas, e em particular das bibliotecas escolares, tem motivado o aparecimento de novos produtos, novas actividades e técnicas de transmissão e comunicação da informação, tal como novas formas de gestão dos serviços das bibliotecas. Face a estes avanços tecnológicos, cada vez mais é necessária a aplicação de ferramentas que permitam uma melhoria na comunicação e difusão dos serviços que a biblioteca disponibiliza, e que, por sua vez, oferecem a possibilidade de satisfazer melhor as necessidades informativas dos seus utilizadores /clientes.

Geralmente, quando falamos de marketing, associamos a actividades comerciais ou empresariais e relacionamos com conceitos como publicidade, vendas, estudos de mercado, conceitos que, *a priori*, vimos distantes da concepção tradicional que se tem dos serviços de uma biblioteca. No entanto, este conceito de marketing está intimamente ligado à nova concepção de biblioteca moderna ou de qualquer outro serviço de informação.

O marketing é algo mais do que uma ciência empresarial, sendo um fenómeno social do nosso tempo e um elemento essencial de qualquer organização.

As bibliotecas escolares contam com serviços submergidos num processo de alterações contínuas, provocadas, em grande medida, pela chamada “revolução digital” no mundo da informação. É na comunidade escolar e mais especificamente na biblioteca escolar, onde os fluxos

de informação apresentam uma maior complexidade sob diversos pontos de vista: grande variedade de produtos informativos, grande multiplicidade de suportes, diversidade de serviços, diferentes categorias de utilizadores, logo diferentes necessidades informativas.

O corpo docente, em muitas ocasiões, desconhece os serviços que a biblioteca escolar disponibiliza e necessita receber formação e informação sobre diferentes formas, que lhe podem ser de grande utilidade na actividade lectiva e de investigação.

Neste contexto, é necessário a realização de estudos que permitam detectar essas carências e necessidades para, posteriormente, adequar os serviços da Biblioteca Escolar às necessidades dos utilizadores.

O marketing apresenta-se como uma ferramenta idónea, se partirmos da base que estamos a trabalhar com um Produto (informação), oferecido/disponibilizado por um Provedor (biblioteca), aos Clientes (utilizadores) que o necessitam.

O conceito de marketing aplicado a organizações sem fins lucrativos já vem sendo abordado por diversos autores, como é referido no artigo de Pinto & Barrulas:

A partir de certa altura, verificou-se que também as organizações que não visam fins lucrativos podiam beneficiar das mesmas técnicas, para melhorar a sua performance e a capacidade de resposta. Um marco importante para essa mudança de visão foi o artigo de Philip Kotler e Sidney Levy intitulado *Broadening the concept of marketing*, publicado no *Journal of Marketing* em 1969 (2004).

No mesmo artigo, as autoras consideram que o marketing bibliotecário se pode definir como um conjunto de actividades que a biblioteca realiza, a fim de identificar as necessidades informativas dos nossos utilizadores, para satisfazê-las de forma rentável, antecipando-nos a elas, na medida do possível. Consideremos a posição dos autores supracitados:

Assim, as bibliotecas, tal como as organizações lucrativas, procuram manter relações de troca com o seu público, pelo que necessitam de adoptar técnicas que auxiliem essa relação com o mercado, ou seja, com os seus utilizadores: apesar de não visarem fins lucrativos, as bibliotecas possuem um mercado e entram em constante relação com ele (Pinto & Barrulas, 2004).

Não basta criar bons serviços e esperar, ou contar com bom fundo documental e acesso a múltiplas bases de dados ou outras fontes de informação, se não soubermos dar-lhes publicidade e divulgação adequada, de modo a captar os nossos clientes/utilizadores. Devemos ter consciência da importância que tem o dar a conhecer os serviços da biblioteca e promover os produtos informativos entre os nossos utilizadores. Ao mesmo tempo, temos de promover a Biblioteca Escolar junto de outras entidades e instituições: outras escolas, juntas de freguesia, câmara municipal, museus, associações, entre outras. A promoção da Biblioteca Escolar junto da comunidade educativa é um passo fundamental para dar a conhecer os seus serviços.

Um plano de marketing deve começar sempre com uma boa planificação. Não é suficiente oferecer um serviço básico, tem de ter qualidade e qualidade, começando esta na planificação. A planificação do marketing apresenta-se como uma ferramenta que engloba um ciclo, começando sempre por uma realização de estudo de mercado, estabelecimento de objectivos, execução das decisões e na fase final a avaliação, relacionando sempre a análise e o plano de acção com os resultados obtidos.

Segundo a IFLA, no documento de Directrizes para as Bibliotecas Escolares (2002), no seu Capítulo 5, no ponto 5.2, refere o seguinte: “A biblioteca escolar deve dispor de uma política escrita de marketing e de promoção, especificando objectivos e estratégias. Deve ser trabalhada em cooperação com a gestão da escola e com o pessoal docente.”

Segundo este documento, a Biblioteca Escolar deverá ter um documento de política de marketing, onde devem ser abordados os seguintes aspectos:

- objectivos e estratégias;
- plano de actividades assegurando se os objectivos são atingidos;
- métodos de avaliação.

Marketing, assim entendido, é preocuparmo-nos em conhecer as necessidades dos utilizadores ou potenciais utilizadores, adoptar o ponto de vista dos que usam a biblioteca, segmentar por tipos ou grupos de necessidades específicas, ajustar a organização às necessidades detectadas, dar-se a conhecer aos utilizadores, conhecer a sua satisfação para reajustar o necessário. A IFLA definiu um processo de planificar e executar a concepção, a promoção e a distribuição de ideias, bens e serviços para criar intercâmbios que satisfaçam os objectivos individuais e da organização.

Numa Biblioteca Escolar, uma estratégia de marketing não pode ser implementada de forma global, já que nos encontramos perante uma instituição com diferentes categorias de utilizadores e, portanto, necessidades informativas diferentes.

Devemos estabelecer grupos de utilizadores homogéneos, com características comuns e dirigir as acções em função das necessidades de cada categoria em questão. Não podemos dirigir o mesmo tipo de produtos e da mesma forma a todo o mercado.

Assim, o objectivo da segmentação é desenvolver estratégias de marketing diferenciadas por colectivos, que, por sua vez, vão servir de ajuda para analisar o mercado e também para delimitar objectivos, delimitar os processos e avaliar os serviços. A segmentação vai ser útil e necessária em todo o processo.

Poderemos considerar os seguintes utilizadores:

utilizadores internos: alunos, professores, assistentes operacionais, assistentes administrativos;

utilizadores externos: pais e encarregados de educação, outras escolas, outras bibliotecas, parceiros locais, ...

A actividade de marketing deve servir para a tomada de decisões, levando a cabo acções que conduzam à realização dos objectivos da biblioteca em geral, focalizada em serviços específicos.

Num processo de difusão de serviços, devemos ter em conta os seguintes aspectos:

- fazer publicidade unicamente dos serviços que realmente estamos seguros do seu bom funcionamento. Não devemos difundir serviços que não sejam de qualidade;
- ter claro os segmentos e tipo de utilizadores ao qual dirigimos a publicidade;
- não devemos difundir serviços que não tenham clara a sua continuidade, ou que num determinado momento, vão terminar;
- a difusão de serviços deve ser focalizada para incrementar o “consumo” dos produtos que a Biblioteca Escolar tem disponíveis.

Para esta difusão, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, notas de serviços, *flyers* de informação, placards, folhetos, guias de utilizadores, manual de acolhimento, cartas, caixas de sugestões, boletim informativo, correio electrónico, *blog*, *newsletter*,...

Relações públicas

Actualmente a opinião pública tem muito peso e valor. Baseia-se na aparência de uma realidade, na imagem que uma organização ou serviço projecta de si próprio. As relações públicas, como técnica auxiliar do marketing, tenta criar ou manter um clima de confiança e credibilidade, entre a biblioteca e os seus utilizadores.

Segundo Martin (2005) um plano bem pensado liga estritamente a comunidade com a Biblioteca Escolar. Embora sejam os alunos os principais utilizadores da biblioteca, a comunidade é um bom meio de divulgação, através de notícias para os órgãos de comunicação social que vão contribuir para o reconhecimento do trabalho da Biblioteca escolar no seio da Comunidade.

A conquista de pais e encarregados de educação, no envolvimento em actividades promovidas pela biblioteca escolar, passa por uma opinião pública favorável e que esteja devidamente informada das actividades, dos serviços e dos recursos que a Biblioteca Escolar promove e disponibiliza.

No contacto com os utilizadores/clientes, devemos ter em conta as seguintes questões:

- ter a ideia que o utilizador é o mais importante para a Biblioteca;
- formar e motivar o *staff* que está em contacto com os utilizadores. Os assistentes operacionais que estão na Biblioteca Escolar devem estar confiantes e transmitir uma boa imagem da biblioteca;
- gerir adequadamente as reclamações e sugestões;
- transmitir só a informação necessária, utilizando as palavras adequadas aos diversos segmentos de mercado;
- ser amáveis e atentos, cuidando as mensagens corporais e o tom de voz, tentando, assim, assegurar o tratamento cordial com todos os utilizadores;

- criar um clima de confiança, tanto com os utilizadores internos como com as outras bibliotecas e instituições, favorecendo as relações de cooperação, intercâmbio e parcerias.

Outro momento considerado bastante eficaz para a promoção da Biblioteca Escolar é a visita de autores às escolas. Nessa fase, é um bom momento para a biblioteca enviar informação para os órgãos de comunicação social, dando visibilidade à iniciativa e convidando a comunidade educativa a juntar-se ao evento, em especial aos pais e encarregados de educação.

Sinalização e sinalética

O sistema de sinalização deve ser claro e entendível, actualizado. Não deverão ser utilizados signos demasiado ambíguos e as mensagens devem ser simples, sugestivas e chamativas para que possam ser lidas rápida e correctamente. Devem estar colocadas em locais estratégicos, visíveis a uma certa distância.

3.6.1. Planificação estratégica

Figura 4 - Esquema de Planificação Estratégica



Como primeiro passo, o marketing tem relação com a missão da biblioteca escolar. Identificam-se várias opções de serviço e produto, e examinam-se com base no seu potencial valor para a instituição.

É necessário ter presente qual é a missão da biblioteca, que oportunidades tem para desenvolver a sua actividade, mesmo que surjam oportunidades de serviços, de produtos, de criar sistemas, a biblioteca deve desenvolver somente os que tem capacidade para tal.

Os 4 A(s) propostos são simplesmente a **análise** (identificar o mercado), a **adaptação** (dos produtos e serviços), a **activação** (colocar os planos de acção em acção) e **avaliação** (análise SWOT e esforços realizados pela organização).

Os 4 C(s) que são **Consumers wants and needs** (necessidades e desejos do consumidor ou cliente), **Communication** (comunicação ou promoção), **Cost to satisfy** (custo para satisfazer a necessidade) e **Convenience to buy** (conveniência de compra).

Os 4 P(s), conceito apresentado por McCarthy em 1960, é o mais tradicional utilizado por profissionais de marketing: **Product** (produtos disponíveis, produzidos), **Price** (preço dos produtos, quer de aquisição quer possíveis para venda), **Promotion** (promoção e divulgação), e **Place** (aqui traduzido por praça, mas que poderemos considerar o lugar, o canal de distribuição, neste caso a biblioteca). Várias análises são realizadas a partir desses conceitos, que culminam numa identificação de vários factores a respeito de cada “P”, havendo alguns autores que incluem um 5º P de **People** (pessoas).

A esta etapa do marketing corresponde, com a fase de seleccionar estratégias de planificação, a chamada planificação estratégica. No quadro seguinte, podemos observar a Matriz de Ansoff, que é um bom instrumento para gerir ideias quando seleccionamos estratégias. E onde podemos ver a expansão do produto/ mercado. Esta matriz também conhecida por Matriz Produto/ Mercado, é um modelo utilizado para determinar oportunidades de crescimento, normalmente em unidades de negócio.

Quadro 7- Matriz de Ansoff¹³

		Produtos	
		Existentes	Novos
Mercados	Existentes	Penetração de Mercado	Desenvolvimento de Produtos
	Novos	Desenvolvimento de Mercado	Diversificação

¹³ Matriz também conhecida como Matriz de Produto/ Mercado foi conseguida por Igor Ansoff na década de 1950.

A Biblioteca Escolar, para implementar o sistema de organização de marketing, necessita contar com pessoal que tenha motivação e competências adequadas, que seja capaz de interagir bem, com todos os segmentos de utilizadores. Os recursos humanos são essenciais para levar a bom porto o programa de marketing da biblioteca, daí o aparecimento de um 5º P.

Os 4 **M(s)** neste caso, os 4 **M(s)** visam identificar oportunidades/ameaças que possam aparecer futuramente. São eles **Mensagem** (que é transmitida e recebida), **Marca** (estratégias de posicionamento e administração da marca, como a marca é reconhecida no mercado), **Moeda** (decisões sobre o dinheiro gasto, estrutura e pessoas) e **Mensuração** (medição de desempenho e controle).

O conceito dos 4 **W(s)** está intimamente ligado com a aplicação do plano de marketing e com a sua avaliação. São eles **Who** (quem o implementa, a quem se dirigiu) **Where** (onde é implementado) **What** (o que é realizado) e **When** (quando é realizado). Poderemos ainda incluir um 5º **W**, o **Why** (a razão, o porquê).

3.6.2. O Plano de Marketing da BECRE

Após a análise dos resultados da aplicação do modelo PEST e SWOT, procedeu-se à análise dos dados recolhidos, através de questionários efectuados no âmbito do Modelo de Autoavaliação das Bibliotecas Escolares, bem como de questionários aplicadas no âmbito da construção do documento Plano de Desenvolvimento da Colecção. Passaremos a apresentar um conjunto de propostas que a BECRE tem vindo a implementar, e que será dada continuidade nos próximos anos, como estratégias de marketing:

1. Linha Gráfica: Logótipo e Mascote

Pretende-se com a cooperação de ilustradores profissionais que colaboram com a Biblioteca escolar criar uma nova linha gráfica da biblioteca escolar assim como um logótipo e, posteriormente uma Mascote. Esta linha gráfica será aplicada a todos os documentos publicados e produzidos na BECRE, assim como aplicado em materiais de promoção que irão ser desenvolvidos.

2. Boletim electrónico - *Newsletter*

Uma *newsletter*, ou um boletim, possibilita um canal directo de comunicação regular e periódica enviada a grupos ou indivíduos de uma organização, oferecendo conteúdos específicos através de *email*. Normalmente, está associada a uma *mailing list* de uma determinada organização, de inscrição voluntária e que vai no sentido de criar vínculos com o subscritor, estimulando acções a longo prazo.

A *Newsletter*, será enviada aos representantes dos encarregados de educação de todas as turmas.

Não existe uma fórmula para a periodicidade de uma *newsletter*, mas dá-se como exemplo possível a trimestral.

Estruturada por assuntos, ou por secções específicas, é fundamental a relevância do conteúdo para que haja interesse na sua leitura e na continuidade do serviço. Se a *newsletter* não oferecer nada de útil ao público-alvo, apresentará resultados nulos. Mais do que o envio regular de um *email* com novidades, a *newsletter* estabelece uma comunicação mais eficaz com os destinatários.

3. Canal BECA - Biblioteca Escolar e Centro de Aprendizagens

Criação de um Canal de Televisão interno da BECRE. Esta ideia de promoção é referenciada pelos autores Stephens & Franklin:

To alert students about activities you have planned, use your closed-circuit TV. Become a regular on the morning news, wearing a funny hat or using a signature sign-on. Give away bookmarks that promote activities and create book displays centered on student interests (2007: 91).

Este Canal de Televisão interno da BECRE fará a sua transmissão em ecrãs de plasma adquiridos para o efeito (pretende-se encontrar um parceiro local ou nacional, público ou privado, que possa disponibilizar estes equipamentos a título de doação, podendo ser aplicada a Lei do Mecenato) para difusão da informação específica da BE, em diferentes locais da escola, designadamente no átrio principal, e na entrada da BECRE, onde são recebidos todos os visitantes. Conteúdos preparados pela Equipa da BECRE com a colaboração do professor responsável pelo Clube de Áudio e Vídeo rentabilizando, assim, o equipamento de edição digital existente na escola, devem ser disponibilizados.

Entre os dados possíveis de divulgação destacamos:

disponibilizar a todos os utilizadores informações actualizadas sobre:

- novas aquisições (novidades, com ilustração da capa e sinopses breves);
- *tops* de leitura (alunos, professores, funcionários e encarregados de educação);
- propostas de leitura;
- propostas de filmes;
- níveis de requisições efectuadas;
- divulgações do PNL;
- divulgação de concursos na BECRE;
- divulgação de Actividades a realizar da BECRE;
- divulgação de autores;
- *flashes* de actividades realizadas no âmbito do Plano anual, com breves legendas;

- depoimentos em vídeo de elementos pertencentes às estruturas pedagógicas do Agrupamento sobre a relevância e funcionamento dos serviços;
- "*Moche à Biblioteca*" - Depoimentos de utilizadores da BE, com as suas opiniões sobre as actividades realizadas neste espaço;
- "*Apanhados na BE*" - Registos de imagens digitais de "gente notável" que tenham ido à BE, demonstrando a sua efectiva utilização, nas diferentes zonas funcionais.

4. Pontos BECA (Biblioteca Escolar e Centro de Aprendizagens)

Instalação de postos de consulta do catálogo da BE, em diferentes locais da escola, com listas de sites de interesse (Pontos BECA) listas de links por temáticas específicas:

- em articulação com os conteúdos curriculares;
- relativas à actualidade informativa (periódicos on-line);
- espaços virtuais de recreação e satisfação de curiosidades;
- recursos electrónicos de assinatura, com certificação de qualidade.

5. Marca e Publicidade da Biblioteca Escolar e Centro de Aprendizagens

Publicitação da BE nos jornais locais e no frontal do edifício escolar, através de um placard (faixa) informativa, com os serviços que oferece, à semelhança do que se faz para as novas oportunidades:

- materiais de promoção da Biblioteca Escolar como por exemplo:
- pastas para as sessões de formação que são realizadas (com identificação da BE);
- sacos de pano para o transporte, no empréstimo domiciliário de livros ou outro fundo documental (com identificação da BE);
- canetas, lápis, blocos, réguas, entre outro material de promoção com a marca da BE.

6. Os *Brekist@s*

Os *Brekist@s* são um grupo de alunos monitores da Biblioteca Escolar que recebem formação de utilizadores, de forma mais aprofundada, através da equipa de coordenação, desenvolvendo actividades de apoio à própria equipa.

Através dos *Brekist@s*, as actividades de formação de utilizadores são replicadas por muitos outros alunos.

7. Ferramentas da WEB 2.0 e WEB 3.0

A fim de seguirmos as novas correntes e tendências, e permitir o maior acesso por parte dos utilizadores à BECRE, actualmente, já utilizamos diversas ferramentas da WEB 2.0 e WEB 3.0, onde disponibilizamos e partilhamos recursos electrónicos, nomeadamente em:

- *Slideshare* (<http://www.slideshare.net/becre.eb23sg>) - partilha de ficheiros;

- *Delicious* (<http://delicious.com/becre>)- *social bookmarking*, listas de endereços da internet para organizar classificações por palavra-chave, utilizadas para o apoio curricular das diversas disciplinas;
- *Scribd* (<http://www.scribd.com/people/view/3930464-becre-serra-da-gardunha>) - partilha de ficheiros;
- *4shared* (<http://www.4shared.com>) partilha de ficheiros;
- *Toondoo* (<http://www.toondoo.com/user/becre>) criação de tiras de banda desenhada;
- *Blogspot* (<http://becreasg.blogspot.com>) Blog da BECRE;
- *Youtube* (<http://www.youtube.com/user/becreb23sg>) canal da BECRE;
- *Goodwidgets* (<http://www.goodwidgets.com/>) apresentação de fotografias;
- *Slide* (<http://www.slide.com>) apresentação de fotografias;

8. A BECRE nas Redes Sociais

Com o intuito de ir ao encontro de um segmento de utilizadores, os alunos, apostámos nas contas da Biblioteca Escolar em determinadas Redes Sociais, assim os alunos podem facilmente encontrar como seu “amigo” a Biblioteca da Escola, tendo, assim, um papel formativo e educativo na utilização destas redes, nomeadamente em:

- *Facebook* (<http://www.facebook.com>) rede social de partilha de informação, iniciativas e eventos;
- *Twitter* (<http://twitter.com/becresg>) rede social de partilha de notícias.

Embora estas ferramentas sejam utilizadas pela equipa da BECRE para a colocação de materiais, que habitualmente ficam disponíveis via BLOG, muitos dos utilizadores não estão familiarizados com a sua utilização, pelo que se pretende promover uma divulgação sobre estas ferramentas, possibilitando aos utilizadores da Biblioteca Escolar acederem aos documentos e recursos disponibilizados.

3.7 O Pólo da Biblioteca Escolar de Alpedrinha

A Biblioteca Escolar de Alpedrinha nasce, a partir da concepção de uma candidatura efectuada à Rede de Bibliotecas Escolares e à Fundação Calouste Gulbenkian, pelo Conselho Executivo do extinto Agrupamento Horizontal Eugénio de Andrade, que era constituído pelos Jardins-de-Infância e escolas do 1º Ciclo, correspondente à área geográfica do Concelho do Fundão, a sul da Serra da Gardunha. Este Agrupamento foi extinto no ano de 2006 e integrado no Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, ao qual coube a função, juntamente com o apoio da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão, de implementar e instalar a referida biblioteca escolar nas instalações do edifício que também comporta o jardim-de-infância de Alpedrinha.

Com a inauguração da Biblioteca, em Junho de 2008, foram apresentadas à população local as actividades que esta Biblioteca iria desenvolver durante o período de Verão. Estas actividades (diárias e com uma participação média de 15 crianças) só foram possíveis de realizar devido à colocação de uma animadora sociocultural, através do Centro de Emprego, o que permitiu, conjuntamente com a equipa da BECRE da escola sede, concretizar um conjunto de iniciativas durante todo o verão para as crianças de Alpedrinha. Os Encarregados de Educação também se envolveram indo à Biblioteca falar das suas profissões e contar algumas histórias.

Durante este período de férias lectivas, a biblioteca escolar funcionou diariamente, com uma participação regular de um grupo de crianças e jovens, sob a orientação do coordenador da BECRE e da animadora sociocultural. Foram realizadas diversas actividades de promoção do livro e da leitura, que envolveram outros membros da comunidade local através do seu contributo pessoal ou até com materiais. Das actividades desenvolvidas, poderemos destacar: hora do conto, expressão plástica, representação de peças de teatro e de fantoches, passeios pela zona histórica de Alpedrinha, visitas a profissionais locais, participação de encarregados de educação e outros familiares a contar histórias ou testemunhar sobre as suas profissões, *vamos semear palavras* (o jardim da biblioteca foi rentabilizado para actividades de jardinagem articuladas com a leitura e a produção escrita), exposições de trabalhos, entre muitas outras actividades realizadas.

Esta iniciativa foi a prova de que as Bibliotecas Escolares podem ter uma intervenção muito importante na comunidade local. Num período de férias escolares, muitas crianças não têm qualquer actividade para fazer, e os pais não usufruem de férias. A Biblioteca Escolar, sendo um recurso disponível, desde que possa contar também com recursos humanos para orientar as actividades, é mais uma forma de promovermos a leitura e as literacias, principalmente em pequenas freguesias sem outros recursos, que é o caso de Alpedrinha. (ver registo fotográfico que se encontra no anexo 5. Fotografias, da 6 a 18).

Capítulo IV - Considerações Finais

As entrevistas realizadas constituíram uma mais-valia na construção deste trabalho de investigação em Ciências Documentais. Tivemos oportunidade de conhecer as diferentes e diversas perspectivas que têm os intervenientes directos nos processos de decisão política; gestão de bibliotecas escolares e bibliotecas públicas; dinamização de acções da promoção da leitura; orientações sobre a rede de bibliotecas escolares, e nas decisões e rumos de gestão dos agrupamentos de escolas. Por outro lado, a realização destas entrevistas permitiu ainda auscultar os intervenientes sobre conceitos, e conhecer as suas opiniões quanto à actualidade e perspectivas futuras, no que diz respeito às instituições que representam.

Ao longo desta dissertação, já tivemos a oportunidade de ir glosando detalhadamente as declarações dos entrevistados, quando considerámos oportuno e pertinente. Todavia é fundamental, nesta fase final, apresentarmos, em jeito de conclusão, alguns aspectos, que não tendo sido considerados na especificidade ao longo do estudo, se revelam agora do ponto de vista do processo de reflexão, importantes.

Relativamente à Rede de Bibliotecas Escolares, que se encontra actualmente activa em todo o país, abrangendo, assim, todos os concelhos, ao fim de catorze anos de ter iniciado o seu percurso, é unânime, por parte de todos os entrevistados, que os principais factores para esse sucesso se devem em larga medida às condições, decisões políticas e estabilidade dos elementos que se encontram no Gabinete da RBE. Apesar de ao longo destes catorze anos ter havido diversos governos, conseguiu manter um fio condutor no seu trajecto e levar a bom porto um projecto de amplitude nacional para todas as escolas, existindo por parte dos sucessivos governos um reconhecimento e permissão para a RBE funcionar, de certa forma independente de determinados princípios e/ou orientações políticas.

Por outro lado, temos a Rede de Leitura Pública, que conta com as bibliotecas públicas e as bibliotecas municipais. Porém, não se encontra implementada em todos os concelhos do nosso país, apesar de ter nascido no ano de 1986. Os entrevistados consideraram que esta situação se deve a diversos factores, um deles relacionado com a bipolarização entre a tutela do ministério da cultura e as autarquias. Por outro lado, a construção/apetrechamento de uma biblioteca pública/municipal, ao seguir as directrizes e a relação de número de habitantes por concelho para a dimensão e tipologia de biblioteca são extremamente elevados. No que concerne às verbas enviadas pelo Ministério da Cultura, o próprio Município necessita de efectuar um grande investimento, pelo

que não foi possível até hoje em alguns municípios com maiores dificuldades orçamentais, ou pela existência de outras prioridades e necessidades primárias a que estes devem dar resposta. Outro aspecto ainda focado, pelos nossos entrevistados, relaciona-se com a própria direcção, do IPLB, a qual tem vindo a ter várias equipas de direcção o que muitas das vezes provoca uma descontinuidade no desenvolvimento de um projecto. Consideremos as seguintes intervenções:

Ao avançar com este empreendimento, as autarquias, muitas vezes com orçamentos escassos, fazem um imenso esforço financeiro. Este esforço, sabemos nós que é frutífero e fundamental para a elevação do potencial humano a nível local, nomeadamente no que à aquisição das competências em literacia diz respeito. Contudo, algumas vezes colocam-se aos autarcas outras prioridades mais palpáveis e objectivas que vão relegando estas questões para segundo plano, designadamente, se o nível cultural que possui não lhe permite alcançar a dimensão desta substância (Fernandes C. C., 2010).

Aliás, a autora supracitada é corroborada pela opinião de Paulo Fernandes, vereador do pelouro da cultura da Câmara Municipal do Fundão, como atesta a citação a seguir transcrita:

Em primeiro lugar os equipamentos de bibliotecas públicas a rede de bibliotecas públicas, é uma rede que tem um caderno de encargos muito estruturado, muito exigente, o que faz que nem todos os municípios podem ter escala, escala necessária e suficiente para ter uma biblioteca (2010).

Voltamos novamente a Teresa Calçada, que se encontra em sintonia com as recomendações anteriores ao dizer que o Ministério da Cultura frequentemente esquece as bibliotecas, que sem autonomia das autarquias acabam por ter muitas lacunas, nomeadamente, as do interior. A citação da mesma autora remete para a falta de meios das bibliotecas mais pequenas.

O ministério da cultura dá dinheiro a fundo perdido, contribui com dinheiro para os municípios, mas não é proprietário, e portanto muitos dos aspectos da organização de funcionamento respeitam às autarquias, sem que tenha havido até agora infelizmente uma norma das bibliotecas [...] o facto de para municípios muitos pequenos, de dimensão muito pequena, a partir da experiência da rede de leitura pública se dever porventura ter ajustado um programa para aquelas bibliotecas, ou melhor, para aqueles concelhos, que acabaram por revelar falta de condição para aceder a fundos na área da cultura ou que não souberam, ou não puderam priorizar a biblioteca como um equipamento muito exigente, em termos financeiros e de manutenção (Calçada T. , 2010).

Outro aspecto extremamente importante que deveremos referir relaciona-se com as redes de cooperação e partilha que as bibliotecas públicas e escolares desenvolvem ou devem desenvolver. Neste sentido, os nossos entrevistados manifestaram-se muito favoravelmente no sentido de que as bibliotecas escolares possam abrir as suas portas, os seus serviços à restante população local, em períodos não lectivos e fora do horário lectivo. Em localidades onde não

existem bibliotecas públicas, este serviço deveria ser garantido pela biblioteca escolar, que em articulação com as autarquias, pode dispor de recursos humanos, a fim de garantir o funcionamento da mesma.

O estar aberta uma biblioteca escolar no período de férias é sempre uma mais-valia, e o senhor também é o exemplo disso, de uma biblioteca escolar, do seu Agrupamento, em Alpedrinha, que ficou aberta, num período de férias, aberta à comunidade. O sucesso que foi além dos meninos não perderem o corte com a biblioteca no tempo de férias, muitas vezes, serve também de ponto de encontro das crianças, além do encontro com os livros podem fazer atelier porque elas não têm que estar sempre a ler, podem fazer ateliês, jogar, outras coisas. As bibliotecas, hoje em dia, já não são aquele mundo de silêncio onde se entrava, e xiu!, nem sequer os pés se podiam ouvir, agora é um espaço polivalente (Matos, 2010).

Outro aspecto que consideramos bastante pertinente foi a indicação da participação da população local como voluntariado, no contributo da orgânica da biblioteca.

Por isso, dentro dessa linha da animação e dos programas de fomento da leitura, as bibliotecas hoje podem receber a nível de voluntariado dos mais jovens aos mais adultos, até aos já reformados, que podem ser de facto activos e essenciais para essa animação e dinamização dos espaços das bibliotecas (Fernandes P. , 2010).

Nesta perspectiva, Teresa Calçada acentua a dimensão cultural que a biblioteca escolar deve ter numa comunidade local. Consideremos o que nos diz:

[...] a biblioteca escolar deve abrir como instrumento de cultura e de educação [...] no programa da Empresa Parque Escolar, no seu programa global consigna a ideia, ou seja coloca a biblioteca num sítio estratégico na orgânica da escola, que permite ter uma porta aberta para a rua para poder acontecer eventos culturais mas também, exactamente, para poder abrir à biblioteca, sem perturbar a lógica e a segurança da escola (2010).

O envolvimento da comunidade local, na dinamização e orgânica da biblioteca, leva a que esta mesma comunidade eleve o seu sentido de responsabilidade pelos recursos e espaço que ali tem disponíveis. Este sentimento foi principalmente exposto pelos autarcas que entrevistamos, que consideram, sem margem de dúvida, que a população local deve ser envolvida nas dinâmicas da biblioteca, quer seja a nível individual, quer seja através de protocolos de cooperação com outras instituições, nomeadamente associações culturais e universidade sénior, entre outras.

A salientar, igualmente, que na actualidade, e com o novo paradigma da aprendizagem ao longo da vida, todas as bibliotecas deverão trabalhar em uníssono, formando utilizadores, leitores para os desafios da sociedade do conhecimento, deste a idade mais tenra até à mais adulta.

A comunidade local está sempre no centro da nossa acção. As famílias são a comunidade local e as crianças estão na escola. Os adultos também estão na escola com as Novas Oportunidades, um público que temos de servir também enquanto biblioteca escolar, se for caso disso.

Em suma, a população adulta, dita não escolar, directa ou indirectamente tem ligação à escola. Os pais, os avós, os tios, aproximam-se naturalmente [...] (Fernandes C. C., 2010).

Todos os nossos entrevistados consideram prioritário e fundamental que estes projectos de cooperação e partilha se implementem e se concretizem. Unanimemente manifestaram que nas suas decisões actuais, através dos cargos que desempenham e das responsabilidades inerentes aos cargos que exercem, já praticam, de alguma forma, algumas estratégias de cooperação, mas sentem que devem ir mais além.

Como estamos numa profunda crise económica, financeira, ideológica, psicológica, social, parece-me que concertar esforços, rentabilizar recursos é algo bastante urgente, inteligente e inevitável. Os obstáculos contornam-se, ultrapassam-se, há que começar com um plano definido e caminhar em frente. Uma boa reflexão, traçar um plano, definir papéis e competências... (Lopes, 2010).

Enquadrado nesta panorâmica de cooperação e partilha, surgiu uma ideia que nos pareceu bastante interessante e possível de colocar em prática: bastará a vontade dos responsáveis pelos agrupamentos e pelas bibliotecas municipais, ou seja, a partilha de recursos humanos que estão directamente afectos a uma das instituições, permitindo, desta forma, que em dias e horas a definir, possam trocar de local de trabalho, tomando contacto directo com cada uma das realidades.

Esta rentabilização de recursos, não só humanos mas também materiais, foram largamente expostas pelos intervenientes do estudo, consideremos:

A rentabilização é cada vez mais um imperativo das sociedades modernas, sob pena de termos instalada uma crise permanente. Daí a importância de pensar a agir estrategicamente, de forma a tirar o melhor partido do investimento feito e produzir os *outcomes* que lhe confirmam sustentabilidade (Fernandes C. C., 2010).

Embora a maioria dos entrevistados não conhecesse os conceitos *Joint-use libraries* e o *Dual-use libraries*, houve, desde logo, a preocupação em os enquadrar no significado dos mesmos, o que consideramos que foi uma das mais-valias da realização das entrevistas, pois permitiu alertar os inquiridos sobre distintas realidades praticadas em outros países.

Foi unanimemente considerado que este tipo de acção concertada entre as diversas instituições só traz vantagens e benefícios para as populações locais. Consideram mesmo, que sendo este um conceito desenvolvido e em prática por países considerados desenvolvidos e ricos, é essa uma das causas, porque são países que poupam mais e rentabilizam mais os recursos que têm, sem haver duplicações e desperdícios dos mesmos, apreciemos o que nos diz Cândida Brito:

Se calhar é por isso que esses países que referiu, são países ricos, e partilham muito mais e poupam muito mais do que nós. É um conceito que fazia todo sentido que se alargasse o resto do mundo, neste caso da Europa (2010).

E também Sylvine Rigolet:

Acho que é fundamental unir esforços, homogeneizar a gestão, praticar uma aquisição, organização e disponibilização dos recursos muito rentável, potenciando-os ao máximo. Também julgo necessária uma planificação conjunta das actividades de promoção da leitura, animação dos espaços e eventos culturais de forma a, também aí, rentabilizar recursos, favorecer a elaboração de projectos a longo prazo, ter uma visão abrangente desta forma particular que é a cultura ligada ao livro e à sua “casa” (2010).

Outro aspecto, bastante referido, foi a necessidade de mudança de atitude, a necessidade de mudança de mentalidades, principalmente dos dirigentes e equipas de trabalho das diversas instituições, ou seja, estar predisposto e disponível para encarar estes projectos de cooperação e partilha como sendo um projecto comum, onde todos os intervenientes sairão a ganhar, assim como as respectivas comunidades locais, consideremos:

Adoptarmos uma atitude proactiva, ou seja, não termos tanto uma atitude reactiva que é andar atrás da coisa mas sermos nós os agentes, a locomotiva sermos nós os líderes nestas mesmas comunidade, e portanto, a ideia aqui como noutras áreas é exactamente adoptar uma atitude proactiva (Almeida, 2010).

É esta capacidade de enfrentar **Desafios**, apostar na **Mudança**, **Colaborar**, **Comunicar** e **Cooperar**, que poderemos desenvolver um país com mais leitores competentes, críticos e interventivos, que, por sua vez, irão elevar os índices de literacia do nosso país.

Cabe às bibliotecas do séc. XXI adoptar uma atitude proactiva e ter uma visão estratégica sobre o papel das mesmas nas comunidades locais. As bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas são actualmente sinergias de uma comunidade que, sem dúvida, contribuem largamente para a aprendizagem e formação ao longo da vida, numa sociedade em permanente evolução. O tempo de gerir toda a informação que existe em nosso redor é cada vez mais reduzido, comparativamente com a quantidade de informação disponível. Para tal, o papel das bibliotecas, como geradoras e difusoras de informação, é, sem dúvida, mais exigente, pelo que devem possuir sistemas de tratamento da informação eficientes e eficazes, por forma a dar resposta, rapidamente, às necessidades, gostos e anseios dos utilizadores.

É fundamental consciencializar as famílias da necessidade de partilhar responsabilidades com a escola na formação e conquista de leitores.

Sensibilizar os pais para a importância do livro e da leitura na educação, incentivando-os a adquirir livros para os filhos, acompanhá-los no processo de descoberta do prazer de ler e, se possível, dialogar com eles sobre o conteúdo das obras.

O papel do mediador de leitura como elemento de uma instituição deverá ser a chave mestra para a construção de novos leitores, leitores competentes, e ainda ser o pioneiro na construção de pontes para a cooperação interinstitucional.

Celebrar protocolos com associações, escolas profissionais, museus, centros culturais, juntas de freguesia, empresas, entre muitos outros organismos, é abrir as portas da biblioteca à comunidade e ao reconhecimento dos, e, pelos parceiros, que se conhecem e se respeitam. A troca de serviços e recursos que cada instituição pode oferecer e disponibilizar ao outro são sinais de autoconhecimento e de maturação que exigem previamente processos de autoavaliação internos. Só existe parceria, quando existe admiração mútua.

É essencial, na actualidade, ultrapassar os novos problemas levantados pelo desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento que as Bibliotecas Escolares têm de enfrentar.

A presente dissertação de mestrado em Ciências Documentais pretendeu expor a realidade actual e a experiência existente da Biblioteca Escolar enquadrada no Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha.

Desenvolver esta dissertação de Mestrado em Ciência Documentais revelou-se um verdadeiro desafio, considerando as áreas abordadas na investigação, o seu enquadramento a nível internacional, e, particularmente, a nível nacional. O conceito que expusemos do *Joint-use libraries*, embora sendo um conceito já largamente implementado em outros países, em Portugal a existência de bibliografia sobre o assunto é reduzida, sendo este conceito, apenas abordado por alguns especialistas da área da biblioteconomia.

Pretendemos, de alguma forma, com esta dissertação de Mestrado em Ciências Documentais contribuir para que surjam mais investigações e publicações no âmbito da cooperação entre bibliotecas. A partir das propostas que apresentamos, nomeadamente os conceitos *Joint-use librarians* e *Dual-use librarians* e o Plano de Marketing aplicado às bibliotecas escolares, desejaríamos que estas ideias se repliquem.

As bibliotecas escolares fazem parte de uma rede - a Rede de Bibliotecas Escolares. No entanto, pertencem a outra rede mais alargada: rede de aprendizagens, rede de informação, rede de conhecimentos, rede de todas as bibliotecas que trabalham em prol das literacias e, em nosso entender, em prol do progresso.

Referências Bibliográficas

- Abanell, P., Alonso, F., Cansino, E., Docampo, X. P., Farias, J., Paz, A. F., et al. (2002). *Hablemos de leer* (Vol. 6: Colección La sombra de las palabras). Madrid: Anaya.
- Alçada, I., & Calçada, T. (Janeiro/Março de 2007). Criar hábitos de leitura precocemente. *Noesis*, 34-37. (T. Fonseca, Entrevistador, & T. Fonseca, Editor) Ministério da Educação.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Benito Morales, F. (nº3 de s.d.). ¿Qué es Alfabetización Informacional? *Pinakes - la Revista de las Bibliotecas Escolares de Extremadura*, pp. 11-14.
- Bettelheim, B. (2008). *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Lisboa: Bertrand Editora
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Braga, A. M., & Queiroz, M. d. (2010). *Organização e Funcionalidade do Espaço nas Bibliotecas* (Vol. 11 Temas Universitários). Lisboa: Universidade Aberta.
- Calçada, M. T. (2010). Biblioteca, Literacia, Sabedoria. In J. A. Calixto, *Para além da Branca de Neve: Bibliotecas, educação e literacia da informação* (pp. 27-37). Évora: Edições Colibri/CIDEHUS/UE/Biblioteca Pública de Évora.
- Calixto, J. A. (1996). *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Caminho.
- Calixto, J. A. (2007). Bibliotecas para a Vida : Literacia, Conhecimento, Cidadania. *Conferência Internacional Bibliotecas para a Vida : Literacia, Conhecimento, Cidadania, Évora, 2005*. Lisboa: Colibri.
- Capão, A. (2000). *Despertar para a Leitura*. Aveiro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- Cerrillo, P. C. (2006). Literatura infantil e mediação leitora. In F. Azevedo, *Língua Materna e Literatura Infantil : Elementos nucleares para professores do ensino básico* (pp. 33-46). Lisboa: Lidel.
- Cerrillo, P. C., Larraña, E., & Yubero, S. (2007). Libros, lectores y mediadores. In P. C. Cerrillo, & S. Yubero, *La formación de mediadores para la promoción de la lectura* (pp. 277-284). Cuenca: CEPLI - Centro de Estudios de Promoción de la Lectura y Literatura Infantil.
- Cerrillo, P. C., Larrañaga, E., & Yubero, S. (2002). *Libros, lectores y mediadores*. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Clemente, L. (2007). *A Biblioteca na Escola: O futuro está lá*. Lisboa: Setecaminhos.
- Dalton, P., Elkin, J., & Hannaford, A. (Spring de 2006). Joint Use Libraries as Successful Strategic Alliances. (S. McNicol, Ed.) *Library Trends*, Vol.54, nº4, pp. 535-548.
- Eco, U. (2002). *A Biblioteca* (5ª ed.). (M. L. Freitas, Trad.) Lisboa: Difel.
- Fernandes, C. C. (2010). Para uma gestão da biblioteca escolar: a acção estratégica do professor bibliotecário. *Letras da Gardunha*, Ano 1 - Número 2, 14.

- Fernandes, E. M., & Almeida, L. (2001). Grounded Theory. In E. Fernandes, & A. Maia, *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 49-76). Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos em Educação e Psicologia.
- Gama, S. (1999). *Pelo Sonho é que Vamos*. (Obras Completas de Sebastião da Gama). Lisboa: Ática.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2003). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gomes, J. A. (2000). *Da Nascente à Voz: Contributos para uma pedagogia da leitura* (2ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Gomes, P. R. (2009). O que faz com que uma história seja uma boa história para se contar. *Letras da Gardunha*, Ano 1 - Número 1, 13.
- Gomes, P. R. (2010). Quem conta um conto... *Letras da Gardunha*, Ano 1 - Número 2, 12.
- Honig-Bear, S. (2003). School-Public Library Partnerships in Washoe County, Nevada. In W. Miller, & R. M. Pellen, *Joint-Use Libraries* (pp. 5-16). New York: Haworth Information Press.
- Huxley, A. (2003). *Admirável Mundo Novo* (Vol. 47). Porto: Público.
- Imhoff, K. R. (2003). Public Library Joint-Use Partnerships: Challenges and Opportunities. In W. Miller, & R. M. Pellen, *Joint-Use Libraries* (pp. 17-39). New York: Haworth Information Press.
- Jean, G. (1978). A leitura, o real e o imaginário. In G. F. Nouvelle, *O Poder de Ler* (p. 50). Porto: Civilização.
- Lanaspa, G. C. (1998). Sobre el concepto, el modelo y las funciones de las bibliotecas escolares. In K. O. Iturbe, *La Biblioteca Escolar: un derecho irrenunciable*. Madrid: Asociación Española de Amigos del Libro Infantil y Juvenil.
- Loertscher, D., & Todd, R. (2003). *We Boost Achievement*. Salt lake City: Hi Willow Research & Publishing.
- Marina, J. A., & Válgoma, M. (2005). *La Magia de Leer*. Barcelona: Plaza Janés.
- Martin, A. M. (2005). *Seven Steps to an Award-Winning School Library Program*. London: Libraries Unlimited .
- Mata, J. (2008). *10 ideas clave: Animación a la lectura: hacer de lectura una práctica feliz, transcendente y deseable* (Vols. 9, Colección Ideas Clave). Barcelona: Editorial Graó.
- McNichol, S. (2008). *Joint-use Libraries: Libraries for the future*. Oxford: Chandos Publishing.
- Miller, W., & Pellen, R. M. (2003). *Joint-Use Libraries* (Vol. 15). (W. Miller, & R. M. Pellen, Eds.) New York: Haworth Information Press.
- Moreira, M. A. (2006). La enseñanza universitaria en tiempos de cambio: El papel de las bibliotecas en la innovación educativa. *IV Jornadas CRAI de la Red de Bibliotecas Universitarias* (pp. 1-32). Burgos: Universidade de La Laguna.
- Novak, J. D., & Gowin, D. B. (1999). *Aprender a aprender* (2ª ed.). (C. Valadares, Trad.) Lisboa: Plátano.
- Osoro, K. (Diciembre de 1997). Bibliotecas escolares-Bibliotecas públicas: Un binomio fantástico para el siglo XXI. *Peonza*, pp. 22-26.
- Pennac, D. (2006). *Como um romance* (14ª ed.). Porto: Asa.

- Riscado, L. (2010). Mediação da Leitura. In J. A. Calixto, *Para além da Branca de Neve: Bibliotecas, educação e literacia da informação* (pp. 175-179). Évora: Edições Colibri/CIDEHUS/UE/Biblioteca Pública de Évora.
- Roldão, M. C. (Outubro/Dezembro de 2007). Colaborar é preciso. *Noesis*, pp. 24-29.
- Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. d. Saint-Georges, *Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais* (L. Baptista, Trad., pp. 84-116). Lisboa: Gradiva.
- Saggs, G. (2008). *Look it's Books! marketing your library with displays and promotions*. London: McFarland & Company.
- Silva, M. G. (2008). *Ler e Amar na Adolescência*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sim-Sim, I. (2006). *Ler e ensinar a ler*. Porto: Edições Asa.
- Stepens, C. G., & Franklin, P. (2007). *Library 101: A Handbook for the School Library Media Specialist*. London: Libraries Unlimited.
- The Library Association. (1983). Fins e objectivos da biblioteca pública. *Cadernos de biblioteconomia, arquivistas e documentação BAD*, 1, pp. 89-94. Separata.
- Traça, M. E. (1998). *O Fio da Memória: Do Conto Popular ao Conto para Crianças*. Porto: Porto Editora.
- Veiga, I., Barroso, C., Calixto, J. A., Calçada, T., & Gaspar, T. (1996). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Viana, F. L., & Teixeira, M. M. (2002). *Aprender a Ler: da aprendizagem informal à aprendizagem formal* (Vol. Coleção horizontes da didáctica). Lisboa: Asa.
- Ziarnik, N. R. (2003). *School & Public Libraries: Developing the Natural Alliance*. United States of America: ALA Editions.

Outra Bibliografia

- Alarcão, M. L. (2005). *Motivar para a Leitura: Estratégia de abordagem do texto narrativo* (2ª ed.). Lisboa: Texto Editores.
- Alvim, L. (2007). Blogues e bibliotecas: construir redes na Web 2.0. (A. e. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Ed.) *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD*, pp. 38-74.
- Azevedo, F. (2007). *Formar leitores : das teorias às práticas*. Lisboa: Lidel.
- Azevedo, F. J., & Sardinha, M. G. (2009). *Modelos e práticas em literacia*. Lisboa: Lidel.
- Azevedo, F. (2006). *Língua Materna e Literatura Infantil : Elementos Nucleares para professores do Ensino Básico*. Lisboa: Lidel.

- Baleiras, A., Almeida, É. P., Simões, M., & Palma, M. G. (1995). *Gostar de Ler - Os Livros e a Escola um Caminho para o Sucesso Escolar* (Vols. 6 - Programa de Educação para todos - Cadernos PEPT 2000). Lisboa: Ministério da Educação.
- Barbeiro, L. F., & Pereira, L. Á. (2007). *O Ensino da Escrita: A Dimensão Textual* (Vol. PNEP). Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Barnes, A., & Perla, N. (2002). La biblioteca escolar como recurso central del aprendizaje: propuesta de formación en el centro educativo . *Barnes Anco, Perla Noemi. (2002). La biblioteca escolar como recurso centr* *Anales de Documentación* , pp. 21-49.
- Baró, M., Mañà, T., & Velloso, I. (2004). *Bibliotecas escolares, para qué?* (2ª ed., Vols. 2, la sombra de la palabra). Madrid: Anaya.
- Barros, E. d. (Janeiro/Março de 2007). Plano Nacional de Leitura. (T. Fonseca, Ed.) *Noesis* , pp. 28-31.
- Brasão, I., Domingos, N., & Santos, T. (2004). *Leitores de bibliotecas públicas : inquérito à rede de leitura pública na Região de Lisboa*. (D. R. Curto, Ed.) Lisboa: Colibri.
- Brasey, E., & Debailleul, J.-P. (1998). *Vivre la Magie des Contes: Comment le merveilleux peut changer notre vie*. Paris: Albin Michel.
- Buzzeo, T. (2002). *Collaborating to Meet Standarts: Teacher/Librarian: Partnerships for K6*. Ohio: Linworth Publishing.
- Buzzeo, T., & Kurtz, J. (1999). *Terrific Connections with Authors, Illustrators, and Storytellers: Real Space and Virtual Links*. Westport: Libraries Unlimited.
- Cabral, L. (1999). *As Bibliotecas Públicas Portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cadório, L. (2001). *O Gosto pela Leitura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Calixto, J. A. (2010). Bibliotecas para a Vida II : Bibliotecas e leitura. *Conferência Internacional Bibliotecas para a Vida : Bibliotecas e Leituras, 2*. Lisboa: Colibri.
- Canário, R. (1998). *Desenvolvimento de bibliotecas escolares e formação contínua de professores*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Catalão, I. (1998). *A Internet como Recurso Educativo* (Vol. Bibliotecas Escolares). Lisboa: Ministério da Educação.
- Choo, C. W. (2003). *Gestão de Informação para a Organização Inteligente: A arte de explorar o meio ambiente* (Vol. Caminho das bibliotecas & informação). Lisboa: Caminho.
- Claparols, O. i. (2003). Biblioteca pública y servicio de información a la comunidad: propuestas para una mayor integración. *Anales de Documentación* , pp. 203-220.
- Claxton, G. (2005). *O Desafio de Aprender ao Longo da Vida*. (M. F. Lopes, Trad.) Porto Alegre: Artmed.
- Coll, C., Martín, E., Mauri, T., Miras, M., Onrubia, J., Solé, I., et al. (2001). *O Construtivismo na sala de aula* (Vol. Colecção em foco). (J. C. Eufrásio, Trad.) Lisboa: Asa.

- Coronas, M. (2000). *La biblioteca escolar. Un espacio para leer, escribir y aprender* (Vol. 1 Série Verde. Blitz rastón de Biblioteca). Navarra: Gobierno de Navarra. Departamento de Educación y Cultura.
- Costa, A. F., Pegado, E., Ávila, P., & Coelho, A. R. (2010). *Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: PORTUGAL. Rede de Bibliotecas Escolares.
- Costa, A. F., Pegado, E., Ávila, P., Coelho, A. R., & Alves, T. (2009). *Avaliação dos 2º e 3º Anos do Plano Nacional de leitura*. Lisboa: Portugal. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Craver, K. W. (1994). *School Library Media Centers in the 21st Century: Changes and Challenges*. London: Greenwood Press.
- Cruz, V. (2007). *Uma abordagem cognitiva da leitura*. Lisboa: Lidel.
- DataAngel Policy Research Incorporated. (2009). *A Dimensão Económica da Literacia em Portugal: Uma análise*. (J. Lima, & A. Brum, Trans.) Lisboa: Portugal. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Domingo, M. T. (2005). La función social de las bibliotecas universitarias. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, septiembre, pp. 43-70.
- Duarte, I. (2008). *O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística* (Vol. PNEP). Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular .
- Figueiredo, F. E. (2004). Reseña de "Os Serviços da Biblioteca Pública: directrizes da IFLA / UNESCO". *Figueiredo, E. F. (2004). Reseña de "Os Serviços da Biblioteca Pública: directrizes da IFLA / UNESCO". Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD*, pp. 140-141.
- Freitas, M. J., Alves, D., & Costa, T. (2007). *O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Fonológica* (Vol. PNEP). Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Gill, P. (Ed.). (2003). *Os serviços da biblioteca pública : directrizes da IFLA/UNESCO* (Vol. (Caminho das bibliotecas & informação)). (A. Saldanha, Trad.) Lisboa: Caminho.
- Goleman, D., Boyatzis, R., & McKee, A. (2002). *Os novos líderes: A inteligência emocional nas organizações*. (E. Rocha, Trad.) Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Grau, A. D. (2006). Experiencias con ancianos y niños en una biblioteca pública: bueno, bonito y barato. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, enero-marzo, pp. 57-67.
- Hargreaves, A. (2003). *O Ensino na Sociedade do Conhecimento* (Vol. 20). (J. Á. Lima, Trad.) Porto: Porto Editora.
- Irving, J. (2004). *Stories NeverEnding: A Program Guide for Schools and Libraries*. London: Libraries Unlimited.
- Johann, P. M., & Jenny, O. M. (octubre-diciembre de 2002). El desarrollo de actitudes hacia el conocimiento y la investigación desde la biblioteca escolar. *Educere*, octubre-diciembre, pp. 276-282.

- Kotler, P., & Fox, K.F.(1994). *Marketing Estratégico para Instituições Educacionais*. São Paulo: Atlas.
- Lages, M. F., Liz, C., António, J. H., & Correia, T. S. (2007). *Os Estudantes e a Leitura*. Lisboa: Portugal. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Letria, J. J. (2001). *Fazer Leitores...e Escritores*. Alpiarça: Garrido Editores.
- Lewis, C. S. (2003). *A Experiência de Ler*. (C. G. Babo, Trad.) Porto: Elementos Sudoeste.
- López, A. G. (2003). La biblioteca comunitaria: una experiencia de organización social, educativa y cultural. *Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*, abril-junio, 35-40.
- López, P. L., & González, I. V. (2008). *Educación para la ciudadanía y biblioteca escolar*. Gijón, España: Ediciones Trea.
- Lozano, A. R. (2003). La participación de los ciudadanos en las propuestas de futuro de la biblioteca pública.. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, diciembre, 69-84. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios* , diciembre, pp. 69-84.
- Lukenbill, W. B., & Immroth, B. F. (2007). *Health information for youth : the public library and school library media role*. Westport: Libraries Unlimited.
- Magalhães, A. M., Alçada, I., Maximino, C., & Cabral, F. D. (1998). *A Biblioteca da Escola e o Prazer de Ler* (Vol. Bibliotecas Escolares). Lisboa: Ministério da Educação.
- Maia, M. (1998). *As tecnologias de Informação como Recurso Educativo* (Vol. Bibliotecas Escolares). Ministério da Educação.
- Manguel, A. (Janeiro/Março de 2007). Como Pinóquio Aprender a Ler. (T. Fonseca, Ed.) *Noesis* , pp. 24-27.
- Mata, L. (2006). *Literacia familiar : ambiente familiar e descoberta da linguagem escrita* (Vol. Infância 10). Porto: Porto Editora.
- McElmeel, S. L. (2001). *ABCs of an Author/Illustrator Visit* (2ª ed.). Ohio: Linworth Publishing.
- Meireles, M. T. (1998). *Contos e Lendas: Abordagem e reflexão: 1º e 2º ciclos* (Vol. 1º). Vega escolar.
- Mialaret, G. (1997). *A Aprendizagem da Leitura* (3ª ed., Vol. 16 Temas Pedagógicos). (E. Saló, Trad.) Lisboa: Estampa.
- Ministerio da Ciência e da Tecnologia. (1997). *Livro verde para a sociedade da informacao em Portugal* (2ª ed.). (M. p. Informação, Ed.) Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Ministério da Educação (2001) *Resultados do estudo internacional: primeiro relatório nacional: PISA 2000 - Programme for International Student Assessment*, Lisboa: Ministério da Educação - Gabinete de AvaliaçãoEducativa.
- Moreno, V. (2000). *Lectura, libros y animación. Reflexiones y propuestas* (Vol. 2 Série Verde Blitz. Ratón de Biblioteca). Navarra: Gobierno de Navarra. Departamento de Educación y Cultura.
- Neves, J. S., & Lima, M. J. (2009). *Promoção da leitura as Bibliotecas Públicas*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).

- Neves, J. S., Lima, M. J., & Borges, V. (2008). *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Ontoria, A., Ballesteros, A., Cuevas, C., Giraldo, L., Gómez, J. P., Martín, I., et al. (1999). *Mapas Conceptuais: Uma técnica Para Aprender* (2ª ed., Vol. Perspectivas Actuais: Educação). Porto: Edições Asa.
- Orden, P. J., & Bishop, K. (2001). *The Collection Program in Schools: Concepts, Practices, and Information Sources* (3ª ed.). Colorado: Libraries Unlimited.
- Parada, C. R. (2002). La biblioteca pública: un servicio ligado a un proyecto de ciudad. *Anales de Documentación*, pp. 303-308.
- Potts, J. (1979). *Leitura e Leituras: nos ensinos primário e secundário* (Vol. 56 Biblioteca do Educador Profissional). (S. D. Barata, Trad.) Lisboa: Livros Horizonte.
- Prates, M. C. (Julho/Dezembro de 2002). A Biblioteca Pública e a escola: Actividades Concertadas. *Noesis*, 63/64, pp. 47-49.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trads.) Lisboa: Gradiva.
- Rascão, J. (2008). *Novos Desafios da Gestão da Informação*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Rebelo, C. A. (2002). *A difusão da leitura pública : as bibliotecas populares (1870-1910)* (Vol. 10 Campo da Educação). Porto: Campo das Letras.
- Ribeiro, A., Santos, A., Bettencourt, A. M., Nunes, A., Vicente, A., Aníbal, A., et al. (1998). *Repensar a Cidadania nos 50 anos da Declaração*. Lisboa: Notícias Editorial.
- Rigolet, S. A. (1997). *Leitura do Mundo - Leitura de Livros: Da estimulação Precoce da Linguagem Escrita*. Porto: Porto editora.
- Rigolet, S. A. (2000). *Os Três P: Precose, Progressivo, Positivo: Comunicação e Linguagem para uma Plena Expressão* (Vol. 5 Educação Especial). Porto: Porto Editora.
- Rigolet, S. A. (2009). *Ler livros e contar histórias com as crianças: Como formar leitores activos e envolvidos*. Porto: Porto Editora.
- Rigolet, S. A. (2009). Partilhar saberes e construir leituras...através da ilustração. *Letras da Gardunha*, Ano 1 - Número 1, 14.
- Rodari, G. (2002). *Gramática da Fantasia: Introdução à arte de inventar histórias* (4ª ed.). (J. C. Barreiros, Trad.) Lisboa: Caminho.
- Rodrigues, E. (1998). *Estudo da Rede de Bibliotecas Escolares do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- Romainville, M., & Gentile, C. (1995). *Métodos para aprender*. Porto: Porto editora.
- Rueda, M. I. (2003). *La Lectura: Aquisición, dificultades e intervención* (2ª ed.). Salamanca: Amarú Ediciones.
- Salvatierra, G. L. (17-18 de Junio de 1999). El bibliotecario como promotor cultural. *Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*. *Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*.

- Samek, T. (2008). *Biblioteconomía y derechos humanos: Una guía para el siglo XXI*. Gijón: Ediciones Trea.
- Santana, I. (1998). *Como Organizar um Canto de Leitura na Sala de Aula* (Vol. Bibliotecas Escolares). Lisboa: Ministério da Educação.
- Santos, E. (2000). *Hábitos de leitura em crianças e adolescentes : um estudo em escolas secundárias*. Coimbra: Quarteto.
- Santos, M. L., Neves, J. S., Lima, M. J., & Carvalho, M. (2007). *A Leitura em Portugal*. Lisboa, Lisboa, Portugal: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Sardinha, M. G. (2009). Leitura, leitura, leitura...como eu te amo! *Letras da Gardunha, Ano 1 - Número 1*, 15.
- Savater, F. (2008). *Ética para um Jovem* (15ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Sequeira, M. (2000). *Formar Leitores: O contributo da Biblioteca Escolar* (Vol. 14 temas de investigação). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Silva, L. M. (2000). *Bibliotecas Escolares: Um contributo para a sua Justificação, Organização e Dinamização* (Vol. 4 Minho Universitária). Braga: Livraria Minho.
- Sim-Sim, I. (2007). *O Ensino da Leitura: A compreensão de Textos* (Vol. PNEP). Lisboa: Ministério da Educação. Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Sim-Sim, I., & Viana, F. L. (2007). *Para a Avaliação do Desempenho de Leitura*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Sixta, A. R. (2005). Gestión del conocimiento desde la biblioteca escolar La Biblioteca San Agustín: una experiencia en alfabetización informacional. *Enlace: Revista Venezolana de Información, tecnología y conocimiento*, Septiembre-Diciembre, 37-49. . *Revista Venezolana de Información, tecnología y conocimiento*, 2, número 003 Diciembre, pp. 37-49.
- Soares, M. A. (2003). *Como motivar para a leitura*. Lisboa: Presença.
- Sobrinho, G. J. (2000). *A Criança e o Livro: A aventura de ler* (Vol. 14 Educação). (M. C. Miranda, & V. Teixeira, Trads.) Porto: Porto editora.
- Suaiden, E. J. (2002). El impacto social de las bibliotecas públicas. *Anales de Documentación*, pp. 333-344.
- Susena, A., & Castro, S. L. (2009). *Aprender a Ler e Avaliar a Leitura: o TIL: teste de idade de leitura*. Coimbra: Almedina.
- Tello, F. M. (2008). Bibliotecas y democracia: el caso de la biblioteca pública en la construcción de una ciudadanía activa. *Anales de Documentación*, pp. 93-127.
- Usherwood, B. (1999). *A biblioteca pública como conhecimento público* (Vol. (Caminho das bibliotecas & informação)). Lisboa: Caminho.
- Valadares, L. (2007). *Leitura: Práticas Sedutoras*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- Ventura, J. J. (2002). *Bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta Editora.
- Weingand, D. (2000). Gestión de la biblioteca pública actual: La biblioteca pública como servicio esencial. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, diciembre, pp. 57-62.

Xarepe, M. O. (1998). *Como Incentivar a Apoiar a Pesquisa de Informação* (Vol. Bibliotecas Escolares). Lisboa: Ministério da Educação.

Webgrafia

Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha. (2009). *Projecto Educativo 2009-2013*. Obtido em 5 de Fevereiro de 2010, de Portal do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha: www.aesg.edu.pt/portal

Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha. (2009). *Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha 2009-2013*. Obtido em 5 de Fevereiro de 2010, de Portal do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha: www.aesg.edu.pt/portal

Bundy, A. (2002). *Joint-use libraries : the ultimate form of cooperation*. Obtido em Janeiro de 2010, de UniSA Research Archive: <http://arrow.unisa.edu.au:8080/vital/access/services/Download/unisa:28334/CONTENT01>

Calçada, M. T. (2008). *Bibliotecas Escolares, Bibliotecas Públicas: parceria ou partilha?* Obtido em Fevereiro de 2010, de Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas: <http://rcbp.dglb.pt/pt/noticias/Documents/Bibliotecas%20p%C3%BAblicas%20bibliotecas%20escolares.%20teresa.DGLB.pdf>

Copenhagen Conference. (14-15 de Outubro de 1999). *Copenhagen declaration*. Obtido em Fevereiro de 2010, de Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas: http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/04_Copenhagen_declaration_1999.pdf

Crawford, W. (Dezembro de 2003). *American Library Association*. Obtido em Janeiro de 2010, de The Philosophy of Joint-Use Libraries: <http://www.ala.org/ala/online/thecrawfordfiles/2003columns/december2003.cfm>

Esteves, J., Ramos, I., & Carvalho, J. (2002). *Use of Grounded Theory in Information Systems Area : An Exploratory Analysis. European Conference On Research Methods On Business And Management*. Obtido em 15 de Junho de 2010, de Repatório da Universidade do Minho: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/346/1/Ecrm.pdf>

Grounded Theory Institute. (s.d.). Obtido em Junho de 2010, de <http://www.groundedtheory.com/what-is-gt.aspx>

Gutián, M. V., & Piñero, M. M. (Agosto de 2008). *Las bibliotecas universitarias: breve aproximación a sus nuevos escenarios y retos*. Obtido em Junho de 2010, de ACIMED: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352008000800002&lng=en&nrm=iso&ignore=.html

Hannaford, A. (22 de Março de 2006). *Joint use libraries as successful strategic alliances*. (L. Trends, Editor) Obtido em 28 de Fevereiro de 2010, de http://www.thefreelibrary.com/_/print/PrintArticle.aspx?id=147824995

- Hannesdóttir, K. S. (1995). *Bibliotecários Escolares: Linhas de Orientação Para os Requisitos de Competência*. (F. I. IFLA, Ed.) Obtido em 2010, de RBE: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=Competencias.pdf>
- Haycock, K. (22 de Março de 2006). *Dual use libraries: guidelines for success*. (L. Trends, Editor) Obtido em 28 de Fevereiro de 2010, de The Free Library: http://www.thefreelibrary.com/_/print/PrintArticle.aspx?id=147824992
- IASL - International Association of School Librarianship. (1993). *Declaração Política da IASL sobre Bibliotecas Escolares*. Obtido em Fevereiro de 2010, de Rede de Bibliotecas Escolares: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=iasl_declaracao.pdf
- IFLA. (2004). Obtido em Junho de 2010, de The role of libraries in lifelong learning: <http://archive.ifla.org/VII/s8/proj/Lifelong-LearningReport.pdf>
- IFLA/UNESCO. (2002). *Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares*. Obtido em 21 de Dezembro de 2009, de Rede de Bibliotecas Escolares: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=SchoolLibraryGuidelines_pt.pdf
- IFLA/UNESCO. (1999). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Escolares*. Obtido em Janeiro de 2010, de Rede de Bibliotecas Escolares: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=manifesto_be_unesco.pdf
- IFLA/UNESCO. (1994). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*. Obtido em Janeiro de 2010, de Rede do Conhecimento das Bibliotecas Públicas: http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/01_Manifesto_IFLA_Unesco_sobre_Bibliotecas_Publicas_1994.pdf
- Lombard, V.-M. (2004). *La lecture partagée: Le lien entre les deux rives*. Obtido em 5 de Fevereiro de 2010, de Bulletin des bibliothèques de France: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-01-0017-004>
- Osoro, K. (2004). *El animador a la lectura y la escritura: actitudes y cualidades*. Obtido em Maio de 2010, de Proyecto de lectura para centros escolares: http://www.plec.es/documentos.php?id_seccion=6&id_documento=30
- ParquEscolar. (Agosto de 2009). *Manual de Proyecto de Arquitectura*. Obtido em Abril de 2010, de ParquEscolar: <http://www.parque-escolar.pt/pt-manual-projectos-arquitectura.php>
- ParquEscolar. (2008). *Orientações para a instalação das bibliotecas*. Obtido em Abril de 2010, de ParquEscolar: <http://www.parque-escolar.pt/pt-orientacoes--instalacoes-bibliotecas.php>
- Pinto, M. L., & Barrulas, M. J. (2004). *A Disciplina de Marketing e a Prática do Bibliotecário: Estudo de Caso em Bibliotecas da RNBP*. Obtido em Maio de 2010, de <http://badinfo.apbad.pt/congresso8/com26.pdf>
- Queensland Government. (1996). *Guidelines for the development of Joint-use School-Community Libraries*. Obtido em Março de 2010, de <http://education.qld.gov.au/library/docs/joint-use.pdf>

- Rede de Bibliotecas Escolares. (12 de Novembro de 2009). *Modelo de Auto-avaliação da Biblioteca Escolar*. Obtido em 20 de Novembro de 2009, de Rede de Bibliotecas Escolares: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/745/mabe.pdf>
- Rede de Bibliotecas Escolares - Ministério da Educação. (Outubro de 2010). *Modelo de auto-avaliação da biblioteca escolar*. Obtido em Outubro de 2010, de Rede de Bibliotecas Escolares : <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/809.html>
- Rede de Bibliotecas Escolares. (s.d.). *Política de Constituição e Desenvolvimento da Colecção*. Obtido em Abril de 2010, de RBE - Biblioteca Digital: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=gestao_coleccao.pdf
- Rede de Bibliotecas Escolares. (s.d.). *Relatório Síntese*. Obtido em 21 de Dezembro de 2009, de Rede de Bibliotecas Escolares: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=relatorio_sintese.pdf
- Rede de Bibliotecas Escolares, Blogue RBE, <http://www.rbe.blogspot.com/>.
- Rodrigues, M. L. (2006). *Depoimento da Ministra da Educação : Dez anos do programa da Rede de Bibliotecas Escolares*. Obtido em Fevereiro de 2010, de Rede de Bibliotecas Escolares: http://www.rbe.min-edu.pt/news/newsletter1/newsletter_1_outubro_2006.htm
- Yubero, S. (2001). *Aplicaciones psicológicas a la selección de lecturas para niños*. (U. d. Cuenca, Editor) Obtido em Maio de 2010, de Materiales del I Master de Promoción de la lectura y Literatura Infantil, Unidad MDidáctica 3: www.uclm-es/cepli/master

Outros Documentos

- Almeida, C. (8 de Junho de 2010). Entrevista a Carlos Almeida, Director do Agrupamento de Escolas João Roiz de Castelo Branco. (P. R. Gomes, Entrevistador)
- Brito, C. M. (2 de Junho de 2010). Entrevista a Cândida Brito, Directora do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha. (P. R. Gomes, Entrevistador)
- Calçada, T. (5 de Maio de 2010). Entrevista a Tereça Calçada. (P. R. Gomes, Entrevistador) Tomar.
- Cerrillo, P. (20 de Julho de 2010). Entrevista a Pedro Cerrillo, Professor catedrático da Universidade de Castilla-La Mancha e investigador do CEPLI. (P. R. Gomes, Entrevistador)
- Despacho nº. 23/86 de 3 de Abril, da Secretaria da Cultura
- Despacho conjunto nº 43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro.
- Despacho conjunto nº 5/ME/MC/96, de 9 de Janeiro.
- Despacho conjunto nº 184/ME/MC/96.
- Despacho nº700/2009, de 9 de Janeiro.

- Fernandes, C. C. (18 de Maio de 2010). Entrevista a Carla Cristina Fernandes - Técnica responsável pelo sector de Bibliotecas Escolares na Direcção Regional de Educação do Centro. (P. R. Gomes, Entrevistador) Coimbra.
- Fernandes, P. (11 de Junho de 2010). Entrevista a Paulo Fernandes - Vice-presidente e Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Fundão. (P. R. Gomes, Entrevistador) Fundão.
- Granada, C. (12 de Maio de 2010). Entrevista a Cristina Granada. (P. R. Gomes, Entrevistador) Castelo Branco.
- Lopes, I. (31 de Maio de 2010). Entrevista a Ilda Lopes - Bibliotecária da Biblioteca Municipal de Penamacor. (P. R. Gomes, Entrevistador) Penamacor.
- Marques, I. (16 de Junho de 2010). Entrevista a Isabel Marques - Coordenadora Interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares. (P. R. Gomes, Entrevistador) Castelo Branco.
- Matos, D. (14 de Junho de 2010). Entrevista a Dina Matos - Bibliotecária da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão. (P. R. Gomes, Entrevistador) Fundão.
- Ministério da Educação (2009) *Portaria n.º. 756/2009 de 14 de Julho*. Lisboa
- Rigolet, S. (5 de Junho de 2010). Entrevista a Sylviane Rigolet - Sylviane Rigolet - Formadora da DGLB (Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas). (P. R. Gomes, Entrevistador) Porto.

Anexos

Anexo 1 - Guião de entrevista

UBI - Mestrado em Ciências Documentais [2010]

Orientadores:

Professora Doutora: Maria da Graça Sardinha

Professor Doutor António Pais

Mestrando:

Pedro Rafael Neto Gomes

Entrevista a.....



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

Apresentação e objectivos

A realização desta entrevista insere-se na recolha de dados no âmbito do Mestrado em Ciências Documentais da Universidade da Beira Interior sobre “A Biblioteca Escolar: uma Rede de Aprendizagens. O Papel das Parcerias”

Tem como objectivo conhecer a perspectiva do Vice-presidente e Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Fundão, Dr. Paulo Fernandes face à utilização da Biblioteca Escolar/ Biblioteca Pública ou outra tipologia de bibliotecas numa óptica de partilha/ parceria e uso comum dos mesmos espaços por públicos distintos. Uma abordagem aos conceitos *joint-use libraries* e *dual-use libraries*.

Os dados recolhidos destinam-se a fins puramente académicos.

(Autorização para recolha de gravação digital da entrevista e de identificação de identidade)

1. ____ (Adaptar ao entrevistado) _____ tem contactado, com técnicos de bibliotecas públicas coordenadores de bibliotecas escolares, professores bibliotecários e directores de escolas e Agrupamentos. Na sua óptica, que factores é que contribuíram, foram decisivos, para ao fim destes 13 anos a Rede de Bibliotecas Escolares estar implementada em todos os Concelhos do nosso país?
 - 1.1. No que se refere às Bibliotecas Públicas, embora o programa se tenha iniciado anteriormente, a abrangência de território é menor e ainda não estão instaladas em todos os Concelhos. O que lhe parece que ainda falta nesta dinâmica?
2. Em alguns Concelhos onde existem Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares não existe o serviço de SABE (Serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares), considera este serviço prioritário e fundamental para a existência de uma real parceria entre estas instituições?
 - 2.1. Encara outras formas de cooperação? Partilha?
 - 2.2. Na sua visão esta parceria/ cooperação deve, e pode, ir até onde? (empréstimos interbibliotecas; portais concelhios; catálogos colectivos, horas do conto, promoção da leitura....)

- 2.3. Onde podemos incluir (envolver/ participar/ dinamizar) a restante comunidade local?
3. Actualmente contamos com a Rede de Bibliotecas Públicas e a Rede de Bibliotecas Escolares e relativamente às Bibliotecas Universitárias? Também encara a necessidade da existência de uma Rede Nacional de Bibliotecas Universitárias?
- 3.1. Se sim, vislumbra esta rede sob a alçada de que ministério? O do Ensino Superior? Passaremos a ter a RBP sob a alçada do Ministério da Cultura e das Autarquias, as Bibliotecas Escolares sob o do Ministério da Educação e uma possível rede de Bibliotecas Universitárias no Ministério do Ensino Superior?
- 3.2. Não haverá necessidade de alguma fusão no que diz respeito ao grande Projecto Nacional de Promoção da Leitura e das Literacias?
4. A figura do professor bibliotecário, as suas funções, necessidades e perfil, como encara a recente institucionalização desta figura? Visto que apenas no passado ano com a publicação da Portaria 756/2009 de 14 de Julho - Criação da função de professor bibliotecário esta figura passa a ter um papel crucial na dinâmica das Bibliotecas Escolares.
5. E o Plano Nacional de Leitura? Encara-o como um Plano com múltiplas possibilidades, entre elas o fomento desta parceria entre as Bibliotecas Públicas e Escolares?
6. Como encara a possibilidade de uma Biblioteca de uma determinada tipologia prestar um serviço efectivo e ser gerida duplamente por outro tipo de intervenientes? Por exemplo uma biblioteca escolar servir uma comunidade durante o período não lectivo? Vantagens? Desvantagens ou obstáculos?
7. Existem algumas experiências pontuais no nosso país que a BE está aberta fora de horas ou durante o período de férias escolares para servir a comunidade. (pequeno exemplo o que foi efectuado na BE de Alpedrinha durante o verão de 2008) como encara esta possibilidade tendo em conta os recursos humanos necessários para tal?
- 7.1. Quais os maiores obstáculos que se poderão colocar à implementação destas práticas?
8. Os conceitos “Joint-use libraries” e “Dual use libraries” já largamente implementado em países como os EUA, o Canada a Austrália e na Europa do norte. Sendo estes países “ricos/ desenvolvidos” não fará muito mais sentido em países com menores recursos, como o nosso, a implementação deste conceito? E efectivar a rentabilização dos espaços e recursos materiais e humanos disponíveis numa determinada comunidade?
9. Quais os maiores obstáculos se poderão colocar à implementação destes conceitos?

10. Para uma efectiva concretização do “Joint-use libraries “ e “Dual use” embora o espaço possa ser comum, como observa a constituição de equipas de trabalho, organização e gestão de recursos humanos?
 - 10.1. E a gestão de espaços e recursos materiais?

11. Algumas autarquias do nosso país, nomeadamente Óbidos e Oeiras, estão a intervir na construção de espaços escolares distintos (JI e 1ºECB) com a envolvência de zonas ajardinadas, pavilhões desportivos, auditórios e especialmente Bibliotecas. Estas valências são para utilização de toda a população local. A empresa *Parque Escolar* tem no seu conceito a construção nomeadamente de Bibliotecas Escolares com acesso directos para o exterior. Este conceito só será possível com a implementação deste tipo de escolas comunitárias?
 - 11.1. Que impacto social pode ter, na comunidade, um Biblioteca de uso comum ou que seja partilhada por públicos distintos?

12. Alguns autores como Sharon Honig-Bear, Willian Miller e Rita Pellen, entre outros, referem que o maior problema para a implementação do “Joint-use” e “Dual-use” está relacionado com o sentimento de posse dos intervenientes, da gestão de orçamentos e dos recursos humanos. Que comentário faz a essa situação?

13. Os mesmos autores referem que para uma eficaz parceria/ partilha entre as instituições deve ser implementada uma atitude dos 5 C “Collaborate, Communicate, Cooperate, Change and Challenge.”. Na sua perspectiva acrescentaria mais algum passo/ atitude?

14. O Professor Bibliotecário, como um estratega, é uma peça fundamental para esta mudança?

15. Por último, gostaria de acrescentar mais algum aspecto significativo que considere pertinente para esta abordagem?

Bem-haja pela sua colaboração!

Pedro Rafael neto Gomes

Anexo 3 - Grelha de Análise de Conteúdo - Redução de dados

Grelha de Análise de Conteúdo - Redução de dados Hermenêutica Bibliotecas Escolares			
Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Unidade de Registo
Redes de Cooperação e Partilha	Abertura da BE à Comunidade	P 2: Carla Fernandes	é pertinente a abertura das bibliotecas escolares em locais distantes do serviço de leitura pública. É de louvar o esforço e a visão estratégica das autarquias e dos Directores dos Agrupamentos de Escolas que entenderam aproveitar os recursos investidos nas bibliotecas escolares para alargar a sua oferta, transformando-as num pólo de leitura aberto à comunidade.
		P 2: Carla Fernandes	Vejo com bons olhos a abertura da biblioteca escolar à comunidade, designadamente se a nível local não existe um serviço de leitura pública. Nos casos em que esta existe, julgo de todo conveniente que se complementem, em horário de abertura diferenciados, procurando servir o melhor possível os utilizadores.
		P 5: Dina Matos	O estar aberta uma biblioteca escolar no período de férias é sempre uma mais-valia, e o senhor também é o exemplo de uma biblioteca escolar, sua, em Alpedrinha, que ficou aberta num período de férias aberta a comunidade o sucesso que foi além dos meninos não perderem o corte com a biblioteca no tempo de férias, muitas vezes, serve também de ponto de encontro das crianças, além do encontro com os livros podem fazer atelier porque elas não têm que estar sempre a ler, podem fazer ateliers, jogar, outras coisas, as bibliotecas hoje em dia já não são aquele mundos de silêncio onde se entrava, xiu!, nem sequer os pés nos podiam ouvir, agora é uma espaço polivalente.
		P11: Teresa Calçada	É abrir como instrumento de cultura e de educação.
		P11: Teresa Calçada	o programa da Empresa Parque Escolar, no seu programa global consigna a ideia. Ou seja coloca a biblioteca num sítio estratégico na orgânica da escola que permite ter uma porta aberta para a rua para poder acontecer eventos culturais mas também, exactamente, para poder abrir à biblioteca sem perturbar as lógicas e a segurança da escola.
		P11: Teresa Calçada	as escolares vieram introduzir uma lufada de ar fresco nesta concepção de serviço público
Redes de Cooperação e Partilha	Cooperação/partilha	P 2: Carla Fernandes	Em minha opinião, estando criadas as condições estruturais para que ambas funcionem, como é o caso da maioria os concelhos em Portugal, é muito importante que coexistam e se complementem porque a missão de uma e de outra é distinta, conforme prevêem os Manifestos internacionais da UNESCO. Um plano aprofundado e rigoroso de promoção da leitura e das literacias só se fará em pleno quando cada uma delas for capaz de actuar fortemente nas áreas de intervenção que lhe competem.
		P 3: Carlos Almeida	em Portugal temos muitas das vezes meios, quer financeiros, quer humanos, mas ainda assim não há é ainda a suficientemente articulação e também rentabilização destes mesmos meios, e portanto ainda temos muitas instituições a viver de costas voltadas umas para as outras. E se a

			<p>questão da cooperação e da articulação se coloca de uma forma transversal para o desenvolvimento do nosso país, esta questão colocar-se-á com mais acuidade para as bibliotecas, e portanto é de todo necessário, é o imperativo mais que não seja até por razões de ordem financeira que as instituições se procurem articular, procurem racionalizar. E nesse sentido, faz todo o sentido, passo a redundância, que haja cada vez uma maior cooperação uma maior articulação entre Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares. Só desta forma se consegue eventualmente percorrer caminhos idênticos, perceber as sinergias de cada uma delas rentabilizar estas sinergias e por de pé ou operacionalizar verdadeiros planos de actividades, verdadeiros planos de acção.</p>
		P 4: Cristina Granada	<p>outras formas de cooperação, de partilha quer envolvendo quer recursos humanos, quer recursos materiais, porque esta biblioteca Municipal de Castelo Branco por exemplo relaciona-se e coopera com toda a esfera educativa desde os jardins-de-infância ao primeiro ciclo, segundo terceiro ciclo e secundário até ensino superior, público e privado, mas também se relaciona com outras instituições, com a prisão, com o espaço de reinserção social dos jovens, com lares de terceira idade, centros de dias, centros de convívio para idosos, com muitas outras realidades.</p>
		P 5: Dina Matos	<p>rede de bibliotecas escolares ao longo destes anos, tem mostrado uma força e uma coesão que nós não vemos nas bibliotecas públicas, e agora mais que nunca nós vemos que os professores bibliotecários são uma força a qual nós nos devemos juntar, e não nunca virar as costas, porque só assim é que conseguimos construir alguma coisa de útil no concelho onde nós estamos, falando de bibliotecas escolares ou de bibliotecas municipais.</p>
		P 5: Dina Matos	<p>boa gestão de recursos, afinal para se ter este Joint-use-libraries, Dual use libraries, não precisamos assim tanto dinheiro, porque se criarmos um único espaço, um único centro, onde todos nós podemos partilhar, e todos nós temos acesso afinal estamos, é a poupar dinheiro.</p>
		P 7: Isabel Marques	<p>se pensarmos numa parceria efectiva, verdadeira, e pensarmos simultaneamente, na missão e nos objectivos das bibliotecas, essa cooperação pode ir até tudo aquilo que se considera importante para a consecução desses objectivos e dessa missão, por exemplo se o objectivo, é que tenham acesso, que as pessoas, os utentes, os utilizadores, os alunos, enfim, tenham acesso à informação vinte quatro horas por dias, sete dias por semana, então essa parceria, tem de possibilitar a qualquer utilizador, esse acesso à informação, vinte quatro horas por dia, sete dia por semana, trezentos e sessenta e cinco dias ou seis por ano.</p>
Redes de Cooperação e Partilha	Envolvimento da Comunidade Local	P 2: Carla Fernandes	<p>A comunidade local está sempre no centro da nossa acção. As famílias são a comunidade local e as crianças estão na escola. Os adultos também estão na escola com as Novas Oportunidades, um público que temos de servir também enquanto biblioteca escolar, se for caso disso. Em suma, a população adulta, dita não escolar,</p>

			directa ou indirectamente tem ligação à escola. Os pais, os avós, os tios, aproximam-se naturalmente (não todos, mas as pequenas partes; um dia estaremos próximos do todo). Assim, importa cada vez mais incentivar à participação destes elementos em todas as iniciativas que os Grupos de Trabalho Concelhios e as bibliotecas escolares venham a desenvolver tendo em conta o plano de acção traçado. Este é um público que deve ser contemplado destes planos globais (na lógica concelhia) e individuais (de biblioteca).
		P 5: Dina Matos	O estar aberto uma biblioteca escolar no período de férias é sempre uma mais-valia, e o senhor também é o exemplo de uma biblioteca escolar, sua, em Alpedrinha, que ficou aberta num período de férias aberta a comunidade o sucesso que foi além dos meninos não perderem o corte com a biblioteca no tempo de férias, muitas vezes, serve também de ponto de encontro das crianças, além do encontro com os livros podem fazer atelier porque elas não têm que estar sempre a ler, podem fazer ateliers, jogar, outras coisas, as bibliotecas hoje em dia já não são aquele mundos de silêncio onde se entrava, xiu!, nem sequer os pés nos podiam ouvir, agora é uma espaço polivalente.
		P10: Sylviane Rigolet	a démarche de “ir ao encontro” da comunidade tem de partir dos responsáveis da BM, através de inquéritos, entrevistas, curtos mas pertinentes, numa postura de escuta, fundamental e sempre “open mind”.
Redes de Cooperação e Partilha	Estratégias de actuação	P 2: Carla Fernandes	exactamente esta sistematicidade que faz toda a diferença na eficácia da implementação das diferentes actividades. Se planificarmos convenientemente o que fazemos e aplicarmos as estratégias adequadas, com rigor e continuidade, de acordo com um cronograma específico, somos capazes de alcançar resultados.
		P 6: Ilda Lopes	Como estamos numa profunda crise económica, financeira, ideológica, psicológica, social, parece-me que concertar esforços, rentabilizar recursos é algo bastante urgente, inteligente e inevitável. Os obstáculos contornam-se, ultrapassam-se, há que começar com um plano definido e caminhar em frente. Uma boa reflexão, traçar um plano, definir papéis e competências...
		P 8: Paulo Fernandes	ma questão que é prévia que é a concertação. Seja, nós sem dúvida para colaborarmos, para cooperarmos, para sermos agentes duma determinada mudança, para termos por assim dizer indicadores e metas comuns, há uma questão prévia que é termos estruturas de construção comum, ou seja, eu para interagir com uma escola tenho de ter o mínimo conhecimento do que é essa escola, e vice-versa, a escola tem de ter o mínimo conhecimento do, que é o funcionamento do município, dentro dessa valência.
		P10: Sylviane Rigolet	Mas, antes de colaborar nas actividades em si, parece-me fundamental e, até, imperioso: planificar junto; estabelecer planos não só a curto e médio prazo, mas também a longo prazo. De facto, muitas experiências custam muitos esforços e investimentos de toda a ordem - tempo, dinheiro, envolvimento pessoal - mas não se lhes dá tempo de serem “rodadas”. Também me

			parece essencial fazer avaliações sistemáticas e eficazes, de modo a “corrigir o tiro” quando necessário, melhorar alguns aspectos, eliminar outros, substituir outros ainda, de forma a aperfeiçoar a experiência no seu conjunto, sem passar de imediato à outra. Isto é, agir segundo a conhecida acção - avaliação - acção
		P10: Sylviane Rigolet	acho que é fundamental unir esforços, homogeneizar a gestão, praticar uma aquisição, organização e disponibilização dos recursos muito rentável, potenciando-os ao máximo. Também julgo necessária uma planificação conjunta das actividades de promoção da leitura, animação dos espaços e eventos culturais de forma a, também aí, rentabilizar recursos, favorecer a elaboração de projectos a longo prazo, ter uma visão abrangente desta forma particular que é a cultura ligada ao livro e à sua “casa”.
		P10: Sylviane Rigolet	Todas as áreas ligadas à cultura têm de funcionar fora dos horários habituais de trabalho mais comuns.
		P10: Sylviane Rigolet	Poderíamos também dizer: Escutar; Ir ao encontro do outro onde ele está e não onde imagino que esteja ou deveria estar; Envolver-se para poder envolver; Personalizar os serviços para lutar contra a mecanização progressiva da sociedade; Disponibilizar recursos mas, sobretudo, disponibilizar-se; Educar para os valores sendo reais guias para os utentes.
		P11: Teresa Calçada	aquela ideia de termos um portal, de termos um catálogo comum, de favorecermos esse tipo de lógica vem mais do que propriamente o catálogo que não serve de sentido se você quiser até parece um bocadinho démodé, digamos assim, teve efeitos colaterais super positivos, nesse ambiente, que, bom mesmo dependendo, organicamente diferente porque um professor depende do ministério da educação, o bibliotecário depende da câmara municipal eles podem constituir-se como equipe e fazer as coisas de maneira a que nomeadamente o poder local perceba que aquilo é um serviço na comunidade,
Redes de Cooperação e Partilha	Importância do SABE	P 1: Cândida Brito	É evidente que sim, tem que ser, tem que existir, e isso aí agora já dependerá se calhar da dinâmica do bibliotecário municipal, não é, que estará de estar aberto a uma rede de parcerias e um trabalho conjunto com as escolas ou com outras instituições que também tenham bibliotecas públicas
		P 2: Carla Fernandes	O SABE é essencial para consolidar os laços de parceria entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas municipais. Constituindo-se formalmente como o serviço que apoia as bibliotecas das escolas, do ponto de vista do tratamento técnico dos documentos e da formação aos professores que se encarregam da gestão e organização das BE, assume-se como um ponto de sustentação de uma rede de trabalho que tende a ser tanto mais eficiente quanto maior for a qualificação de todos os intervenientes. Os índices de qualidade das instituições ganham substancialmente quando estas se alargam ao diálogo com outros parceiros que aportam necessariamente perspectivas de trabalho

			complementares das quais de extrairão caminhos.
		P 2: Carla Fernandes	Será muito importante que os SABE continuem o seu trabalho de cooperação com as bibliotecas escolares e que as relações de estreitem cada vez mais para que se agilize um trabalho verdadeiramente complementado. O serviço público de leitura e as bibliotecas escolares não se excluem, pois cada um tem o seu enfoque legítimo. Convém acertarem estratégias quanto à intervenção que têm em comum junto do utilizador criança/jovem, porquanto o esforço de potenciar o seu crescimento intelectual e pessoal poderá ter um impacto mais significativo.
		P 2: Carla Fernandes	Do ponto de vista funcional, o SABE tem um papel regulador fundamental no que diz respeito à gestão da colecção a nível concelhio. Os Grupos de Trabalho Concelhios que constituem a base das Redes de Bibliotecas instituídas a nível local, ao criarem o seu catálogo colectivo, terão oportunidade de verificar o investimento efectuado em termos de recursos e poderão dimensionar os actos de aquisição futuros em conformidade, isto é, de acordo com as lacunas diagnosticadas em determinadas áreas de oferta, evitando a duplicação. A circulação dos fundos em regime de empréstimo inter-bibliotecário é igualmente uma metodologia muito interessante e adequada num momento em que os orçamentos escasseiam no plano da Administração.
		P 2: Carla Fernandes	O SABE é então o motor da construção de leitores
		P 5: Dina Matos	sem dúvida, que essa ligação com as bibliotecas escolares e com esse serviço, nós criamos realmente a verdadeira parceria. As bibliotecas escolares conseguem-nos compreender também a nós bibliotecas públicas, as nossas tarefas, e nós sem dúvida conseguimos perceber realmente o que as escolas precisam, o que se passa nas escolas e como funcionam as bibliotecas escolares.
		P10: Sylviane Rigolet	Criar hábitos de parceria é uma mudança profunda e radical de perspectiva sobre a educação e a política ou, aliás, sobre a política da educação e da economia. Acho importante um serviço especializado estar disponível neste sentido, de modo a dinamizar intercâmbios proveitosos e recíprocos, isto é, cada um fornecendo ao outro uma parte do seu saber que lhe é próprio de modo a “dialogarem”, intercambiarem (in)formação, de rentabilizarem recursos, de partilharem experiências, de unirem públicos.
		P11: Teresa Calçada	Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares, que vem consignado desde o início do nosso programa quando fizemos o relatório da rede de bibliotecas escolares é o testemunho que à cabeça este programa foi pensado para estabelecer um portal e uma rede de recursos físicos e humanos entre a pública e as escolares. Os catálogos, os portais, o empréstimos inter, tem se dado, às vezes não se formaliza esse serviço e é mau. Eu sei que nalguns sítios está formalizado, e não funciona, noutros não está formalizado e funciona. Mas eu sou a favor da formalização, acho que nos devemos, não é agora 20 páginas, são meia dúzia de artigos que dizem os nossos deveres e as nossas obrigações. Sou a favor disso, e aliás, nos colegas

			coordenadores inter concelhios sempre fomento que eles cuidem dessa relação institucional.
Redes de Cooperação e Partilha	Partilha de Recursos Humanos	P 1: Cândida Brito	E a partilha de recursos será uma boa colaboração de trabalho entre os professores bibliotecários e os bibliotecários municipais e depois até em termos de recursos humanos poder a equipa, porque há escolas com equipas muito fortes de biblioteca, que se trabalharem também em parceria com a biblioteca municipal podem colmatar certas dificuldades,
		P 2: Carla Fernandes	O Joint-use e Dual-use coloca, de facto, muitas questões de gestão global se não ficarem definidas a priori as competências dos parceiros e dos recursos humanos que lhe estão afectos.
		P 3: Carlos Almeida	tendo nós recursos humanos extremamente qualificados é mais uma exigência é mais uma obrigação nossa colocar estes mesmo meios, quer técnicos, quer humanos, quer materiais ao serviço das nossas comunidades, e nesse sentido eu agora posso acrescentar ainda mais, que a escola tem por obrigação ser um elemento dinâmico, interventivo, e estabelecer um conjunto de outras instituições e também neste âmbito estabelecer um conjunto de parcerias.
		P 4: Cristina Granada	A organização desses recursos humanos precisamente deverão, partir da realidade daquilo que é a realidade do que já existe por exemplo quando uma comunidade escolar tem ao seu dispor professores, pessoal não docente e outros técnicos, de variadíssimas áreas e formações que podem dentro do seu saber coabitar e ser complementares no serviço que prestam às escolas
		P 5: Dina Matos	não seria a tempo inteiro mas até uma troca de vez em quando de recursos de humanos, em que os técnicos das bibliotecas escolares viriam aqui, os das municipais iriam até lá, para se aperceberem do público, das necessidades desse público, eu acho que até era uma coisa muito interessante de se fazer.
		P 7: Isabel Marques	é necessário uma equipa que permita isso, a não ser que a escola tenha, ou a biblioteca escolar neste caso, se for o caso, se estivermos a falar de bibliotecas escolares que tenham acessos exteriores que não tenham que envolver a abertura do espaço em si.
		P 7: Isabel Marques	A dificuldade é a ausência de recursos humanos, para que se faça essa gestão de bibliotecas para que ela funciona, não se prende com a ausência de pessoas qualificadas, prende-se com a dificuldade em fazer a contratação dessas pessoas. Existem também casos, em que têm os recursos humanos e por questões políticas eles são conduzidos para outras secções,
Redes de Cooperação e Partilha	Partilha de Recursos Materiais e Documentais	P 3: Carlos almeida	quanto mais se aprofundar quanto melhor mas sobretudo deve ir o nível de troca do fundo documental, porque é impensável nós termos uma biblioteca verdadeiramente apetrechada, aquilo que se pode fazer é em determinadas áreas apostar-se mais e investir-se mais
		P 5: Dina Matos	boa gestão de recursos, afinal para se ter este Joint-use-libraries, Dual use libraries, não precisamos assim tanto dinheiro, porque se criarmos um único espaço, um único centro, onde todos nós podemos partilhar, e todos nós temos acesso afinal estamos, é a poupar dinheiro.

		P 7: Isabel marques	uma das coisas que eu acho fundamental, a nível de PNL é uma política de aquisição de obras concelhia, pelo menos. E parece-me que após estes anos de implementação de PNL, ainda há algumas deficiências a esse nível que era importante rentabilizar, porque em termos de económicos, e mais uma vez referindo a situação em que vivemos, cada vez é mais importante a gestão financeira, dos nossos recursos e haver esse trabalho de pareceria, até que o trabalho de uns irá complementar outros e enriquecer a disponibilidade de títulos para leitura.
		P 8: Paulo Fernandes	E também evidentemente o próprio aumento do fundo documental, não vamos esquecer dessa parte que para além, digamos, da dinamização e animação de equipamentos e do fomento da leitura e digamos da facilitação do acesso, em termos de do que é que são redes de informação comuns, etc. Plataformas comuns de informação, é uma questão também essencial. A própria qualificação do nosso fundo documental, o próprio aumento, que é uma exigência, obviamente, de actualização que nós temos permanentemente é muito mais fácil faz-la colectivamente entre o que é a cooperação entre o município e a rede escolar.
		P 8: Paulo Fernandes	temos outras componentes, não vão só pelo fundo documental, a componente técnica, é absolutamente essencial, a componente dos programas ligados à dinamização e animação dos diferentes espaços e obviamente, sempre o fomento da leitura como pano de fundo dentro do que são as diferentes linhas, objectivos, é absolutamente essencial
		P11: Teresa Calçada	tenho a ideia que nós precisamos de um espaço nas escolas que não precisa ser muito grande nem muito rico em matéria de todos os documentos daí que eu defendo os catálogos colectivos nessa perspectiva do uso dual, os recursos que um tem e o outro não precisa de ter,
Redes de Cooperação e Partilha	Rentabilização de recursos	P 1: Cândida Brito	Se calhar é por isso que esses países que referiu, são países ricos, e partilham muito mais e poupam muito mais do que nós. É um conceito que fazia todo sentido que se alargasse o resto do mundo, neste caso da Europa.
		P 2: Carla Fernandes	A rentabilização é cada vez mais um imperativo das sociedades modernas, sob pena de termos instalada uma crise permanente. Daí a importância de pensar a agir estrategicamente, de forma a tirar o melhor partido do investimento feito e produzir os outcomes que lhe confirmam sustentabilidade.
		P 4: Cristina Granada	Porque construir dentro da ParquEscolar ou outra realidade que seja, equipamentos com estas características e deixar de parte os que já existem não os rentabilizando seria isso sim, um desperdiçar de recursos.
		P 5: Dina Matos	não precisamos de duplicar, porque é isso que nos fazemos em Portugal, eu tenho, tu tens, ele tem, todos temos, e se o vizinho tem, então se o vizinho tem porque não emprestar, e aí é que se tornam os verdadeiros países ricos, porque nós somos pobres porque se calhar ainda não entramos nessa onda da partilha, eu acho que Portugal, o

			erro está aí, o erro está aí, porque eles são ricos tudo bem, têm dinheiro, mas se construirmos um único espaço e todos partilharmos acabamos depois todos por gerir melhor esse dinheiro e acabamos por ter dinheiro para comprarmos outras coisas.
		P 7: Isabel Marques	não é por acaso que eles são mais desenvolvidos não é, se calhar já fizeram o trabalho de casa vamos chamar-lhe assim, de despertar as pessoas para a importância dos serviços que as bibliotecas prestam, em termos económicos, em termos políticos, em termos sociais, já se fala largamente da literacia económica, eu lembro-me de quando, se falava apenas na literacia enquanto saber ler e escrever e pouco mais. Portanto se eles são desenvolvidos, esses países são mais desenvolvidos que os outros é porque reconhecem também, e sabem quais os caminhos para esse desenvolvimento,
		P 7: Isabel Marques	Para já rentabilizávamos um serviço, que em vez de funcionar nove meses por ano iriam funcionar sempre só teria vantagem de rentabilização de espaço, e do serviços que ela presta, outra vantagem é quanto mais diversificado for o público melhor se tornará o serviço porque também os serviços.
		P10: Sylviane Rigolet	acho que é fundamental unir esforços, homogeneizar a gestão, praticar uma aquisição, organização e disponibilização dos recursos muito rentável, potenciando-os ao máximo. Também julgo necessária uma planificação conjunta das actividades de promoção da leitura, animação dos espaços e eventos culturais de forma a, também aí, rentabilizar recursos, favorecer a elaboração de projectos a longo prazo, ter uma visão abrangente desta forma particular que é a cultura ligada ao livro e à sua “casa”.
		P11: Teresa Calçada	temos um público leitor muito débil, que inclui os professores, com poucos hábitos de trabalhar recursos para além de si próprio, e penso que a biblioteca se pode assumir na escola como um lugar leitor, no sentido do lugar de favorecimento das literacias, onde estão recursos em material digital e material fisicamente lá presentes, onde os professores podem encontrar formas de melhorar as suas competências como professores, as suas capacidades como professores, e de ir buscar a informação mais organizada, suportes que sirvam para as suas aulas, que podem até ir para os quadros digitais, e para ambiente de sala de aula, exportados da biblioteca para lá, quer dizer é a mesma razão que me faz crer professores bibliotecários, partindo do princípio que nós não temos uma cultura de pensar isto articulado, de pensar o currículo articuladamente, não temos tutorias e que então pode favorecer um ambiente de aprendizagem mais conforme às exigências do nosso tempo uma, um lugar na escola que é uma sala de trabalho que tem recursos Plus, (mais), que tem um recurso humano ou dois também mais, e que faz imenso trabalho de ensinar a utilizar recursos.
Redes de Cooperação e Partilha	Utilizadores	P 6: Ilda Lopes	É minha opinião que dado o reduzido número de pais/avós trazem os filhos à Biblioteca Pública antes (e mesmo depois) da idade escolar, a

			<p>importância da Biblioteca Escolar é fundamental neste cenário, com privilegiado acesso e consequente formação de utilizadores para pais, professores e alunos, e toda a comunidade escolar. Enquanto não tivermos Biblioteca Escolar, tentámos a partir das Biblioteca Pública fazer isso, mas sem necessidade de se deslocarem à Biblioteca Pública para deixarem os filhos ou para irem a reuniões, cativar os pais/família não foi fácil... deduzo que embora não seja de toda tarefa fácil, a Biblioteca Escolar tem mais acesso a tudo isto pela proximidade física da escola e a obrigatoriedade dos pais lá se deslocarem, nem que seja para depositar os filhos.</p>
		P 7: Isabel Marques	<p>enquanto utilizadora da biblioteca, enquanto leitora digamos assim, eu tenho o meu direito a usufruir desse serviços, mas se calhar também tenho o direito a poder participar nas áreas em que eu me sinto mais vocacionada para o fazer. Por exemplo, eu enquanto munícipe, de um determinado local, vou à Biblioteca Pública para ler, para requisitar, para consultar à internet, mas dada minha formação académica também posso em termos de voluntariado fazer um voluntariado a nível da promoção da leitura da promoção da literacia digital que é uma área que me é também muito próxima</p>
		P 8: Paulo Fernandes	<p>A partir desta relação, nós hoje temos uma nova geração de utilizadores e utentes da biblioteca que se calhar há uns anos atrás pensávamos que não iríamos ter. Porque, basta ver as taxas de ocupação da biblioteca e que também sentimos nos espaços escolares. Mas eu vejo na biblioteca municipal, vejo de facto o número de leitores, o número de livros emprestados, o número de pessoas que passam anualmente, tem de facto uma taxa de penetração naquilo que é a nossa dimensão é absolutamente extraordinário.</p>
		P 8: Paulo Fernandes	<p>Eu acho que o efeito da participação das pessoas, das pessoas se apropriarem do espaço, as pessoas sejam ao mesmo tempo, digamos, utilizadores mas também sejam exigentes, digamos, enquanto utentes. Por isso o carácter de avaliação permanente, de necessidade de estarmos permanentemente em ouvir, auscultar, temos sistemas que as pessoas deixam as suas sugestões, as suas informações, os seus gostos, os seus pedidos, são lógicas, digamos, de participação cívica muito interessantes e que fazem com que os equipamentos de biblioteca tenham no ponto de vista organizativo, comparado com outro tipo de equipamentos, por assim dizer, um quadro de pessoal, geralmente, muito mais profissionalizado, muito mais ciente, digamos, das funções, muito organizado, muito eficiente e sempre num diálogo directo com muita proximidade com o utente, onde a linha da avaliação, da resposta, geralmente têm percursos muito curtos, muito simples e muito coerentes do ponto de vista daquilo que as pessoas procuram naquele espaço, daquilo que podemos oferecer, e daquilo que aqueles que procuram e aqueles que oferecem, podem fazer em comum para melhorar a vivencia do espaço.</p>
		P 8: Paulo Fernandes	<p>Por isso dentro dessa linha da animação e dos programas de fomento da leitura, as bibliotecas</p>

			hoje podem receber a nível de voluntariado dos mais jovens aos mais adultos, até aos já reformados podem ser de facto activos e essenciais para essa animação e dinamização dos espaços de bibliotecas.
		P10: Sylviane Rigolet	Sim: pedindo mais a opinião dos utentes. Criar projectos, propor iniciativas, elaborar propostas de actividades que correspondam, realmente, às suas expectativas e às suas verdadeiras necessidades parece-me fundamental neste tipo de serviços à comunidade educativa e à comunidade em geral... o que raramente se verifique. Não há suficientes inquéritos feitos a este respeito.
Desafios para a Mudança	Aprendizagem ao Longo da Vida	P 2: Carla Fernandes	Os adultos também estão na escola com as Novas Oportunidades, um público que temos de servir também enquanto biblioteca escolar, se for caso disso. Em suma, a população adulta, dita não escolar, directa ou indirectamente tem ligação à escola. Os pais, os avós, os tios, aproximam-se naturalmente (não todos, mas as pequenas partes; um dia estaremos próximos do todo). Assim, importa cada vez mais incentivar à participação destes elementos em todas as iniciativas que os Grupos de Trabalho Concelhios e as bibliotecas escolares venham a desenvolver tendo em conta o plano de acção traçado. Este é um público que deve ser contemplado destes planos globais (na lógica concelhia) e individuais (de biblioteca).
		P 4: Cristina Granada	No caso de haver oferta alternativa também é bom que a biblioteca escolar se mantenha um espaço da escola precisamente para que ela possa desempenhar essa função de biblioteca escolar, eu creio que não há atropelo não é obrigatório que uma biblioteca escolar, seja só escolar, contudo, pode haver, necessidade desse recato, dessa reserva, para que o que lá esteja, seja reservado precisamente aos jovens em idade escolar, ou aos adultos em idades escolar, porque as nossas escolas, agora com este excelente projecto, porque para mim é um excelente programa das Novas Oportunidades, também servem comunidades de adultos, mas adultos aprendentes, adultos que estudam, portanto, creio que a biblioteca destinada a uma realidade escolar pode abrir as portas, mas é interessante que mantenha o seu objectivo no desenvolvimento dessa comunidade aprendente, jovem, a criança, adulto, porque pode ser de várias gerações.
		P 7: Isabel Marques	alias hoje é recorrente ouvirmos falar na aprendizagem ao longo da vida, e por isso mesmo a coerência na aprendizagem também é fundamental, portanto quando eu falo em bibliotecas, quase nunca me ocorre bibliotecas escolares, bibliotecas públicas, bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas, bibliotecas privadas, ocorre-me apenas a palavra bibliotecas, logo que para qualquer pessoa seja um bom utilizador na bibliotecas tem que haver coerência, tem que haver rede,
		P 8: Paulo Fernandes	é muito importante ter digamos as pessoas com a formação média, e há pessoas que hoje nós chamamos auxiliares, que com formação que tem

			até algumas ate já tem formação muito mais do que a escolaridade obrigatória poderíamos de facto ter aqui um dentro de quadro intermédio que parece-me que sem essa capacidade de reconvertermos ou qualificarmos ou especializarmos se quisermos essas pessoas podemos não ter depois energia suficientes que para um lado ter um grande corpo de auxiliares e depois por assim dizer também a necessidade de começarmos a ter estruturas intermédias
		P11: Teresa Calçada	mas hoje com aprender ao longo da vida com as oportunidades com a formação à noite, de tarde... com os do abandono com tudo isso, mais a Biblioteca Pública tem também papéis nisto ou pode ter se se souber adaptar aos tempos, e assumir-se também como uma plataforma, portanto em conjunto nós não somos mais que uma plataforma que dissemina informação e conhecimento.
		P11: Teresa Calçada	a questão das novas oportunidades, das aprendizagens em meios menos convencionais até agora, utilizem a biblioteca nomeadamente a escolar, tentar que a biblioteca escolar abra uma noite, pelo menos para os alunos irem lá. Pela própria, pelos próprios cursos das oportunidades mas também porque os que frequentam as oportunidades são famílias e portanto nós conseguimos chegar por dois caminhos.
Desafios para a Mudança	Empreendedorismo	P 1: Cândida Brito	parece-me que as escolas são muito mais receptivas ao que é novo, e são muito mais capazes de se adaptarem rapidamente e desenvolver projectos novos,
		P11: Teresa Calçada	Hoje o empreendedorismo é um conceito que tem de entrar na escola e eu penso que estabelecer algumas relações com algumas entidades empregadoras é muito importante. Nós temos de trazer o conceito do trabalho, do emprego para a escola.
Desafios para a Mudança	Impacto Social	P 2: Carla Fernandes	A aproximação entre as diferentes gerações num mesmo espaço é um sinal evidente de oportunidade para alargar os hábitos de leitura na comunidade, para além do estreitamento das relações interpessoais que a componente sócio-afectiva da leitura permite.
		P 4: Cristina Granada	abrir as portas responsabilizando quem entra vai passar a fazer parte de, não entra num espaço que é de outros, passa a entrar num espaço que é seu e ao assumir aquele espaço como seu, passa a respeitá-lo, passa também a ser responsável pela manutenção daquele espaço e a experiência que temos tido aqui em termos biblioteca municipal é que quanto mais deixamos utilizar, e quanto mais gente entra neste espaço mais salvaguardado ele está, mas protegido ele está porque as pessoas que cá vêm utilizar determinados recursos querem voltar a encontrá-los em boas condições quando cá regressarem. Portanto a própria partilha também é o garante da conservação é claro que depois haverá desgaste, é claro que depois haverá avaria, mas qual é a vantagem de ter um equipamento belíssimo, fantástico, e bem equipado de portas fechadas nenhuma para a humanidade, com certeza.
		P 5: Dina Matos	Academia Sénior, que acho que é uma instituição que nós se calhar também é o nosso papel ir ao

			encontro dela, mas ela também se devia abrir mais à comunidade, por exemplo clubes de leitura, nós podíamos criar através deles seja nas bibliotecas escolares porque normalmente os alunos das bibliotecas escolares, ter uma pessoa mais velha, tem uma certa sabedoria, uma certa experiência de vida pode ser engraçado contar aqui na biblioteca municipal.
		P 5: Dina Matos	O estar aberto uma biblioteca escolar no período de férias é sempre uma mais-valia, e o senhor também é o exemplo de uma biblioteca escolar, sua, em Alpedrinha, que ficou aberta num período de férias aberta a comunidade o sucesso que foi além dos meninos não perderem o corte com a biblioteca no tempo de férias, muitas vezes, serve também de ponto de encontro das crianças, além do encontro com os livros podem fazer atelier porque elas não têm que estar sempre a ler, podem fazer ateliers, jogar, outras coisas, as bibliotecas hoje em dia já não são aquele mundos de silêncio onde se entrava, xiu!, nem sequer os pés nos podiam ouvir, agora é uma espaço polivalente.
		P 9: Pedro Cerrillo	socialmente si debería dar más importancia a el mediador, al profesor en general, a toda aquel que ejerce labores mediadoras en lectura, debería tener una consideración mayor, entre comillas, un prestigio social, y eso social traduce mucho más cosas, mayores atenciones, mayores atenciones, mayor reconocimiento.
		P10: Sylviane Rigolet	Todas as áreas ligadas à cultura têm de funcionar fora dos horários habituais de trabalho mais comuns.
		P11: Teresa Calçada	o Plano Nacional de Leitura é um exemplo acabado que se não trabalhamos com as famílias e não conseguirmos que elas compreendam o papel de ir ganhando estas competências leitoras no mundo total das literacias que hoje são exigidas na nossa sociedade, nós continuamos a reproduzir pobreza, portanto nós conseguimos aproximarmo-nos das famílias.
		P11: Teresa Calçada	a função que de certo modo tiveram aqueles livros que passaram a ser vendidos no supermercado as pessoas não entrevam bem numa livraria, porque nunca foram habituadas portanto a livraria tem uma lógica que as pessoas não sabiam mas no supermercado como a parte dos livro reproduz as massas, e o arroz a pimenta e o sal, as pessoas começaram a passar com os carrinhos lá, e os próprios miúdos dizem, leva-me isto, compra-me isso, não sei o quê a Leopoldina, ou qualquer coisas dessas, e eu penso que na escola também pode ser isso, penso e acho por exemplo esse aspecto puder servir para ter os miúdos em certas horas, eles já estão muito tempo na escola, eu sei coitados querem sair, mas situações pontuais organizadas, acho que é fundamental para puderem as pessoas habituar a introduzir no seu léxico nas suas coisas que elas conhecem, sabem o que é uma discoteca, sabem o que é um bar, um supermercado, uma mercearia, uma biblioteca, e isso em si mesmo, é uma mudança.
Desafios para a Mudança	Importância da Formação	P 5: Dina Matos	acho de todo que a formação em Portugal e falo pela minha que seja, nos dê o papel de mediador

			de leitura, quando somos pôs graduados em ciências documentais no ramo de bibliotecas, não ficamos mediadores de leitura, e eu tenho a certeza que há muito boas pessoas que não são técnicos de bibliotecas e são excelentes mediadores de leitura,
		P 8: Paulo Fernandes	Se calhar há aqui um ou outro aspecto que era sempre importante que era por um lado continuar a fomentar a formação de todos os profissionais, manter, de facto, essa chama viva.
		P10: Sylviane Rigolet	Como será fácil deduzir, não existem ainda (no meu conhecimento) formações completas para transmitir este tipo de competências. A especificidade da formação deveria elevar o nível de desempenho.
Desafios para a Mudança	Mudança de atitude/mentalidade	P 1: Cândida Brito	é importante estar atento as experiencias dessas autarquias para daí retirar ensinamentos que é outra coisa que nós temos muitas dificuldades em fazer, que é aprender com os outros a fazer melhor, e essas experiencias certamente que aqui a uns anos nós irão dizer alguma coisa. Mas, eu penso que esse é um dos caminhos no nosso país, é um dos caminhos.
		P 6: Ilda Lopes	As Bibliotecas Públicas. Imagina, são Bibliotecas Públicas e chamamo-las de BM: “Bibliotecas Municipais”! - são da responsabilidade do Ministério da Cultura e da Administração Local, houve em alguns casos grandes resistências entre estes dois poderes.
		P 6: Ilda Lopes	Eu encaro outras formas de cooperação, mas confesso que não estamos habituados a colaborar
		P 7: Isabel Marques	Relacionando, é como as tecnologia antes nós queixávamo-nos, ou as pessoas queixavam-se porque não tinham os recursos, agora têm os recursos, e não os usam, porque se queixam, que não funcionam como queriam, quando funcionarem como queriam, vamos aguardar, para saber então, o que é que vem a seguir. Portanto, as lamentações costumam ser a ordem do dia e não o optimismo para mudança de atitude.
		P10: Sylviane Rigolet	Mas, para trabalhar em rede, não basta instalar softwares actualizados: é preciso mudar mentalidades... e aí reside, ao meu ver, a grande dificuldade, a real e verdadeira barreira. A omnipresença da mentalidade estreita de “capelinha”, a suspeita que o outro possa “roubar ideias”, “copiar iniciativas”, obter louros, arriscando-se então a ficar em 1.º plano, etc., é que constituem objecções nem sempre confessáveis... Formar crianças “mais maleáveis” e jovens mais “permissíveis” às novas influências será por um lado mais fácil e, por outro, mais “justificável” politicamente falando.
		P10: Sylviane Rigolet	As mentalidades, como já o referi; o comodismo (não sair de casa após um dia de trabalho; não trabalhar ao sábado e ao domingo).
		P11: Teresa Calçada	muita da nossa dificuldade venha realmente os professores não terem hábitos de trabalho partilhado, é uma coisa que parece contranatura a profissão de professor, mas realmente repete-se os planos de aula, repete-se a forma de ensinar, repete-se a produção de materiais, e já na própria escola, no mesmo grupo nós verificamos, que estão todos a fazer um barquinho para dar a

			menina do mar ou vice-versa, e isto é uma cultura.
Desafios para a Mudança	Novos desafios	P 1: Cândida Brito	nós temos alguma dificuldade em abordar ou aceitar desafios,
		P 3: Carlos Almeida	Adoptarmos uma atitude proactiva, ou seja, não termos tanto uma atitude reactiva que é andar atrás da coisa mas sermos nós os agentes, a locomotiva sermos nós os líderes nestas mesmas comunidade, e portanto, a ideia aqui como noutras áreas é exactamente adoptar uma atitude proactiva
		P 5: Dina Matos	Se calhar nós todos, se queremos formar uma rede toda. Nós somos todos bibliotecas, não trabalhamos todos para o mesmo fim? promoção da leitura, mediadores de leitura, ter mais utilizadores, etc. Ai se calhar um único, ministério que nos gerisse a todos. Seria o ideal.
		P 7: Isabel Marques	enquanto nós não aceitarmos esse desafio mesmo a sério, todos os outros ficam comprometidos. Porque é muito bom dizer, vamos partilhar, vamos colaborar, mas por trás desses conceitos todos, existe um trabalho que não é visível,
		P11: Teresa Calçada	vir a enquadrar os professores que estão nas bibliotecas das escolas, e a equipe dos bibliotecários numa só equipe, numa só equipe, que até pode ser dual, uma depende duma, uma depende doutra, às vezes nas escolas há umas equipas especiais ou isto ou aquilo que dependem e o próprio PTE, o próprio PTE, porque realmente, hoje nas escolas a equipe PTE e o professor bibliotecário tem que compreender que eles são o Focal Point do fomento, das aprendizagens, das literacias em ligação com os curricula
Desafios para a Mudança	Sentimento de posse	P 1: Cândida Brito	É porque nós achamos que uma coisa é nossa e depois temos muita dificuldade em assumir que pode de ser não só nossa mas de outros, em conjunto e nunca pensamos nas vantagens que daí advêm, temos alguma dificuldade nisso, mas isso é uma questão cultural também e que nunca se investiu se calhar muito nessa alteração de mentalidades pelos menos a partir do 25 de Abril, fazia todo o sentido que se investisse mas infelizmente isso não aconteceu.
		P 2: Carla Fernandes	O problema da posse dos documentos deixa de fazer sentido quando estiverem criados os catálogos colectivos das bibliotecas, que permitirão encarar a colecção como um conjunto de recursos ao serviço de todos.
		P 3: Carlos Almeida	ainda não temos uma cultura interiorizada no sentido de que os bens que uma escola possa ter são bens que devem ser colocados a disponibilidade da comunidade, nós não somos detentores não somos donos destes bens. Aquilo que nos é exigido, e é aquilo que me é exigido particularmente a mim como responsável máximo deste agrupamento é dispor dos meios que eu tenho em prol em primeiro lugar dos alunos obviamente daquelas pessoas que aqui trabalhem que exercem aqui a sua profissão, mas também em prol da comunidade.
		P 5: Dina Matos	Mas isso é uma questão de mentalidades, e as mentalidades demoram a evoluir no tempo, demoram. E então Portugal é um país que às vezes demora cinquenta anos a mudar as suas mentalidades. Mas têm de haver pessoas que se calhar façam teses, que digam que isto pode ser

			possível mudar, e que afinal não é assim tão difícil, depois essa posse acaba por se posse, de nós todos. E se calhar em vez de possuímos apenas uma cadeira, passamos a possuir vinte cadeiras, mais vinte quadros, mais em vez de ser cinquenta livros, mil livros. E somos todos posse.
		P 7: Isabel Marques	Esse sentimento de posse, implica uma mudança de mentalidades, que é difícil, e muito mais do que difícil é muito morosa. Porque não nos podemos esquecer que a tradição até aqui tem sido esse sentimento de posse, e é muito difícil fazer-se ver às pessoas que têm que mudar. E já, não vou falar na parte financeira e tomada de decisão, eu vou falar isso seria muito mais complexo,
		P11: Teresa Calçada	o caminho tem que ser cultural, temos que contrariar essa ideia da posse
		P11: Teresa Calçada	por exemplo os livros do PNL, com uma utilização inferior a que deviam, porque as pessoas não pensam na utilização, pensam na propriedade
Desafios para a Mudança	TIC/PTE	P 8: Paulo Fernandes	Hoje, se pensarmos, que evidentemente grande parte da nossa população pode não viver na cidade, temos uma grande pulverização de pessoas, temos muitos alunos, que são de diferentes das áreas mais rurais, em que não justifica de facto termos em cada local uma biblioteca como é obvio ou uma escola de leitura, mas temos que encontrar a mobilidade dos recursos, por isso os princípios com a biblioteca itinerante os princípios como são as plataformas de informação, digitalização são áreas de comunicação, as tecnologias de informação e comunicação, e por outro lado a mobilidade dos recursos, sejam os humanos, sejam os recursos físicos
		P10: Sylviane Rigolet	Sendo as BE apetrechadas de computadores, o trabalho em rede tornou-se numa evidência; assim, rapidamente as escolas se aperceberam da urgente necessidade de unirem esforços e de copiarem os bons exemplos, de aplicarem as estratégias que tinham dado resultados positivos.
		P11: Teresa Calçada	hoje nas escolas a equipe PTE e o professor bibliotecário tem que compreender que eles são o Focal Point do fomento, das aprendizagens, das literacias em ligação com os currícula
Desafios para a Mudança	Valorização do Professor Bibliotecário	P 1: Cândida Brito	Rede de Bibliotecas Escolares foi dando os passos com alguma prudência mas bem dados, até chegar o ano lectivo anterior e conseguir a nomeação dos professores bibliotecários e isso é fundamental, porque se dedicou a tempo inteiro a uma política que é necessário para os agrupamentos e que exige essa dedicação integral, e permite lá está fazer o tal trabalho de articulação e de parceria dentro do próprio agrupamento, que é muito importante porque dentro das próprias escolas é preciso mudar cabeças e fazer uma melhor articulação depois com o exterior e com o resto da comunidade.
		P 3: Carlos almeida	a criação do professor bibliotecário é uma mais-valia para qualquer escola, é indiscutivelmente também um valor acrescentado porque permite também mobilizar um conjunto de recursos e dinamizar a escola ou neste caso o agrupamento, e não é por acaso, que também esta figura deve ter assento em determinados órgão de topo de um

			escola, nomeadamente estou a pensar no Conselho Pedagógico.
		P 4: Cristina Granada	ter um professor bibliotecário tem variadíssimas vantagens, por um lado ao ser professor, é um pedagogo, está relacionado com esse espaço do ensinar e do aprender, porque não consigo dissociar ensino de aprendizagem, por muita vontade que tenha de ensinar, se o outro não tiver vontade de aprender, não terá valido de nada o esforço de ensinar, então o professor sabe o que é a relação entre o ensino e da aprendizagem, o bibliotecário sabe o que é tirar proveito do recurso material, ou imaterial de que dispõe precisamente na biblioteca. Conhecerá estratégias, conhecerá actividades, conhecerá mecanismos, para tirar o maior proveito de tudo que tem a sua disposição e fazer com que aqueles que lá vão o possam aproveitar da melhor forma, isso o ideal era mesmo que um professor, ou uma professora, já agora permita-me também o uso no feminino, possa rentabilizar da melhor forma o espaço biblioteca isso sim, creio que seria o ideal
		P 5: Dina Matos	o professor bibliotecário acho que é uma mais-valia para a escola, é uma mais-valia para o concelho onde está inserido, nós bibliotecários municipais sentimos que não somos os únicos com esta alcunha de bibliotecário de dono de biblioteca, e acho que os professores nas escolas tem muita mais consciência do trabalho que se faz na biblioteca da promoção que se faz do desenvolvimento das literacias, na promoção de novas actividades. Sem dúvida foi uma mais-valia que a rede criou, ao institucionalizar o Professor Bibliotecário. Não acho que seja, um professor para estar no gabinete, fechado a tratar de papéis, mas sim um professor, que sai para o terreno, que vê as dificuldades mas, que também promove actividades, faz troca de parcerias e sim acho que é verdadeira profissão de professor bibliotecário.
		P 9: Pedro Cerrillo	Yo creo que la función de lo bibliotecario escolar, si no si opta por lo bibliotecario profesional como una formación específica en todo que es la promoción y animación lecturas debería ser un profesor a que se forme complementariamente para los aspectos de que carecen su formación de profesor, específicamente bibliotecario. Yo pienso que ese camino o más práctico, pero aquí en España aún hay mucha polémica sobre ese tema, no está resultado.
		P10: Sylviane Rigolet	À partida, a institucionalização desta figura constitui uma vantagem criando uma certa estabilidade e assegurando continuidade. Mas a medalha tem sempre duas faces: quais os critérios de selecção destas “figuras”, qual o rigor da sua idoneidade, quais as garantias do seu sucesso e envolvimento pessoal?
Factores político económicos	Factores financeiros	P 5: Dina Matos	Plano Nacional de Leitura, que foi um bom exemplo, está a resultar bem, todos estamos a trabalhar em conjunto, porque não pegar, se está a dar resultado vamos pegar nisso, é que estão três Ministérios a trabalhar para o mesmo depois se calhar até tirar algumas verbas um dos outros enquanto podíamos ter um bolo e que era

			distribuído aqui estão as bibliotecas municipais em parcerias com as bibliotecas escolares, e com as bibliotecas públicas e as bibliotecas universitárias.
		P 5: Dina Matos	a DGLB comparticipa a 50%, só que muitas vezes os anos passam e o dinheiro da DGLB nunca chega aos municípios e quando o estado é mau pagador,
		P 6: Ilda Lopes	há muitas BIBLIOTECAS PÚBLICAS abertas ao público “fora de horas”? Porque será? Quem quer assegurar a abertura da biblioteca ao domingo? E mesmo ao sábado? E as horas extra quem as paga? E se se folga em vez de receber as horas extra ou porque se trabalhou ao domingo, quem assegura a abertura enquanto os outros folgam? É justo em termos de gestão de recursos humanos trocar um sábado por uma segunda?
		P 7: Isabel Marques	“não sendo em regime de voluntário, teríamos os obstáculos financeiros”
Factores político económicos	Factores políticos de sucesso	P 1: Cândida Brito	Em primeiro lugar deve ter sido uma vontade política
		P 1: Cândida Brito	depois uma estrutura que se criou dentro do ministério da educação e que teve a frente uma pessoa dinâmica e capaz de desenvolver este tipo de trabalho de ir aos poucos institucionalizando digamos assim as Bibliotecas Escolares, a Dr. ^a Teresa Calçada sempre foi capaz de juntar esforços e vontades para que as Biblioteca Escolares se integrassem na rede nacional e portanto começassem a ter outro tipo de organização e de meios
		P 2: Carla Fernandes	capacidade empreendedora do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, que, desde 1996, com uma equipa encabeçada pela Dr. ^a Isabel Veiga, actual Ministra da Educação, e continuada, de forma absolutamente entusiasmante e entusiasmada, pela Dr. ^a Teresa Calçada, coordenadora do Programa RBE, tem norteado a sua acção para o alargamento da rede em todo o território, desiderato que foi alcançado com a Candidatura RBE 2008, que permitiu a integração de todas as escolas básicas, sede de agrupamento, e escolas secundárias,
		P 3: Carlos Almeida	vejo esta questão das redes de bibliotecas escolares como mais uma estratégia com o intuito de colmatar algumas daquelas que são as lacunas do nosso sistema educativo português. E portanto a rede de bibliotecas escolares é um dos instrumentos privilegiados para fazer face às lacunas que os nossos alunos apresentam em estudos de âmbito internacional.
		P 5: Dina Matos	facto da doutora Teresa Calçada estar no início da rede e manter-se até hoje, eu acho é sem dúvida uma mais-valia para vocês estarem no patamar em que estão, apesar de ter sido um grupo a criar a rede de bibliotecas escolares, não foi sem ela, o professor António Calixto, etc. Ela como chefe, como linha orientadora, sim é uma mais-valia para vocês hoje conseguirem estar no patamar que estão.
		P 6: Ilda Lopes	O aparelho por detrás das Biblioteca Escolar é bastante organizado e com muita qualidade, e vamos ser honestos, com melhores fundos (económicos).
		P11: Teresa	eu acho até que num certo sentido podíamos ter

		Calçada	chegado a este objectivo mais cedo mas nós tentámos sempre conciliar esta extensão com o reforço dos recursos humanos e isso foi-nos levando a trabalhar, o prato da formação, e da, de dar competências aos professores, a passo com o estender geograficamente a rede, e quer dizer uma década deu para fazer isso, porque realmente tínhamos isto como projecto estava delineado assim, há aqui uma matriz que vem da maneira como a rede foi pensada, mas também porque diga-se, por um lado houve adesão das escolas, dos professores, das direcções regionais, nós tivemos boa aceitação do público-alvo, e por outro lado mesmo a nível de decisão política, nunca tivemos grandes constrangimentos, sempre o nosso programa, foi conquistando, umas vezes mais dinheiro outras vezes menos, conforme a conjuntura, mas nunca, tivemos anos 0, anos sem dinheiro, anos em que não pudéssemos expandirmos, por isso ao fim, deste tempo chegámos ao território nacional.
		P11: Teresa Calçada	visto assim acho que se pode entrar como um dos aspectos que contribuiu para a rede se estender, e ser reconhecida como rede, o facto de não só eu ser sempre a coordenadora mas como a própria equipe não se ter desmanchado, muito, e isto ligando com o poder político que foram muitos, os ministros, e até, de governos de orientações política diferente, que contribuíram para essa estabilidade reconhecendo sempre uma independência dos princípios de orientação do modo de trabalho, como outras questões que o caso não vinham, mas é verdade.
Factores politico económicos	Factores políticos de insucesso	P 6: Ilda Lopes	As Bibliotecas Públicas sofrem um pouco devido ao poder político, pois é inevitável a tomada de posições...
		P 6: Ilda Lopes	Bom, eu podia aqui levantar muitas questões, a falta de fundos do Ministério da Cultura, alguma falta de “poder” do IPLB, hoje DGLB em relação às autarquias locais, o público real e potencial é muito mais difícil de cativar
		P 9: Pedro Cerrillo	Pero yo creo que no hay habido implicación de los ayuntamientos, no hay habido deseo de los ayuntamientos de de las abrir al público, eso sería fundamental, si que la biblioteca de un colegio, al cerrar el colegio estuviera abierta a todo el público dese bario eso sería fundamental. Eso intente yo hacerlo cuando fue concejal deista ciudad hace 30 años. Pero no me dejaran.
		P 9: Pedro Cerrillo	En lo caso español tiene que ver más con la gestión de los recursos humanos. Y también porque las mismas instituciones no están gobernadas por los mismos partidos, como ocurre aquí, los colegios dependen da administración regional que está gobernada por PSCOE y las bibliotecas municipales dependen del ayuntamiento que está gobernado por el PP, no hay acuerdos para poder trabajar en ese concepto de la biblioteca dúplice
		P 9: Pedro Cerrillo	Un concepto que creo que los políticos lo tienen absolutamente equivocados, porque creo que en general los políticos les interesan muy poco la lectura, si interesarán más las intervenciones seria otras. No averíamos tenido señas de plano nacional de la lectura muy poco eficaces y muy

			poco visibles.
		P11: Teresa Calçada	O ministério da cultura dá dinheiro a fundo perdido, contribui com dinheiro para os municípios, mas não é proprietário, e portanto muitos dos aspectos da organização de funcionamento respeitam às autarquias sem que tenha havido até agora infelizmente uma norma das bibliotecas. Eu acho que tem sido uma lacuna gravíssima para o percurso das públicas, e não só, mas das públicas em particular, não haver uma norma que traz aos autarcas uma certa liberdade para fazerem um pouco à medida do que entendem administrar, e que sem tem reflectido muitas vezes em mau trabalho do ponto de vista das públicas, depois com a falta de dinheiro, e as públicas são muito caras, houve momentos em que o ministério não conseguiu acompanhar a vontade das autarquias de fazer bibliotecas, o que veio a também trazer uma grande diminuição das candidaturas,
Factores politico económicos	Limitações Autarquias	P 1: Cândida Brito	não quer dizer que não há autarquias muito dinâmicas e que nós conhecemos alguns exemplos ao nível do país, mas noutras autarquias falta a dinâmica nomeadamente do vereador da educação ou da cultura para poder imprimir esse tipo de trabalho ao nível das bibliotecas, por isso talvez ainda as bibliotecas municipais estejam um passo atrás das Bibliotecas Escolares.
		P 2: Carla Fernandes	Ao avançar com este empreendimento, as autarquias, muitas vezes com orçamentos escassos, fazem um imenso esforço financeiro. Este esforço, sabemos nós que é frutífero e fundamental para a elevação do potencial humano a nível local, nomeadamente no que à aquisição das competências literácicas diz respeito. Contudo, algumas vezes colocam-se aos autarcas outras prioridades mais palpáveis e objectivas que vão relegando estas questões para segundo plano, designadamente se o nível cultural que possui não lhe permite alcançar a dimensão desta substância.
		P 4: Cristina Granada	As bibliotecas públicas não são, ou não tem tido o mesmo desenvolvimento, ou não tido o desenvolvimento a escala do que tem sido a realidade das bibliotecas escolares, porque, pertencem, como dizia a pouquinho, a diversas outras instituição, a diversos outros financiadores, a diversas outras capacidades, de captar o investimento, para que elas se tornem uma realidade.
		P 8: Paulo Fernandes	Em primeiro lugar os equipamentos de bibliotecas públicas a rede de bibliotecas públicas, é uma rede que tem um caderno de encargos muito estruturado, muito exigente, o que faz que nem todos os municípios podem ter escala, escala necessária e suficiente para ter uma biblioteca nível 2, já nem me refiro a uma biblioteca nível 1, porque ela também corresponde a rácios de população muito elevados e que não correspondem a mais de 2/3 do que são as realidades dos municípios portugueses.
		P11: Teresa Calçada	O ministério da cultura dá dinheiro a fundo perdido, contribui com dinheiro para os municípios, mas não é proprietário, e portanto muitos dos aspectos da organização de funcionamento respeitam às autarquias sem que

			tenha havido até agora infelizmente uma norma das bibliotecas. Eu acho que tem sido uma lacuna gravíssima para o percurso das públicas, e não só, mas das públicas em particular, não haver uma norma que traz aos autarcas uma certa liberdade para fazerem um pouco à medida do que entendem administrar, e que sem tem reflectido muitas vezes em mau trabalho do ponto de vista das públicas, depois com a falta de dinheiro, e as públicas são muito caras, houve momentos em que o ministério não conseguiu acompanhar a vontade das autarquias de fazer bibliotecas, o que veio a também trazer uma grande diminuição das candidaturas,
		P11: Teresa Calçada	o facto de para municípios muitos pequenos, de dimensão muito pequena a partir da experiência da rede de leitura pública se dever porventura ter ajustado um programa para aquelas bibliotecas, ou melhor, para aqueles concelhos, que acabaram por revelar falta de condição, para aceder a fundos na área da cultura ou que não souberam ou não puderam priorizar na biblioteca, como um equipamento muito exigente, em termos financeiros e de manutenção
Promoção da Leitura	A construção do leitor	P 2: Carla Fernandes	Já ninguém tem dúvida de que o leitor se faz desde o berço, ou ainda antes, e portanto, a criança, quando acompanhada das melhores estratégias nos diferentes contextos da sua vivência experiencial (família, meio local e escola), tende a evoluir enquadrado por diferentes variáveis de oferta que conduzem ao acto de ler e a construir-se como praticante autónomo de leituras. As actividades de promoção da leitura (digo promoção e não animação) pensadas e articuladas com as escolas, em jeito de complementaridade e também do alcance de uma maior diversidade contribuirão, sem dúvida, para termos um público adulto utilizador assíduo de uma biblioteca municipal.
		P 5: Dina Matos	os meninos quando tem contacto precoce com os livros tornam-se excelentes leitores
		P 6: Ilda Lopes	Uma coordenação e cooperação parece-me fundamental, de uma forma abrangente servimos a mesma comunidade, pois apesar de termos funções diferentes - por isso é coexistem - mas ambas caminham para o mesmo fim: formar leitores para a vida.
		P 7: Isabel Marques	os leitores começam-se a formar na barriga da mãe, e depois na escola e depois na Biblioteca Pública em simultâneo com as bibliotecas universitárias
		P 7: Isabel Marques	papel das bibliotecas na formação dos alunos enquanto leitores enquanto cidadãos activos, e numa sociedade de informação em que vivemos hoje em dia é necessário cada vez mais, dotá-los das competências necessárias para que saibam usar e tratar essa informação e mais do que isso do seu próprio conhecimento.
		P11: Teresa Calçada	Pensássemos como é que elas podem em conjunto fazer leitores para ambos, e não se acantonar cada uma a pensar que somos concorrentes uns dos outros, porque somos concorrentes, lamentavelmente no pior dos sentidos, é porque nenhuma faz leitores, e nós devíamos ser concorrentes a fazer leitores, e não encostamo-

			nos,
Promoção da Leitura	Implementação do PNL	P 1: Cândida Brito	o Plano Nacional de Leitura para mim foi das boas medidas tomadas até hoje
		P 2: Carla Fernandes	O Plano Nacional de Leitura surgiu com essa característica intrínseca, uma vez que o protocolo firmado com as Câmaras Municipais prevê um investimento equitativo.
		P 3: Carlos Almeida	se houve alguma coisa alguma ideia que valeu a pena nos últimos anos claramente e a ter necessidade puxar por três ou quatro ideias uma dessas ideias é exactamente o Plano Nacional de Leitura. Os benefícios e os resultados que se vão conseguir obter, não são imediatos, eles não são visíveis no médio ou no curto prazo. Mas ainda assim a minha convicção que vamos gradualmente e de forma lenta e paulatinamente começar adquirir hábitos de leitura junto das nossas populações mais jovens e este é um bem que não é mensurável é um bem que seguramente irá por um lado enriquecer as gerações vindouras mas por outro lado também trará benefícios claros ao nosso país.
		P 5: Dina Matos	o Plano Nacional de Leitura, se calhar veio da r o empurrão que nós Bibliotecas públicas e eu só posso falar do concelho do fundão, o empurrão para nós voltarmos e olharmos para o lado e dizermos que temos bibliotecas escolares que funcionam muito bem mas que todos funcionaríamos melhor se fizermos essas parcerias, desde a troca de fundo documental, e para mim eu acho que essa troca de recursos humanos iria ser o supra sumo porque essa troca de ideias de como vocês trabalham de como nós trabalhamos pode dar ideias novas.
		P 7: Isabel Marques	uma das coisas que eu acho fundamental, a nível de PNL é uma política de aquisição de obras concelhia, pelo menos. E parece-me que após estes anos de implementação de PNL, ainda há algumas deficiências a esse nível que era importante rentabilizar, porque em termos de económicos, e mais uma vez referindo a situação em que vivemos, cada vez é mais importante a gestão financeira, dos nossos recursos e haver esse trabalho de pareceria, até que o trabalho de uns irá complementar outros e enriquecer a disponibilidade de títulos para leitura.
		P10: Sylviane Rigolet	A ideia primeira e a sua concepção foram feitos dignos de nota. Como qualquer empreendimento humano, evidencia algumas falhas, por ex. no “catálogo”(mais parecido com uma listagem) extensivo e pouco cuidado em termos de apresentação/sinopse/ evidenciando uma certa falta de critérios na selecção das obras e na sua adequação para uma “idade” quando se deveria falar de “nível de desenvolvimento”, não só leitor como global alcançado. Também nem sempre a atribuição do famoso carimbo “LER+” me parece justificável, sendo os critérios que presidam à sua atribuição desconhecidos da maioria de nós...Quanto ao fomento de parceria, BM/BE, é um dos caminhos possíveis, mas tudo não pode se limitar a esta possibilidade.
		P11: Teresa	o Plano Nacional de Leitura é um exemplo acabado

		Calçada	que se não trabalhamos com as famílias e não conseguirmos que elas compreendam o papel de ir ganhando estas competências leitoras no mundo total das literacias que hoje são exigidas na nossa sociedade, nós continuamos a reproduzir pobreza, portanto nós conseguimos aproximarmo-nos das famílias.
		P11: Teresa Calçada	por exemplo os livros do PNL, com uma utilização inferior a que deviam, porque as pessoas não pensam na utilização, pensam na propriedade
Promoção da Leitura	Mediação da leitura	P 5: Dina Matos	Ser mediador de leitura é mais que isso, ser mediador de leitura é fazer isso, é fazer partilha de livros, e criar clubes de leitura, é fazer sugestões de livros e acima de tudo também. Eu acima de tudo acho que faço esse papel de mediador de leitura aqui na biblioteca municipal não é na hora do conto é quando estou as vezes na sala de adultos, e que faço sugestões de leitura que critico e dou a minha opinião sobre este ou aquele livro, levo as pessoas a ler ou a não ler e promovo essas leituras com as pessoas, aí eu acho que é o verdadeiro papel de leitura, não é só a hora do conto.
		P 6: Ilda lopes	Mediador de leitura: todos os indivíduos de uma comunidade, todos os que contribuem para espalhar o gosto pela audição/leitura de histórias.
		P 9: Pedro Cerrillo	Es muy importante pero le tienen que dar las instituciones importancia. Si las instituciones no le dan importancia, su labor no vaya a ser tan importante. Su labor es muy importante pero hay que darle medios, hay que darle formación, hay que darle poder, en lo bon sentido de la palabra, y todo eso en muchas ocasiones no si da.
		P 9: Pedro Cerrillo	Yo creo que la básica es, el que primara, lo que es más importante que es la promoción de la lectura por encima de las ideas políticas, incluso de los propios programas políticos.
		P10: Sylviane Rigolet	É complexo e muito diversificado, variando conforme os públicos, os tipos de obras mediadas, os objectivos pretendidos (os a alcançar). Conhecer a fundo o objecto livro (ilustração - grafismo - linguagem - partes e significados...), seleccionar obras, preparar as leituras, dominar e aplicar as estratégias de leitura em voz alta, controlar a postura corporal, distinguir entre o ler e o contar para alcançar diversos objectivos, prever projectos de animação abrangente, saber liderar um grupo, adequar a decoração da sala e a colocação do público, gerir a promoção das obras, respeitar os ritmos individuais, as escolhas, a alternância entre intervenção e intimidade com o livro...constituem algumas das áreas de competências a trabalhar.
Promoção da Leitura	Papel da Família como mediadora de leitura	P 1: Cândida Brito	há famílias que assumem isso muito bem, mas outros terão até grandes dificuldades em o fazerem, mas aí também estamos nós para apoiar, seria uma partilha de meios que era interessante
		P 3: Carlos Almeida	A família é determinante, é determinante, se a escola é essencial, a família é determinante, é na família é no seio da família que se incute muito destes hábitos. Isto, passa pelo exemplo, se o meu pai e a minha mãe lerem com muito regularidade, a probabilidade do filho ler com muita regularidade é muito elevada. Portanto a família têm aqui um papel extremamente importante,

		P 4: Cristina Granada	o Ler a Dois é para meninos que já tem alguma capacidade de leitura do primeiro ciclo, e o Ler com Colo é para os pequeninos a partir dos três meses de idade, que é a idade em que as crianças vão para as creches, ou enfim. A partir do momento em que os pais ou encarregados de educação quiserem trazer. Pontualmente uma vez por mês, alternadamente de quinze em quinze dias, cada uma destas realidades. Os pais ou os encarregados de educação podem não ser pais, podem ser avós, podem ser tios, enfim, quem estiver a cuidar da criança, traz a criança, no ler a dois partilha a história com a criança, no ler com colo a mesma coisa, só que a criança fica sentada ao colo, que é muito mais prático e acrescentamos aqui, ao espaço biblioteca, ao espaço do livro, ao espaço da história, ao espaço do desfruto do conto, acrescentamos o afecto, acrescentamos o espaço da família, o espaço do encontro intergeracional, e a biblioteca ganha mais uma dimensão.
		P 5: Dina Matos	Essa acho que essa devia ser a base, a base de tudo, há pessoas que dizem e isso está mais que comprovado, os meninos quando tem contacto precoce com os livros tornam-se excelentes leitores, temos o exemplo do PNL vai buscar os hospitais, os serviços de pediatria, Ler + dá saúde quando é o médico, quando é o Sr. Doutor a dizer ao pai de uma criança que ler mais desde o início lhe torna uma criança mais activa um cidadão mais activo, que entende melhor. Claro que os pais aí, isso está mais que provado, desde o início os meninos estão com contacto com o livro tornam-se melhores cidadãos e melhores mediadores de leitura. E a família desde o início que deve inculcar sempre isso.
		P 6: Ilda Lopes	A família devia ser a primeira mediadora da leitura, conta com o espaço privilegiado dos afectos, da sede de aprender, da total confiança e disponibilidade.
		P 9: Pedro Cerrillo	Yo creo que no. Pero en parte también porque no hay una implicación directa de las instituciones porque en Gran Bretaña un plan de lectura muy importante donde sí, tuve programas específicos que afectaban a la intervención lectura de las familias. Ahora aquí en España no había un solo programa con intervención de las familias
		P10: Sylviane Rigolet	Deve ser ajudada neste sentido: da escolha de livros, às principais estratégias a aplicar para cada caso e situação. É por isso que criei projectos de bebetecas que ajudem os pais a compreender melhor o livro em si, os níveis de desenvolvimento leitor, as estratégias mais adequadas em cada um, as formas de explorar os diversos tipos de obras, etc.

Anexo 4 - Planta da BECRE da Escola Serra da Gardunha - Fundão



Anexo 5 - Registo Fotográfico

Fotografia 1 - Zona de atendimento/ Área de acolhimento da BECRE.



Fotografia 2- Zona de Pesquisa e computadores com acesso à Internet.



Fotografia 3- Zona de Leitura Informal. Estantes organizadas segundo as Classes da CDU.



Fotografia 4- Baús com conjunto de obras recomendadas pelo PNL.



Fotografia 5- Zona polivalente. Encontro com o autor Luís Carlos.



Fotografia 6 - Inauguração da Biblioteca Escolar de Alpedrinha.



Fotografia 7 - Actividade de Hora do conto entre as crianças.



Fotografia 8 - Visitas realizadas pelo grupo a vários profissionais em Alpedrinha.



Fotografia 9 - Visita do grupo ao património local - Picadeiro e fonte manuelina.



Fotografia 10 - Actividades de expressão plástica.



Fotografia 11 - Pinturas faciais.



Fotografia 12 - Momento da realizar requisições e empréstimos domiciliários.



Fotografia 13- Actividades dinamizadas pelos Encarregados de Educação.



Fotografia 14 - Actividades de Ilustração após a audição de uma história.



Fotografia 15 - Visita de membros da comunidade local ao espaço da Biblioteca.



Fotografia 16 - Actividade dinamizada pelo Professor Amílcar Martins e Adelaide Vilela.



Fotografia 17 - Actividade de ilustração com a participação de Encarregados de Educação.



Fotografia 18 - Actividade de conto com a participação de Encarregados de Educação.



Anexo 6 - Protocolo de Cooperação da Rede de Bibliotecas do Fundão



Município do Fundão

Rede Bibliotecas do Concelho do Fundão

Protocolo de cooperação

O Acordo de Cooperação celebrado pelo Ministério da Educação, Direcção Regional de Educação Centro, Autarquia e Escolas do concelho do Fundão, no âmbito da criação/desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Escolares de incidência concelhia, tem como um dos seus objectivos o incentivo à cooperação entre as diferentes escolas e/ou bibliotecas escolares, no quadro de cada Agrupamento, a nível local e com a Biblioteca Municipal, no sentido de proporcionar o acesso tão alargado quanto possível dos recursos de informação às escolas e alunos dos diferentes graus de ensino, num quadro de gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

Por outro lado, Escolas/Agrupamentos e Câmara Municipal comprometeram-se no apoio ao desenvolvimento das bibliotecas escolares, garantindo o seu funcionamento e a actualização das colecções, cabendo ainda à Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade acompanhar os processos de selecção, aquisição e apoio ao tratamento dos fundos documentais, numa perspectiva de potenciar os recursos a nível local e assegurar o apoio técnico às bibliotecas escolares.

Tendo em conta os compromissos referidos, é criado o **Grupo de Trabalho Concelhio para as Bibliotecas**, a quem compete a operacionalização dos princípios e objectivos enunciados, definindo as regras e procedimentos necessários à sua implementação.

Assim, a **Câmara Municipal do Fundão** e a **Escola Secundária do Fundão**, os Agrupamentos de Escolas **João Franco**, **Serra da Gardunha** e **Terras de Xisto** estabelecem entre si o presente Protocolo de Cooperação, que se concretiza nas linhas orientadoras definidas no regulamento seguinte:

Bibliotecas Escolares e Municipal do Concelho do Fundão

Regulamento

1. Constituição

1.1 O Grupo de Trabalho – bibliotecas escolares e municipal do concelho do Fundão é constituído pelos coordenadores das bibliotecas dos estabelecimentos de ensino públicos e privados e pela Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade:

- Escola Secundária c/ 3º CEB do Fundão
- Agrupamento João Franco;
- Agrupamento Serra da Gardunha
- Agrupamento Terras de Xisto

2. Objectivos

- 2.1 Criação e gestão de projectos de intervenção e cooperação na área das bibliotecas;
- 2.2 Desenvolvimento de actividades de formação e autoformação nos domínios da biblioteconomia, animação e promoção da leitura, em colaboração com as escolas, Biblioteca Municipal e o Centro de Formação Concelhio do Fundão;
- 2.3 Promover e estreitar a ligação entre as diferentes parcerias locais: Associações de Pais, Associações de estudantes, juntas de freguesia, Câmara Municipal do Fundão, Biblioteca Municipal e outros parceiros tido por convenientes na prossecução dos objectivos do Grupo de Trabalho;
- 2.4 Fomentar a ligação interescolas dos vários graus de ensino e potencializar recursos através da partilha e cooperação;
- 2.5 Promover a troca de experiências, entre os seus membros, no âmbito da organização, gestão, animação e dinamização das bibliotecas;
- 2.6 Divulgação de actividades do Grupo de Trabalho através dos meios considerados pertinentes, através da organização/participação de/em encontros, seminários e acções de formação.

3. Da organização

- 3.1 A actividade do Grupo de Trabalho é assegurada rotativamente por um coordenador, cujo mandato tem a duração de um ano lectivo.
- 3.2 O grupo de Trabalho reunirá ordinariamente duas vezes por período lectivo e, extraordinariamente, sempre que o desenvolvimento dos trabalhos o exija.
- 3.2.1. A convocatória das reuniões será remetida aos órgãos de gestão das escolas com conhecimento aos coordenadores das bibliotecas escolares.
- 3.2.2. As actas das reuniões do Grupo de trabalho serão enviadas para todas as entidades envolvidas.

4. Competências

- 4.1 Decidir sobre as orientações gerais para as suas actividades;
- 4.2 Elaboração e aprovação dos planos e relatórios anuais das actividades promovidas em conjunto;
- 4.3 Estabelecer a ligação entre as bibliotecas escolares e municipal nas seguintes áreas:
 - promoção do livro e da leitura;
 - gestão documental - apoio técnico, manual de procedimentos e desenvolvimento concertado de instrumentos de pesquisa da informação;
 - empréstimo interbibliotecas.

5. Deveres dos membros

- 5.1 Os representantes dos agrupamentos/escolas, deverão dar conhecimento à instituição das deliberações tomadas; bem como proceder à sua divulgação junto das comunidades escolar e educativa.
- 5.2 Estar presente ou fazer-se representar nas reuniões para que for convocado.

6. Casos omissos

- 6.1 Os casos omissos no presente regulamento deverão ser decididos em reunião do Grupo de Trabalho.

O presente Protocolo entra em vigor a partir da data da sua assinatura

Fundão em 31 de Janeiro de 2008

Assinaturas:

Câmara Municipal do Fundão

Dr. Paulo Fernandes

(Vereador do Pelouro da Cultura)

Dr. Henrique Dias

(Vereador do Pelouro da Educação)

Centro de Formação Concelhio do Fundão

Maria Teresa Gadanhos Oliveira Felix
(O Director do Centro Formação)

Escola Secundária com 3º CEB do Fundão

Jacquina Maria da Silva Guedes
(O Presidente do Conselho Executivo)

Agrupamento de Escolas João Franco

Maria Teresa Gadanhos Oliveira Felix
(A Presidente do Conselho Executivo)

Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha

Felicidade da Silva
(A Presidente do Conselho Executivo)

Agrupamento de Escolas Terras de Xisto

Juliana
(O Presidente do Conselho Executivo)

Anexo 7 - Regulamento de Cooperação das Bibliotecas do Fundão

A Rede de Bibliotecas do Fundão, adiante designada RBF, foi criada por protocolo assinado entre a Câmara Municipal do Fundão, os Agrupamentos de Escolas João Franco, Serra da Gardunha, Terras de Xisto e Escola Secundária do Fundão, em _____ e integra o Catálogo Colectivo das Bibliotecas do Fundão.

Considerando a necessidade de regular a relação entre as escolas cooperantes e a sua participação activa na RBF é estabelecido o seguinte Regulamento de Cooperação:

Capítulo I

Da Natureza, Objecto e Objectivos da RBF

Artigo 1º

Natureza

A RBF define-se como uma estrutura de cooperação aberta à livre participação de todas as Bibliotecas Escolares (BE) do concelho do Fundão, visando o fomento de uma política coordenada de aquisições, a compatibilização e a troca de informação bibliográfica e a dinamização do empréstimo interbibliotecas, assente na observância de princípios técnicos (biblioteconómicos e informáticos) uniformizados, através de uma plataforma tecnológica com o seguinte endereço: www._____.pt

Artigo 2º

Objecto

O presente regulamento define as normas gerais de organização e de funcionamento da cooperação na RBF.

Artigo 3º

Objectivos

São objectivos da RBF:

Constituir e manter online o Catálogo Colectivo das Bibliotecas do Concelho do Fundão;
Enriquecer o catálogo colectivo com informação de apoio pedagógico que sirva professores, alunos, pais e encarregados de educação;

Servir de suporte à investigação, à formação e à difusão cultural, mediante a criação de um portal que efective o acesso à informação e estimule a produção e difusão das acções desenvolvidas;

Integrar no catálogo artigos de jornais com informação digitalizada referente ao concelho, permitindo o acesso a diferentes tipos de informação;

Fomentar o empréstimo interbibliotecas, bem como políticas de aquisição que visem a optimização de recursos, a dinamização da literacia da informação e a promoção da leitura e escrita criativas.

Criar e garantir actualização de conteúdos do Portal das Bibliotecas Escolares e Municipais.

CAPÍTULO II

Organização e funcionamento da Rede de Bibliotecas do Fundão

Artigo 4º

Dos órgãos de Direcção e Gestão da RBF

São os órgãos de direcção e gestão da RBF:

Assembleia geral de cooperantes (AGC)

Equipa Coordenadora (EC)

Artigo 5º

Da Assembleia Geral de Cooperantes - AGC

Constituição

A Assembleia Geral de Cooperantes é constituída pelos professores bibliotecários, um representante da BM/Autarquia do concelho do Fundão e o director do Centro de formação da associação de escolas da Beira Interior (CFAEBI).

Direitos e Deveres

Os cooperantes regem-se pelos seguintes direitos e deveres:

São direitos dos cooperantes:

Aceder à RBF de forma livre e gratuita;

Receber apoio técnico (biblioteconómico e/ou informático), nos termos e condições a definir pela equipa coordenadora da RBF;

Participar, em condições preferenciais, nas acções de formação realizadas pelo CFAEBI, no âmbito da RBF;

Ter acesso, em condições preferenciais, a todas as facilidades de que a RBF dispõe;

Integrar os órgãos de direcção e gestão da RBF.

São deveres dos cooperantes:

Analisar e decidir, sob proposta expressa em modelo a criar pela equipa coordenadora da RBF, a adesão de novos aderentes à RBF;

Disponibilizar o catálogo actualizado da BE que representam;

Cumprir as normas e critérios estabelecidos relativamente ao processamento bibliográfico e outras directrizes emanadas da equipa coordenadora da RBF;

Colaborar com os órgãos de direcção e gestão da RBF na concretização do plano de actividades da mesma;

Cumprir e fazer cumprir nas respectivas instituições, o presente regulamento de cooperação e o regulamento interbibliotecas, anexo a este regulamento e que dele faz parte integrante;

Introduzir no Projecto Educativo e no Regulamento interno da escola e/ou Agrupamento as alterações julgadas necessárias para dar cumprimento ao estipulado no presente regulamento;

Garantir as condições organizativas, técnicas e logísticas para o bom funcionamento da infra-estrutura telemática de ligação à RBF;

Garantir a estabilidade deste grupo de trabalho, mediante a criação de um período comum no horário semanal, que permita a consecução das metas e objectivos propostos.

Artigo 6º

Funcionamento e Competências da Assembleia Geral de Cooperantes

Funcionamento - A Assembleia Geral de Cooperantes reunirá, em sessão ordinária, duas vezes em cada ano escolar e em sessão extraordinária sempre que julgado conveniente pela EC ou a pedido de pelo menos um terço dos seus membros, com a antecedência mínima de 48 horas.

Competências - são competências da assembleia Geral de Cooperantes:

Eleger o Presidente e o secretário

Aprovar o plano anual de actividades de cooperação apresentado pela EC;

Aprovar o relatório anual de actividades de cooperação apresentado pela EC;

Pronunciar-se, obrigatoriamente, sobre a definição de estratégias de expansão e desenvolvimento da RBF, nomeadamente sobre os critérios e as propostas de adesão de novos cooperantes e o estabelecimento de novas parcerias;

Pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a RBF não previstos no regulamento;

Delegar na EC as competências executivas e de representação da RBF;

Eleger os seus representantes na EC;

Aprovar alterações ao presente regulamento de cooperação e ao regulamento de empréstimos interbibliotecas.

Eleição dos representantes da AGC na EC - Compete à Assembleia Geral de Cooperantes eleger os seus representantes na EC nos seguintes termos:

São elegíveis quaisquer membros da Assembleia Geral de Cooperantes;

As candidaturas serão individuais e nominais, podendo ser representadas pelos próprios ou por proposição de outros elementos da Assembleia Geral de Cooperantes;

Serão eleitos os candidatos mais votados pela Assembleia Geral de Cooperantes;

O mandato de cada representante na EC terá a duração de 4 anos.

Artigo 7º
Da Equipa Coordenadora (EC)
Constituição, Funcionamento e Competências

Constituição - A Equipa Coordenadora (EC) é constituída por sete elementos, sendo quatro em representação das escolas agrupadas, dois em representação do Município do Fundão (um da área de informática, outro da área de biblioteconomia) e um em representação do CFAEBI.

Funcionamento - A EC reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que qualquer dos elementos o solicite com antecedência mínima de 48 horas. Na primeira reunião da EC será eleito, de entre os seus membros, um coordenador que presidirá.

As decisões da EC são tomadas por maioria simples do número de votos dos seus membros.

Em caso de empate, o coordenador tem voto de qualidade.

Competências - A EC dispõe dos poderes executivos que lhe forem delegados pela AGC, cabendo-lhe nomeadamente:

Elaborar e submeter à aprovação da AGC, até ao dia 30 de Outubro de cada ano, um plano anual de actividades com o objectivo de consolidar e desenvolver a cooperação na RBF;

Assegurar o cumprimento do plano anual de actividades da RBF;

Elaborar o relatório anual das actividades de cooperação na RBF e submetê-lo à aprovação da AGC;

Definir os critérios de admissão de novos cooperantes, bem como o estabelecimento de parcerias com instituições e/ou empresas externas à RBF, que contribuam para a qualificação do seu projecto de acção;

Assegurar o bom desempenho da plataforma tecnológica de suporte às actividades da RBF;

Representar a RBF, a nível nacional e internacional;

Propor à AGC a eventual criação de um Conselho Técnico/Científico (CTC), que será composto pelos coordenadores/responsáveis de todas as bibliotecas escolares do concelho do Fundão, e pelos técnicos da BM, a que se poderão juntar outras instituições/individualidades de reconhecido mérito, cuja participação possa ser útil para a RBF.

Artigo 8º
Comunicações

De todas as reuniões deverão ser elaborados memorandos em formato digital, que deverão ser enviados, via e-mail, para todos os elementos do grupo/Assembleia de Cooperantes. Deles deverá constar a lista de presenças das reuniões.

CAPÍTULO III
Disposições finais
Artigo 9º

O presente regulamento entra em vigor à data da sua aprovação pela Assembleia Geral de Cooperantes.

As alterações a este Regulamento podem decorrer de propostas da Equipa Coordenadora da RBF, por sua iniciativa ou a pedido da Assembleia Geral de Cooperantes.

Anexo 8 - Minuta para estabelecer protocolos com parceiros

PROTOCOLO DE PARCERIA

Entre:

A Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos, a seguir designada por BE/CRE, da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Serra da Gardunha, sita em Bairro de Santa Isabel - 6234 909 Fundão, e _____

1. Introdução

A BE/CRE da Escola Serra da Gardunha e _____ consideram de muito interesse promover a cooperação técnico-científica entre as duas instituições, pelo que, através dos seus legítimos representantes, celebram o presente Protocolo.

2. Objectivos

Considerando a necessidade de:

- promover a aproximação entre o meio escolar e a comunidade em geral;
- desenvolver mecanismos de cooperação que tornem possível, e promovam, a participação conjunta em actividades de carácter técnico-científico e de investigação;
- criar e gerir de projectos de intervenção e cooperação na área das bibliotecas;
- promover o acesso aos recursos locais, regionais e globais e às oportunidades que confrontem os alunos com ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- desenvolver a leitura e a utilização das bibliotecas, numa perspectiva integrada e globalizante;

as partes comprometem-se a colaborar entre si, tendo em vista a prossecução dos seguintes objectivos gerais:

- Colaboração no campo de _____;
- Estabelecimento de mecanismos de cooperação que tornem possível a participação conjunta em projectos;
- Contribuição para desenvolver uma cultura de cooperação e de responsabilidade, aberta à partilha de conhecimento e à melhoria contínua.

3. Acções a empreender

A colaboração proposta será desenvolvida de acordo com as possibilidades de cada instituição e efectuada através de:

- Realização de programas de formação;
- Empréstimo de material informático;
- Cedência de espaços escolares;
- Colaboração na execução de projectos específicos.

4. Gestão do protocolo

A gestão do protocolo será assegurada por um representante nomeado por cada uma das instituições.

5. Duração, alteração e denúncia do protocolo

O presente protocolo será renovado automaticamente, se não for renunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de sessenta dias.

Durante a vigência do protocolo poderão ser introduzidas alterações, as quais, efectuadas mediante expresse acordo mútuo e após formalização, passarão a ser parte integrante do protocolo.

6. Acções de cooperação específica

As partes estabelecem que cada projecto/ acção específica a desenvolver será definido e detalhado, no que respeita aos objectivos, encargos, mecanismos e prazos, através de documentos complementares que farão parte deste protocolo sob a forma de anexos.

Fundão, Escola Serra da Gardunha, ____/____/____

ASSINATURAS

